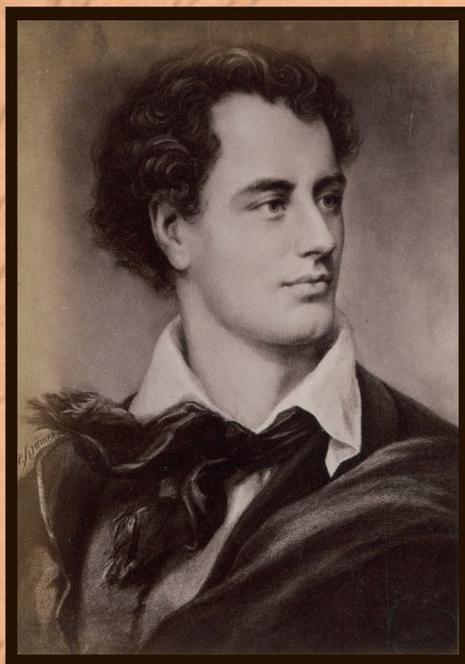


O ethos byroniano: uma análise semiolinguística



Marília Mesquita Queiroz

O ethos byroniano: uma análise semiolinguística

Marília Mesquita Queiroz



1ª edição. Teresina - PI, 2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Reitor

José Arimatéia Dantas Lopes

Vice-Reitora

Nadir do Nascimento Nogueira

Superintendente de Comunicação

Jacqueline Lima Dourado

Editor

Ricardo Alaggio Ribeiro

EDUFPI - Conselho Editorial

Ricardo Alaggio Ribeiro (presidente)

Acácio Salvador Veras e Silva

Antonio Fonseca dos Santos Neto

Cláudia Simone de Oliveira Andrade

Solimar Oliveira Lima

Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

Viriato Campelo

Editora da Universidade Federal do Piauí - EDUFPI

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella

CEP: 64049-550 - Bairro Ininga - Teresina - PI - Brasil

Todos os Direitos Reservados

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

Serviço de Processamento Técnico

Q3e Queiroz, Marília Mesquita.
O *ethos* byroniano : uma análise semiolinguística / Marília
Mesquita Queiroz. – Teresina : EDUFPI, 2020.

176 p.

ISBN 978-65-86171-96-9

1. Byron. 2. Cartas. 3. Discurso. 4. Semiolinguística. I.
Título.

CDD 823

Imagem da capa:

Capa, projeto gráfico e diagramação: Vinicius Alves.

Revisão: a autora.

Para Auricélio, Gabriel e Arthur.

INTRODUÇÃO	7
A ANÁLISE DO DISCURSO: DAS RELEITURAS AO ADVENTO, DO ADVENTO ÀS RELEITURAS.....	13
1.1 A Teoria Semiolinguística	16
1.2 O ato de linguagem.....	17
1.3 O contrato de comunicação	20
1.4 Os modos de organização do discurso	25
1.4.1 O Modo Enunciativo	26
1.4.2 O Modo Descritivo	28
1.4.3 O Modo Narrativo	29
1.4.4 O Modo Argumentativo.....	32
O <i>ETHOS</i> : DA NOÇÃO CLÁSSICA À ANÁLISE DO DISCURSO	39
2.1 O <i>ethos</i> na retórica aristotélica.....	39
2.2 O <i>ethos</i> na Análise do Discurso.....	40
2.3 <i>Ethos</i> e patemização.....	45
O GÊNERO EPISTOLAR	51
3.1 A carta pessoal: gênero literário ou não literário?	55
3.2 Lord Byron e suas missivas	63
UM CONTRATO ENTRE MÃE E FILHO	72
4.1. Mantendo laços: os princípios contratuais	74
4.2 Os componentes da relação contratual	81
4.3 O espaço de restrições	83
4.4 Um lorde estrategista	85
A ORGANIZAÇÃO DISCURSIVA NAS CARTAS	88
5.1 Da petição ao aviso: modalidades e (re)arranjos enunciativos.....	88
5.2 Argumentação e patemização no discurso byroniano	94
5.2.1 Os elementos da lógica argumentativa	95
5.2.2 A patemização pelo uso do condicional.....	99
5.2.3 Efeitos patêmicos e organização da lógica argumentativa.....	103
5.2.4 O dispositivo argumentativo: valores sociais e patemização	109

5.2.5 A encenação argumentativa: construindo efeitos patêmicos	113
5.3 Vítima e algoz: O universo narrado e a construção de imagens	117
O <i>ETHOS</i> BYRONIANO NAS CARTAS A CATHERINE GORDON	123
6.1 I am astonished! o <i>ethos</i> crítico	125
6.2 I neither <i>can</i> nor <i>will bear</i> : o <i>ethos</i> indignado	128
6.3 Placed in a higher form: o <i>ethos</i> vaidoso	132
6.4 I only entreat you as a governor, not as a mother: o <i>ethos</i> irônico	134
6.5 That execrable Kennel: o <i>ethos</i> esnobe	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS	147
ANEXOS.....	161
APÊNDICES	168
SOBRE A AUTORA.....	175

O trabalho que nos propomos a realizar tem como meta principal analisar o *ethos* em cinco das cartas familiares escritas por Lorde Byron (1788 – 1824), para a mãe, Catherine Gordon, entre os anos de 1799 e 1806, período que abrange o fim da infância e a adolescência daquele que viria a ser um dos escritores mais influentes da literatura inglesa. As referidas cartas fazem parte de um vasto acervo de epístolas de Byron compilado e publicado por diferentes organizadores, estando algumas dessas compilações disponíveis para *download* em diversos *sites* na internet. Em meio ao imenso conteúdo disponibilizado nas bibliotecas digitais Domínio Público (<http://www.dominiopublico.gov.br>) e Gutenberg Project (<https://www.gutenberg.org>), por exemplo, encontra-se a obra *The Works of Lord Byron: Letters and Journals, Vol. 1*, editada, em 1898, por R. Prothero. Foi dessa obra, composta, entre outros conteúdos, por 168 cartas pessoais escritas por Byron para diversos destinatários, que selecionamos o nosso objeto de análise: as referidas cartas familiares enviadas pelo jovem Byron para Catherine.

Segundo Lansdown (2015)¹, três grandes empreendimentos editoriais reuniram as cartas de Byron em um período de mais de 150 anos: o de Thomas Moore (1830), amigo do poeta, com 561 cartas (e algumas censuras); o de Rowland Prothero (1898), dividido em seis volumes, com quase 1.200 cartas; e o de Leslie Marchand, com 3.000 cartas publicadas em doze volumes, entre 1973 e 1982. Como mencionamos, o *corpus* selecionado para este trabalho é oriundo do primeiro volume de Prothero (1898). A escolha dessa obra se deve ao fato de a mesma ser de domínio público, e, portanto, de fácil acesso e gratuita, além de possuir mais cartas do que a edição de Moore e conter muitos comentários sobre aspectos contextuais ao final de grande parte das missivas.

1 - Entre outros estudos sobre Lorde Byron, o professor PhD em literatura Richard Lansdown é autor das obras *Byron's Historical Dramas* (1992), *Cambridge Introduction to Byron* (2012) e *Byron's letters and journals: a new selection* (2015). Conf. <<https://www.rug.nl/staff/richard.lansdown/cv>>.

A seleção das cartas de Byron para Catherine Gordon como objeto de análise não surgiu por acaso. Ela se deve, inicialmente, à questão de nossa formação em língua e literatura inglesa, que reforçou o interesse em estudar ou tentar traduzir um *corpus* nesse idioma. O interesse específico por Byron vem do início dos anos 2000, quando tivemos o primeiro contato com as cartas do autor, no final da graduação, e iniciamos uma coleção delas com a ideia de um possível trabalho com esse material no futuro, o que terminou sendo esquecido devido ao surgimento de outras prioridades.

Muitos anos mais tarde, a ideia ressurgiu junto com a aspiração de realizar um curso de pós-graduação. Foi assim que, em pesquisas prévias sobre o trabalho de Byron em língua portuguesa, com o objetivo de elaborar um pré-projeto de mestrado, encontramos indicações, a partir do texto de Barboza (1973)², de teses como as de Lacerda (2008) e Zembruski (2013) e dissertações como a de Agustini (2016), de que a produção de Byron que se encontra disponível em português refere-se sobretudo às obras literárias em si, sendo as cartas pessoais do poeta ainda consideradas, segundo este último pesquisador, uma lacuna “que apenas a tradução poderá emendar” (AUGUSTINI, 2016, p. 19), pois as versões dessas missivas em língua portuguesa ainda são bastante escassas.

Diante dessa escassez de traduções e, conseqüentemente, de análises das cartas de Lorde Byron em língua portuguesa, consideramos relevante tornar acessível algum material relativo a tais missivas para aqueles que tivessem interesse em ler sobre o assunto nesse idioma, a partir da disponibilização de nosso estudo. Com a necessidade de ajustes no projeto, visando o desenvolvimento de uma proposta mais adequada às linhas de pesquisa do PPGEL – UFPI, fomos direcionados ao interessante trabalho de estudar o *ethos* nessa correspondência, proposta que não estava clara em nosso texto inicial. Todavia, mesmo sendo a análise do *ethos* o nosso objetivo maior, a partir de então, a ideia inicial de uma possível tradução não foi totalmente abandonada. Nesse sentido, ao longo deste trabalho, fazemos uma tradução livre dos trechos utilizados

2 - Conf. <<http://www.revistas.usp.br/linguaeliteratura/article/viewFile/115698/113226>>.

nas análises e trazemos, como apêndice, a nossa versão desses atos de linguagem em língua portuguesa.

Com relação ao recorte temporal do *corpus*, preferimos direcionar o nosso olhar a um período em que Byron ainda não fazia parte do campo literário como escritor, fato que, em nossa hipótese, fazia com que o teor de sua correspondência com a mãe fosse mais franco, pois não havia a necessidade de uma preocupação, por parte do locutor, com um possível interesse de terceiros em interceptar e desvelar o conteúdo dessa correspondência pessoal, visto que ele ainda não era famoso, requisitado e cheio de fãs³. Ao mesmo tempo, esse recorte se deve à nossa curiosidade em observar como se estabelecia o comportamento filial do futuro bardo do início ao fim da adolescência, fase de formação da personalidade. Assim, iniciamos a análise com a primeira carta escrita por Byron para a mãe, em março de 1799, quando tinha 11 anos de idade, e prosseguimos até fevereiro de 1806, visto que, em novembro desse mesmo ano, aos 18, Byron publica a sua primeira aventura literária, *Fugitive Pieces*, cujos volumes foram quase totalmente recolhidos e queimados pelo próprio autor pouco tempo depois de impressos e distribuídos, como aponta Marchand (1993).

Para direcionar o trabalho de análise do *ethos* nessas cartas familiares, tomamos como base teórica principal a Análise do Discurso, estudando-o a partir do quadro teórico-metodológico da Semiolinguística de Patrick Charaudeau. Nesse sentido, considerando que o signo só existe no discurso e que os “possíveis interpretativos nos são sugeridos pelo contexto” (CHARAUDEAU, 2016, p. 29), para a observação das Circunstâncias de Discurso, do entorno sócio-histórico e ideológico no qual os parceiros estão inseridos e da identidade social desses sujeitos tomamos como base as obras de Moore (1844), Prothero (1898), Marchand (1993), Eisler (1999), MacCarthy (2014), Cochran (2012), Lansdown (2015) e Larmann (2016), que são o nosso principal apoio na fundamentação das

3 - Segundo Throsby (2009), Byron foi um dos primeiros escritores a receber cartas de fãs, isto é, cartas não solicitadas de seus leitores, em larga escala. A coleção dessas cartas, no Arquivo Murray, contém correspondência de leitores, em sua maioria anônimos, principalmente do sexo feminino. Conf. <https://www.academia.edu/182834/Byron_Commonplacings_and_Early_Fan_Culture>.

análises.

Tendo em vista o nosso principal problema de pesquisa, responder como se configura o *ethos* byroniano na correspondência que o poeta direciona à mãe entre 1799 e 1806, traçamos, inicialmente, um percurso teórico-metodológico visando fundamentar adequadamente nossas respostas. Assim, em sendo nossa pesquisa de natureza bibliográfica, qualitativa e interpretativa, iniciamos o nosso trabalho com uma revisão teórica da Análise do Discurso francesa, desde o seu surgimento, com Pêcheux, às suas vertentes atuais, nas quais o estudo do fenômeno discursivo se dá a partir de *corpora* variados e de linhas teóricas distintas em algumas peculiaridades, conforme apontam Maingueneau (2015b) e Possenti (2015).

Em seguida, estudamos, com a Semiolinguística de Charau-deau (2016), o discurso apreendido tanto em relação aos saberes partilhados que perpassam determinado grupo social, estabelecendo certos valores, quanto ao próprio acontecimento de encenação do ato de linguagem e seus componentes. A partir da proposta teórica desse autor, revisamos ainda a noção de contrato de comunicação e os modos de organização do discurso, buscando aplicar, em capítulos posteriores, os procedimentos metodológicos dessa teoria ao *corpus* em questão. No segundo capítulo, revisamos a noção de *ethos*, buscando compreender, inicialmente, como esse conceito era visto na retórica aristotélica, e, em seguida, como foi reelaborado a partir de teóricos da Análise do Discurso como Amossy (2005), Maingueneau (2005; 2015a), Kerbrat-Orecchioni (2010) e Charaudeau (2017). Além disso, buscamos, a partir de autores variados, trazer algumas reflexões sobre a noção de *ethos* e as suas implicações com os conceitos de *pathos* e *logos*.

No capítulo seguinte, refletimos sobre o gênero epistolar, tanto no viés linguístico-discursivo bakhtiniano, observando os componentes tema, composição e estilo, quanto no sócio-histórico-cultural, trazendo informações sobre os primórdios de seu surgimento e relevância sociocultural no século XIX, segundo Malatian (2011) e outros autores que se dedicaram a estudos sobre esse gênero. Discutimos também sobre o campo de inserção do gê-

nero carta pessoal, pois, entre os muitos questionamentos sobre como direcionar o estudo de uma amostra desse gênero escrita por uma celebridade do mundo da literatura como Lorde Byron, nos deparamos com outro problema de pesquisa: seriam essas cartas familiares amostras de um gênero do discurso literário⁴, uma vez que foram redigidas por um dos escritores mais influentes da literatura inglesa?

A questão da “literariedade⁵” da correspondência familiar de Byron para Catherine Gordon também é discutida, tendo em vista que algumas apreciações sobre essas cartas as qualificam como literatura, e não como gênero do discurso primário, apesar de, ao fazê-lo, levarem em conta o todo composto pelo conjunto completo das missivas, como veremos mais adiante em Prothero (1898) e Lansdown (2015). Essa discussão, que é de importância fundamental para a continuidade e os rumos de nosso trabalho, se fundamenta principalmente a partir de Compagnon (2003), que reflete sobre as diferentes visões de literatura, e, conseqüentemente, sobre o que tem sido considerado literário, desde a antiguidade clássica até a era pós-moderna, e de Maingueneau (2018), teórico da Análise do Discurso com um vasto trabalho concernente ao discurso literário.

Após as referidas revisões e discussões teóricas, são feitas as análises. Iniciamos o capítulo quatro com a definição dos sujeitos na situação de comunicação e do contrato que se estabelece entre eles. Após essas definições, buscamos verificar, no capítulo cinco, como esses atos de linguagem são organizados pelo locutor no sentido de levar o interpretante a aderir a certos pontos de vista, atingir determinados estados emocionais e, a partir disso, tomar as atitudes desejadas pelo sujeito comunicante. Em nossa análise

4 - Para mais informações sobre “discurso literário”, consultar ASSUNÇÃO, Érica Patrícia Barros de; MOURA, João Benvindo de. O paradoxo do autor: a paratopia criadora de Mário de Andrade no discurso literário de Macunaíma. Desenredo: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo – RS, v.13, n.1, p. 166-186, 2017.

5 - Compagnon (2003, p. 40-41), se refere a esse termo como o uso propriamente literário da língua, ou propriedade distintiva do texto literário, lembrando que o mesmo provém do formalismo russo, a partir de Jakobson (1919), onde a literariedade é definida como aquilo “que faz de uma determinada obra uma obra literária” e, mais tarde, Jakobson (1960) no qual, de maneira distinta, o termo é definido como “o que faz de uma mensagem verbal uma obra de arte”.

semiologia, priorizamos os modos de organização Enunciativo, Narrativo e Argumentativo, por serem mais recorrentes no *corpus*. Assim, é importante lembrar que a nossa visão não exclui outros pontos de vista possíveis sobre esse mesmo conjunto de atos de linguagem. Para concluir, após a análise dos modos de organização do discurso nas missivas, buscamos, no capítulo seis, delinear o *ethos* que se configura em cada um desses enunciados, tendo como base, além da análise semiológica em si, informações de biógrafos e outros estudiosos de Byron supramencionados.

CAPÍTULO 1

A ANÁLISE DO DISCURSO: DAS RELEITURAS AO ADVENTO, DO ADVENTO ÀS RELEITURAS

Segundo Henry (2001), o advento da Análise do discurso (AD) está ligado à observação, por Michel Pêcheux, de fissuras teóricas e científicas no campo das Ciências Sociais. Pêcheux, partindo de sua interpretação das releituras de Louis Althusser, sobre o materialismo histórico marxista, e de Jacques Lacan, sobre a psicanálise freudiana, além de aspectos do estruturalismo que “supunham uma atitude não reducionista no que se refere à linguagem” (HENRY, 2001, p.14), desenvolve a sua análise automática do discurso, situando-a no entremeio dos três campos de estudo ora mencionados.

Com a nova disciplina, Pêcheux objetivava, conforme aponta Henry (2001), suprir a carência de um instrumento científico observada no campo das Ciências Sociais, e, ao mesmo tempo, sugerir uma nova maneira de estudar o fenômeno linguístico, intervindo teoricamente em seu campo. Assim, eram selecionados e organizados *corpora* homogêneos quanto às suas circunstâncias históricas e sociais de produção, os arquivos, para que fossem ali detectados e construídos os seus “sítios de identidades parafrásticas” característicos. A teoria de Pêcheux possibilitou a observação de questões relativas à língua, à história e ao sujeito a partir de um viés que situava o discurso entre a linguagem e a ideologia, sendo esta última entendida como um processo que permite que conceitos técnicos operatórios sejam “destacados de sua sequência operatória e recombinaos em um processo original” (HENRY, 2001, p.23). Nessa primeira fase da AD, o sujeito é visto como uma forma ou função resultante das forças que atuam sobre ele.

De acordo com Costa (2005), uma segunda fase da Análise do Discurso configurou-se com as contribuições de Michel Foucault, sendo as noções de formação discursiva e interdiscurso impor-

tantes para dar conta das dispersões inerentes ao discurso. Costa (2005) também aponta, a partir do próprio Pêcheux, uma terceira fase da AD, na qual a “desconstrução das maquinarias discursivas” se efetiva, havendo uma tendência à interação entre a análise linguística e a discursiva, além da observação e descrição das características dialógicas do discurso.

Tais questões continuam a ser destacadas em análises discursivas atuais, todavia é possível observar, como aponta Costa (2005), uma reorganização em correntes que se distinguem de acordo com determinados interesses e influências, com um redirecionamento, em alguns casos, no qual se atribuem certos graus de manobra ao sujeito, libertando-o do completo assujeitamento. Deste modo, assim como ocorre naturalmente nos diferentes campos de atuação humana, a AD concebida por Pêcheux mostrou-se, da mesma forma que as teorias da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise reinterpretadas por esse teórico, suscetível a releituras outras, tornando-se uma disciplina cuja evolução tende a abarcar, em suas vertentes atuais, o estudo do fenômeno discursivo a partir de linhas teóricas e *corpora* variados, cujas tendências se desdobram a partir da necessidade de estudar fenômenos advindos de configurações sócio-históricas contemporâneas.

De forma mais abrangente, ao discorrer sobre as diversas possibilidades de olhar o fenômeno linguístico, Borges Neto (2004) ressalta que, a depender das escolhas epistemológicas que se faça, criam-se as entidades teóricas, e estas, por sua vez, direcionam as questões metodológicas fundamentais de cada teoria. Remetendo-nos a Saussure, lembra também que é o ponto de vista que cria o objeto, e que, para uma abordagem (metodologia) adequada, é necessário privilegiar um enfoque em detrimento de outros, pois toda tentativa de abordagem holística desse objeto estaria fadada ao fracasso. Segundo o autor, também é muito importante, para uma ética científica, que o pesquisador não ignore o trabalho do outro, busque saber o que ele faz e as suas razões e emita pareceres a respeito, pois com debates e críticas, respeita-se o trabalho do outro e contribui-se com o diálogo científico, visto que diferentes visões enriquecem o conhecimento sobre o mundo.

Voltando à questão dos diferentes caminhos teóricos em Análise do Discurso, lembramos Possenti (2015, p. 42), quando este avalia que “todas as teorias que se inscrevem sob este nome têm alguma coisa em comum, embora cada uma veja as outras especialmente pelas diferenças. Assim, pode-se chegar a alguma generalização.”. O autor também ressalta que tais caminhos teóricos são associados tanto aos nomes de seus representantes, como Pêcheux, Foucault, Bakhtin, Maingueneau, Charaudeau, quanto às suas próprias designações, como a Semiótica e a Análise do Discurso crítica. A partir desses nomes, discutem-se com frequência, temas ligados a “discursos sobre ou de grupos minoritários, (...) analisam-se temas polêmicos como a questão de gêneros, questões socialmente quentes (discurso político, violência/intolerância), a internet tem exercido grande atração...” (POSSENTI, 2015, p. 44-45). O autor observa ainda que as questões relativas à natureza do sujeito e ao seu lugar no discurso variam da visão pecheutiana às francamente cognitivas e que, independente do caminho que se pretenda tomar, é importante ter em mente que outras teorias devem ser consideradas, pois propõem outros conceitos ou tratam melhor certas questões.

Com base em posicionamentos como esses, entendemos não haver barreiras epistemológicas intransponíveis entre as diferentes teorias. Em consonância com Borges Neto (2004), concordamos também que a tentativa de delimitação de fronteiras epistemológicas decorre de fatores históricos e ideológicos concernentes às ciências. Ao mesmo tempo, entendemos que, como analisa Herbert/Pêcheux (1968 *apud* HENRY, 2001, p.18), “toda ciência é, antes de tudo, a ciência da ideologia com a qual ela rompe”, pois geralmente teorias nascem de releituras. Um “não é isso” dialógico leva a redirecionamentos teóricos.

Como lembra Bakhtin (2004), refratamos os discursos e ideologias que nos circundam e, em seguida, os refletimos a partir de nosso próprio viés (nossa releitura), que, por sua vez, pode levar a novas reconfigurações por outrem e assim por diante. Portanto, essas reconfigurações devem ser vistas como naturais, intrínsecas aos fenômenos humanos, e, conseqüentemente, ao fenômeno

linguístico e às suas diferentes vertentes teóricas. Tendo em vista essas considerações, passamos agora, mais especificamente, à caracterização da linha teórica que nos serve de norte para o desenvolvimento da análise das cartas de Lorde Byron para Catherine Gordon: a Semiolinguística, proposta por Patrick Charaudeau.

1.1 A TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA

A Teoria Semiolinguística, segundo o seu próprio idealizador, o linguistaanalista do discurso Patrick Charaudeau, está situada em um ponto de intersecção entre concepções linguísticas aparentemente antagônicas. Nesse sentido, a delimitação do objeto a ser estudado, do método adotado para seu estudo e dos objetivos a serem alcançados integra determinadas antinomias. Ao tempo em que tem interesse por fatos linguísticos de natureza estrutural, por exemplo, também se ancora na intertextualidade em seu método de elucidação sobre como nos fala a linguagem. Outra aparente contradição está relacionada à concepção de sujeito, que é considerado, ao mesmo tempo, individual e coletivo. Desse modo, de acordo com Charaudeau (2016), a especificidade e o consenso se interpelam de forma dialética no mesmo ato linguageiro, que é concebido como “um conjunto de atos significadores que falam o mundo através das condições e da própria instância de sua transmissão” (CHARAUDEAU, 2016, p. 20). O “do que fala a linguagem” e o “como fala a linguagem” constituem um ao outro como objeto de conhecimento, resultando em um sujeito que “fala a linguagem e é falado por ela” (2016, p. 19).

Charaudeau (2016) propõe estudar o fenômeno linguageiro como um objeto não-transparente, constituído por uma dupla dimensão: uma explícita, ligada ao “reconhecimento morfossemântico do sentido” por meio de paráfrases estruturais, que permitem a simbolização referencial, e outra implícita, que depende das circunstâncias de comunicação para que o interlocutor recupere as referências necessárias para realizar a leitura ou as leituras que dele decorrem. O autor também ressalta que esses dois componentes são indissociáveis, o que justifica ser o seu modelo de análise do

discurso ao mesmo tempo linguístico e semiótico.

Nesse sentido, entendemos, em acordo com Maingueneau (2015b, p.39), que “a Análise do Discurso se situa em um lugar singular, na intersecção da linguagem, da sociedade e da psique”. Tendo em vista esses aspectos e nossa leitura a respeito da teoria Semiolinguística, situamos Patrick Charaudeau entre os pesquisadores que, nas palavras de Maingueneau (2015b, p.34), “se esforçam por manter um equilíbrio entre a reflexão sobre o funcionamento do discurso e a compreensão de fenômenos de ordem sócio-histórica ou psicológica”, pois pensamos ser a busca dessa reflexão e compreensão um princípio norteador de sua teoria. Desse modo, prosseguimos a nossa leitura sobre a Semiolinguística a partir da definição e características de seu objeto de estudo multifacetado: o ato de linguagem.

1.2 O ATO DE LINGUAGEM

No intuito de compreender algumas noções essenciais para o desenvolvimento deste trabalho, buscamos, inicialmente, uma definição de discurso a partir do viés da Semiolinguística. Assim, vimos que, tecendo comparações entre esse conceito e os de frase e texto, Charaudeau (2001, p.25) mostra que, para que haja discurso, é preciso “que uma sequência de frases corresponda à expectativa da troca linguageira entre parceiros em circunstâncias bem determinadas”, não estando o discurso reduzido a uma simples unidade transfrástica. Nessa perspectiva, o discurso é apreendido tanto em relação aos saberes partilhados que perpassam determinado grupo social, estabelecendo certos valores, quanto ao próprio acontecimento de encenação do ato de linguagem e seus componentes, se configurando, portanto, como prática de produção de sentido de natureza enunciativa e enunciva.

Nesse sentido, levando em conta a encenação, compreende-se que o ato de linguagem é uma totalidade discursiva. É, além disso, um fenômeno duplo, visto que se constitui de “um Explícito (o que é manifestado) e de um Implícito (lugar de sentidos múlti-

plos que dependem das circunstâncias de comunicação)” indissociáveis (CHARAUDEAU, 2016, p.17). O explícito está vinculado a uma simbolização referencial ligada ao entorno social, que é então conceituado. O implícito, por sua vez, diz respeito às condições de produção/interpretação da linguagem e varia de acordo com as circunstâncias discursivas, essenciais para que se efetue um jogo de remissões construtor da significação que vai além do enunciado explícito. Tendo em vista esses aspectos, Charaudeau (2016, p.29) defende que, em uma análise semiolinguística, deve-se buscar, a partir da observação das circunstâncias de discurso,

descrever algumas das representações coletivas que uma determinada sociedade (ou um grupo social) constrói para si; seja através de outros discursos que ela produz em uma mesma ocasião, seja em outras circunstâncias. Nesse caso, lidamos com um conjunto de possíveis interpretativos.

A partir dessa observação, o autor ressalta a importância de levar em conta, na análise discursiva, os aspectos enuncivos do entorno contextual, visto que os possíveis interpretativos estão a eles vinculados. Tendo em vista que, para Charaudeau (2016), o ato de linguagem é interenunciativo e que sua produção e interpretação dependem dos saberes que circulam entre os protagonistas da linguagem, também devem ser evidenciados, num estudo dessa natureza, questões relativas aos sujeitos e às relações que estes mantêm entre si e face ao propósito linguageiro. Assim sendo, um ato de linguagem particular “constrói o saber perceptivo-sensorial do referente linguageiro” (CHARAUDEAU, 2016, p. 37) por meio de uma certa expectativa discursiva que lhe é inerente, veiculando saberes sobre as representações linguísticas da prática social dos sujeitos.

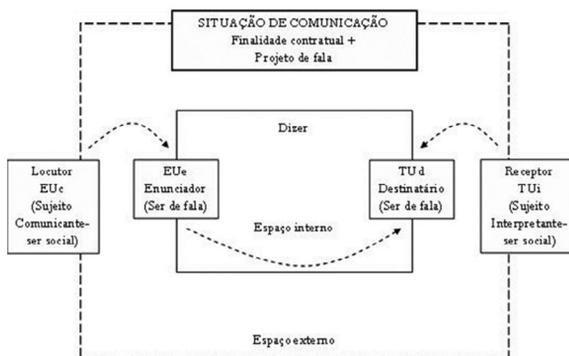
Ao considerar o ato de linguagem “um ato *interenunciativo* entre *quatro sujeitos* (e não 2), lugar de encontro imaginário de dois universos de discurso que não são idênticos” (CHARAUDEAU, 2016, p.45), elucida-se que esse ato se configura a partir de um **EU**, situado no processo de produção, que se dirige a um **TU** destinatário, além de um **TU** - interpretante, instaurado no processo de interpretação juntamente com a imagem que constrói do **EU**’ lo-

cutor. É na zona de intercompreensão suposta entre o universo de discurso do EU e do TU' que se situa, segundo Charaudeau (2016), o ato de linguagem. A intencionalidade não se restringe, portanto, ao locutor, uma vez que o interlocutor pode construir um sentido diverso daquele planejado pela instância de produção.

Charaudeau (2016) fundamenta a elucidação dos referidos sujeitos esclarecendo, de forma mais detalhada, que, de início, são dois sujeitos, um EU enunciador (EUe), que se dirige a um TU destinatário (TUd), ambos situados no espaço interno do dizer. Ao EUe e o TUd unem-se, pelo ato de comunicação, outros dois sujeitos, situados no espaço externo, o do fazer: o EU comunicante (EUc), sujeito articulador de fala e o TU interpretante (TUi), que se institui no momento em que se opera o processo de interpretação.

O ato de linguagem é, portanto, uma totalidade que engloba os processos de produção e de interpretação. Sua esquematização é feita por Charaudeau (2016) a partir de um quadro comunicacional que leva em conta aspectos como as circunstâncias de discurso (que envolvem questões como a relação dos sujeitos face ao propósito linguageiro), o contrato de comunicação e os sujeitos agentes e de fala, estando a encenação discursiva situada no espaço interno (o mundo discursivo) e considerando-se o espaço externo (mundo situacional) como lugar de circulação de saberes partilhados entre os sujeitos:

Figura 01 – Dispositivo da encenação da linguagem



Fonte: Charaudeau (2016, p. 77).

Como se vê, o ato de linguagem se inscreve num dispositivo de encenação no qual estão interligados componentes linguísticos e situacionais. Essa representação permite compreender a ideia de que “todo discurso se constrói na intersecção entre um campo de ação, lugar de trocas simbólicas organizado segundo relações de força (Bourdieu), e um campo de enunciação, lugar dos mecanismos de encenação da linguagem” (CHARAUDEAU, 2017, p.52). Leva também ao entendimento de que os conceitos de ato de linguagem e discurso se encontram, visto que o primeiro é definido como um ato *interenunciativo* entre quatro *sujeitos*, situados nas esferas externa (lugar de ação) e interna (lugar de fala), e o último se institui como a “totalidade de um ato de linguagem em particular” (CHARAUDEAU, 2016, p.33). Em sendo o ato de linguagem o objeto de estudo da Semiologia, torna-se imprescindível, na análise, tratar sobre cada um dos elementos que o compõem.

1.3 O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO

Para compreender melhor o lugar ocupado pelo contrato de comunicação nas trocas linguageiras, lembramos que, como mostra o quadro do dispositivo da encenação da linguagem, enquanto o dizer está situada no espaço interno (o mundo discursivo), o espaço externo (mundo situacional) é considerado um lugar de circulação de saberes partilhados entre os sujeitos. É justamente no encontro entre as instâncias discursiva e situacional, ou seja, entre o dizer, onde se encontram seres de fala, e o fazer, onde estão os seres agentes, que Charaudeau (2016) situa a relação contratual, que pode ser vista como um acordo proposto pelo EUC em relação ao TUD, de quem ele espera uma “contrapartida de convivência” resultante de um efeito que intencionou produzir ao mobilizar suas estratégias comunicativas.

Para uma visualização mais ampla do fenômeno, é interessante que o contrato de comunicação seja desvelado, inicialmente, a partir do nível situacional, no qual são levadas em conta as ritualizações e a intencionalidade, e onde o ato de comunicação é reconhecido como válido. Em sendo um fenômeno de natureza

psicossocial, o contrato, como o próprio nome sugere, deve ser regido por regras inerentes às práticas e normas sociais às quais estão submetidos os sujeitos que estão aí implicados. Todavia, é importante notar também que tal contrato é dotado de um componente de natureza intencional (um projeto de fala), pois permite ao sujeito comunicante uma margem de manobra, a partir do já referido espaço de encenação, no qual é possível a utilização de estratégias por parte desse sujeito.

Num um viés pragmático, para que haja contrato é necessário que sejam cumpridos alguns requisitos que levem, efetivamente, a uma performatividade (no sentido de fazer com que o interlocutor adira ao projeto de fala). Está implicada na relação contratual a necessidade de reconhecimento mútuo de um poder fazer para que seja assegurado o êxito na “aposta” feita pelo EUC quanto ao resultado do ato comunicativo. Além desse reconhecimento, o contrato implica também a adequação do gênero do discurso (seja ele institucionalizado ou não) a partir do qual o ato de linguagem se realiza. As ritualizações de cada situação particular de comunicação, segundo tal ou qual gênero, supõem, assim, um determinado posicionamento dos indivíduos que dela participam.

Nesse sentido, configura-se o contrato por meio de determinados princípios, componentes e estratégias. A esse respeito, Moura (2012) afirma, lembrando Charaudeau (2007), que além dos postulados da ritualização e da intencionalidade, o contrato de comunicação é dotado de princípios que possibilitam as condições de comunicação e a partir dos quais os parceiros são determinados e legitimados. O autor elenca e caracteriza quatro princípios inerentes ao contrato: o da interação, o da pertinência, o da influência e o da regulação.

O princípio da **interação** é definido no ato de linguagem como um processo de troca e reconhecimento recíproco de papéis entre parceiros (por meio de semelhanças e diferenças), onde um se engaja na produção do enunciado e o outro na interpretação. Nesse sentido, Moura (2012) observa que, nesse processo de troca, os parceiros se deparam com uma relação interativa, advinda de uma conciliação sobre os objetivos da troca linguageira, na qual os

parceiros se reconhecem como semelhantes em suas intenções, e como tendo uma relação dissimétrica, que se estabelece quando suas intencionalidades são distintas.

O princípio da **pertinência**, por sua vez, está ligado à adequação do ato linguageiro à situação de comunicação, havendo, nesse sentido, tanto a necessidade de uma finalidade para o ato de linguagem quanto um reconhecimento, entre os parceiros, sobre as regras sociais que regulam, em parte, esse acontecimento. Assim, um ato de linguagem será considerado pertinente se for apropriado ao contexto em que foi produzido e à finalidade de sua enunciação.

Com relação ao princípio da **influência**, Moura (2012) lembra que o mesmo se configura com a tentativa, por parte do locutor, de agir sobre o interlocutor, emocionando-o ou direcionando seus pensamentos por meio de outras estratégias. A partir de Charaudeau (1995), o autor reflete também que “tais estratégias irão depender das postulações que o sujeito falante fizer sobre o seu parceiro”. Percebendo o interlocutor “como favorável, desfavorável ou indiferente a seu projeto de influência” (MOURA, 2012, p.38), o EU comunicante pode, caso julgue necessário, redefinir suas estratégias no intuito de realizar o seu projeto.

No tocante ao princípio da **regulação**, pode-se dizer que está relacionado às condições que visam garantir o engajamento dos parceiros no reconhecimento do contrato, e às condições para que a troca comunicativa se realize. Moura (2012) pondera que esse princípio diz respeito à busca de um equilíbrio entre os parceiros, no sentido de assegurar a continuidade ou a ruptura da troca comunicativa, e ao reconhecimento mútuo dos sujeitos como membros de sua comunidade cultural.

Como já foi observado, de acordo com as circunstâncias de discurso e o contrato de comunicação que ali se configura, os sujeitos devem observar certas restrições, elaborando o seu projeto de dizer de modo que este seja considerado coerente e válido. Essas restrições envolvem, como lembra Moura (2012), questões relativas tanto às suas identidades de parceiros quanto à sua realidade psicossocial e linguageira. Há, portanto, que se observar alguns

componentes que validam e regem a relação contratual, estabelecendo os papéis dos sujeitos engajados nas diferentes produções linguageiras.

Assim, Moura (2012, p. 38) considera, a partir de Charau-deau, três tipos de componentes na relação contratual: o **comunicacional**, ligado ao quadro físico da situação comunicativa e ao reconhecimento mútuo dos parceiros (quem fala a quem? Em que canal? Qual o suporte?); o **psicossocial**, referente ao estatuto desses sujeitos (idade, gênero, profissão, as percepções que sentem um do outro) e à legitimação dos seus saberes (tenho credibilidade?) e o **intencional**, que “representa o reconhecimento *a priori* do outro e do mundo para se construírem imaginários (para que falar? Como? Qual a intenção?)”. A esse respeito, Charaudeau (2016) avalia que o sujeito - individual e coletivo - põe em cena operações linguageiras, no intuito de buscar a adesão do outro, a partir de estratégias. Para ele,

A noção de *estratégia* repousa na hipótese de que o sujeito comunicante (EUC) concebe, organiza e encena suas intenções de forma a produzir determinados *efeitos* – de persuasão ou de sedução – sobre o sujeito interpretante (TUi), para leva-lo a se identificar – de modo consciente ou não – com o sujeito destinatário ideal (TUD) construído por EUC (CHARAUDEAU, 2016, p.56).

Por meio dessa ideia de estratégia, o autor concebe o ato de comunicar como uma “dupla aposta”, “que parte de uma expectativa concebida por aquele que assume tal ato” (2016, p. 57), pois, o sujeito comunicante (EUC) espera que sua proposta seja bem percebida pelo sujeito-interpretante (TUi) e aposta também que as estratégias que utilizou produzam o efeito desejado, a partir da identificação de TUi para com elas. Nesse sentido, é interessante observar que, na tentativa de fazer com que o TUi se identifique com o TUD, o EUC deve levar em conta que a produção desses efeitos de persuasão e sedução também deve estar ligada aos imaginários sociais comuns ao meio em que estão inseridos.

No que se refere às estratégias, Moura (2012) indica, a partir

de Charaudeau (2007), que elas estão relacionadas à legitimidade, credibilidade e captação. As estratégias de **legitimidade** visam, segundo o autor, à determinação da posição de autoridade que dá ao sujeito o direito de tomar a palavra, sendo construídas tendo em vista o estatuto social do sujeito falante e a própria construção discursiva. Todavia, o autor lembra que o estatuto social do sujeito falante não é um dado único e definitivo no contrato comunicacional, havendo casos em que a legitimidade institucional por si só não garante a influência do EUC sobre o TUI, bem como situações em que o EUC pode exercer grande influência, mesmo sem ter essa legitimidade institucional.

Sobre as estratégias de **credibilidade**, Moura (2012) afirma que visam fornecer as “provas” de verdade ao discurso. Nesse sentido, para provar que o que diz corresponde à verdade, o EUC deve mobilizar estratégias que produzam efeitos de autenticidade e veracidade, ou seja, deve organizar o seu dizer de forma convincente, de modo a provar a verdade do que o diz. Quanto às estratégias de **captação**, o autor ressalta que consistem em tentar conquistar o interlocutor, levando-o a um estado emocional favorável aos dizeres do sujeito falante. Nesse sentido, buscando partilhar sua intencionalidade, o EUC procura utilizar recursos como humor, conivência e entonação da voz, entre outros, para seduzir ou informar o TUI.

No tocante à encenação discursiva, Charaudeau (2016) nota também que, a partir da observação dos quatro sujeitos, fica bem clara a ideia de que a fala mascara a intencionalidade. Em determinadas circunstâncias, se o EUC não pode ou não quer se revelar em sua totalidade, usa o EUC como máscara de discurso. Dessa forma, joga, com finalidades estratégicas, a ocultação ou a transparência entre EUC e EUC na produção de efeitos (de patemização, de veracidade, etc.) que podem levar o interpretante a criar certas hipóteses. Além disso, o EUC organiza seu discurso a partir de determinados modos e mobiliza elementos linguísticos que, uma vez organizados e materializados em forma de texto, também permitem produzir efeitos que visam a adesão do interlocutor. É interessante notar ainda que EUC é consciente, por exemplo, de que não adianta investir o EUC de autoridade se o TUI não o levar a sério.

Como vimos, Charaudeau (2016) aponta que o contrato de comunicação está ligado às restrições resultantes das condições de produção e interpretação do ato de linguagem. Estas, por sua vez, determinam o implícito codificado, que resulta dos estatutos dos sujeitos situados no circuito externo do ato de linguagem e da relação imaginada que os interdefine. O contrato de comunicação é, portanto, determinado por circunstâncias de ordem socioinstitucional cujo desvelamento é essencial para dar conta dos “possíveis interpretativos” inerentes a qualquer ato de linguagem que venha a ser analisado.

Tendo em vista os procedimentos de utilização de categorias de língua para organizar o discurso conforme a finalidade em questão, Charaudeau (2016) propõe um agrupamento em quatro modos de organização: o Enunciativo, o Descritivo, o Narrativo e o Argumentativo. O autor enfatiza que cada um desses modos se apoia numa “organização do mundo referencial” e uma “organização de sua encenação”, sendo que o Modo Enunciativo intervém na encenação dos outros três por dar conta da posição do locutor com relação ao interlocutor, a si mesmo e aos outros, construindo um aparelho enunciativo. Assim, a organização da encenação discursiva pelo sujeito comunicante é feita em função de sua própria identidade e da imagem que tem de seu interlocutor, visto que o locutor sabe das restrições e da margem de manobra que a situação de comunicação impõe.

1.4 OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO

Segundo Charaudeau (2016), o discurso pode se organizar por meio de procedimentos discursivos de natureza enunciativa, descritiva, narrativa e argumentativa. Tais procedimentos estão relacionados à utilização e organização de categorias da língua para realizar diferentes finalidades em atos de comunicação produzidos nas mais diversas esferas de atuação humana, por meio de diferentes gêneros textuais. Nesse sentido, um gênero pode ter sua organização coincidente com um modo de organização, que pode aparecer de forma mais predominante nesse gênero, ou resultar

da combinação de vários modos. De acordo com a intencionalidade, EUc organiza os elementos linguísticos e discursivos utilizando o modo de organização mais adequado ao seu projeto de fala.

1.4.1 O Modo Enunciativo

Charaudeau (2016) considera que o modo enunciativo está relacionado à maneira pela qual o sujeito falante age na encenação do ato comunicativo: à posição que ocupa em relação ao interlocutor (comportamento alocutivo), aos seus pontos de vista (comportamento elocutivo) e à sua relação com um terceiro (comportamento delocutivo). De acordo com ele, esses comportamentos se efetivam por meio de procedimentos de construção enunciativa de ordem linguística, que explicitam essas diferentes relações do ato enunciativo por meio de processos de modalização do enunciado, e de ordem discursiva, que “contribuem para pôr em cena os outros modos de organização do discurso” (2016, p. 84).

Charaudeau (2016) observa que o comportamento alocutivo se caracteriza pela atribuição, por parte do sujeito falante, de papéis linguageiros para si e para o interlocutor. Tais papéis podem ser de superioridade, quando impõem ao interlocutor a execução de uma ação, ou inferioridade, quando o locutor produz uma petição decorrente da necessidade do “saber” ou “poder fazer” do interlocutor. As modalidades alocutivas utilizadas numa construção enunciativa dessa natureza variam, portanto, de acordo com esses papéis. Para mostrar ou impor sua posição de força em relação ao interlocutor, por exemplo, o locutor geralmente utiliza-se das categorias modais de interpelação, injunção, autorização, aviso, julgamento, sugestão ou proposta. E, quando o locutor se põe em posição de inferioridade com relação ao interlocutor, as categorias modais de interrogação e petição são mais comuns na construção enunciativa.

O elocutivo, por sua vez, caracteriza o comportamento em que o falante modaliza subjetivamente a verdade do propósito enunciado, ou seja, enuncia seu ponto de vista sobre o mundo

fazendo-o por meio de um modo de saber, de uma avaliação, de uma motivação, de um engajamento ou de uma decisão. Para isso, utiliza, a partir de sua enunciação, categorias modais bastante variadas: modalidades de constatação e de saber/ignorância (modo de saber), marcadas linguisticamente por escolhas lexicais como “constato”, “observo”, “estou vendo”, etc., no caso da constatação, e por dizeres como “eu sei”, “ignoro”, etc., nos casos de demonstração de saber/ignorância.

Além dessas categorias, esse modo também é expresso por modalidades de opinião e de apreciação (avaliação), caracterizadas por informações que deixem explícita a posição de determinados fatos no universo de crenças do locutor e o valor afetivo desses fatos para ele. Ao revelar seus pontos de vista, o sujeito pode utilizar-se ainda de modalidades de obrigação, de possibilidade e de querer (motivação), marcadas linguisticamente por “devo”, “tenho que”, “sou obrigado”, “posso”, “sou capaz”, “tenho aptidão”, “quero que”, “exijo que”, etc.; de modalidades de promessa, de aceitação/recusa, de acordo/desacordo e de declaração (engajamento), que têm como marcadores lexicais mais comuns “juro que”, “prometo”, “consinto”, “recuso”, “de acordo”, “de jeito nenhum”, “reconheço”, “confesso”, “mostrarei”, etc.; e, por fim, de modalidades de proclamação (decisão), marcadas por construções como “tenho dito”, “declaro”, etc.

Ao abordar a relação do locutor com um terceiro, o comportamento delocutivo, Charaudeau (2016) afirma que ela é caracterizada por um apagamento do sujeito falante, resultando em uma enunciação aparentemente objetiva, que retoma propósitos e textos que não pertencem a esse sujeito. Dessa forma, o locutor diz “como o mundo existe” (a partir de modalidades de evidência e probabilidade, dentre outras) ou relata “o que o outro diz e como o outro diz” (discurso relatado). Nesse caso, as modalidades são desvinculadas do locutor e do interlocutor e podem ser caracterizadas como asserção (e suas variantes) e discurso relatado. Este último, por sua vez, varia tanto nas maneiras de relatar (o discurso de origem pode ser citado, integrado, narrativizado, evocado) quanto na posição dos interlocutores e na descrição dos modos de enunciação

de origem, considerando-se o grau de fidelidade do relato, o modo de reprodução e o tipo de distância do locutor.

1.4.2 O Modo Descritivo

Em suas reflexões, Charaudeau (2016) avalia que todo texto é heterogêneo do ponto de vista de sua organização, dependendo tanto da situação de comunicação em que se insere quanto das diversas ordens de organização do discurso utilizadas em sua construção. No tocante ao modo de organização Descritivo, o autor propõe uma abordagem em três níveis: a situação de comunicação (considerando-se o contrato e a finalidade do texto), o modo próprio de organização do discurso e o gênero de texto. Combinando-se com o narrar e o argumentar, a construção descritiva apresenta como componentes básicos nomear, localizar/situar e qualificar, que são autônomos e indissociáveis.

O componente **nomear** consiste em “fazer existir seres significantes no mundo, ao classificá-los”. A atividade de nomear está ligada aos seres enquanto tais, e, ao nomeá-los, o sujeito os agrupa em torno de núcleos que constituem seu ponto de referência, produzindo taxonomias, inventários e listas cuja identificação deve estar de acordo com os códigos sociais. O componente **localizar-situar**, por sua vez, determina o lugar que um ser ocupa no espaço e no tempo, e o componente **qualificar** consiste em atribuir a um ser uma qualidade que o caracteriza e o especifica, tendo origem no olhar do sujeito falante e sua racionalidade, sentidos e sentimentos. Apesar de permitir a manifestação do imaginário individual do sujeito, a qualificação ocorre num jogo de conflito entre a subjetividade e as visões normativas sociais, visto que os sujeitos falantes vivem em coletividade e compartilham as normas da prática social.

Charaudeau (2016) assinala que, a partir dos componentes nomear, localizar/situar e qualificar, é possível construir uma imagem atemporal do mundo, na qual são fixados lugares e épocas, “maneiras de ser e fazer das pessoas, características dos ob-

jetos” (2016, p. 116). Para a construção dessa imagem, diferentes procedimentos discursivos e linguísticos são utilizados. Os procedimentos discursivos se fazem por meio de operações de identificação (recensear, informar), de construção objetiva do mundo (definir, explicar, incitar, contar), tendo em vista um imaginário social compartilhado, e de construção subjetiva do mundo (incitar e contar), deixando transparecer sentimentos, afetos e opiniões do sujeito falante.

Os procedimentos linguísticos, por sua vez, são mais específicos para cada um dos componentes da construção descritiva: para nomear utilizam-se denominação, indeterminação, atualização, dependência, designação, qualificação e enumeração; para localizar/situar utilizam-se categorias que fornecem enquadre espaço-temporal ou que, ao contrário, deixam lugar e tempo incertos (procedimentos linguísticos relacionados com o processo discursivo de identificação); e, para qualificar, utilizam-se analogias e detalhes de precisão factual sobre as maneiras de ser e de fazer.

No tocante à encenação descritiva, Charaudeau (2016) destaca que seus efeitos decorrem de intenção consciente do sujeito. São eles: efeito de saber (fabricando para si uma imagem de descritor sábio), efeitos de realidade e de ficção, efeito de confiança (revelando reflexões, interpelando o leitor, etc.) e efeito de gênero. Na encenação descritiva, também se observam procedimentos de composição ligados à organização semiológica geral do texto, que pode variar quanto à sua extensão tendo em vista a finalidade discursiva (informar, contar, explicar), a disposição gráfica e o ordenamento interno.

1.4.3 O Modo Narrativo

Ao discorrer sobre o modo de organização narrativo, Charaudeau (2016) analisa que, para que haja narrativa, uma sequência de acontecimentos narrados deve estar dentro de um determinado contexto. Além disso, é imprescindível que um “contador”, inves-

tido de intencionalidade, transmita, de uma certa maneira, uma representação da experiência do mundo a um destinatário. O autor considera que o ato de “contar” (que preferimos chamar de “narrar”) se encontra numa tensão entre realidade e ficção, pois faz surgir o universo contado (narrado). Este, por sua vez, predomina sobre a outra realidade (já acontecida), que passa a existir somente a partir desse universo. Uma outra tensão referente a esse ato diz respeito às crenças e representações ligadas ao mundo, ao ser humano e à verdade, pois esses imaginários estão relacionados, ao mesmo tempo, à unicidade do ser e à pluralidade do mundo e do ser.

Charaudeau (2016) sugere que a função do narrativo é organizar o mundo de forma lógica. O sujeito que narra tem o papel de testemunha direta da experiência vivida, cuja coerência narrativa está relacionada ao seu fechamento (princípio/ fim). Nesse sentido, o discurso construído no narrativo se organiza por meio de uma estrutura lógica e uma superfície semantizada que nela se baseia, mas que pode transformá-la, obedecendo a um princípio de fechamento e de lógica sintática. O modo narrativo apresenta, portanto, uma dupla articulação: a organização da lógica narrativa, voltada para o mundo referencial, e a organização da encenação narrativa, onde um sujeito narrante, ligado por um contrato de comunicação ao destinatário da narrativa, constrói o universo narrado.

No tocante à construção e organização da lógica narrativa, Charaudeau (2016) aponta certos componentes (os actantes, os processos e funções narrativas e as sequências e seus princípios de organização) e procedimentos de configuração (relacionados à motivação intencional, à cronologia, ao ritmo e à localização espaço-temporal) que estão aí implicados. No que diz respeito aos componentes, é importante lembrar que os actantes são categorias de discurso cujos papéis narrativos (agente/ paciente/ destinatário) se hierarquizam a partir de sua importância (principais/ secundários) na trama narrativa e de sua natureza (aquele que age/ aquele que sofre a ação/ circunstâncias). Nesse sentido, Charaudeau (2016) propõe um questionário actancial a partir do qual esses actantes podem ter seus papéis especificados (aliado, oponente, agressor,

benfeitor, vítima, etc.) e receber qualificações (positivas, negativas). Com relação aos processos e funções narrativas, o autor afirma que os primeiros estão ligados à semantização das ações (intencionais) em relação com sua função narrativa (de recompensa, de agressão, etc.) principal ou secundária. Essa função narrativa, por sua vez, se liga aos papéis dos actantes. Sobre as sequências e seus princípios de organização, Charaudeau (2016) elenca os princípios de coerência, de intencionalidade, de encadeamento e de localização.

No que diz respeito à configuração da lógica narrativa, destacam-se procedimentos ligados à motivação intencional, à cronologia, ao ritmo e à localização espaço-temporal. Os procedimentos relacionados à motivação intencional consistem em atribuir ao agente uma intenção de agir (agente voluntário) ou uma ausência de intenção (agente não voluntário); os ligados à cronologia obedecem ao princípio do encadeamento, que pode apresentar sequências narrativas contínuas (em progressão ou inversão) e descontínuas (em expectativa ou alternância); os ligados ao ritmo concernem ao fato de que as ações podem se desenrolar ora rapidamente, ora lentamente, ora condensadas, ora alongadas. Por fim, os procedimentos ligados à localização espaço-temporal podem produzir efeitos narrativos de ficção histórica (passado), autobiográfica ou de atualidade (presente) tendo em vista a situação no tempo e a localização no espaço, que produz efeitos de cena, de clima e de atmosfera.

Ao esclarecer os componentes e procedimentos da encenação narrativa, Charaudeau (2016) lembra que os mesmos permitem significar narrador e leitor ao longo da própria narrativa. No mesmo viés de seu modelo geral de comunicação, o autor propõe uma abordagem do dispositivo enunciativo que considera os espaços externo (o dos parceiros) e interno (o dos protagonistas), e seus quatro sujeitos. Todavia, a encenação narrativa apresenta possibilidades mais amplas: a de ver o sujeito comunicante como autor-indivíduo ou autor-escritor, que, na esfera do fazer, convoca um leitor real a receber e verificar a veracidade dos fatos ou a receber e reconhecer o seu projeto de escritura; e a de ver o sujeito enun-

ciador como narrador-historiador ou narrador-contador, que, na esfera do dizer, convoca um leitor destinatário a receber e verificar a história contada como real ou receber e compartilhar a história contada como história inventada.

Como procedimentos de configuração da encenação narrativa, Charaudeau (2016) considera as intervenções e identidades do narrador, juntamente com o seu estatuto e pontos de vista. As intervenções e identidades estão ligadas às possibilidades de presença e intervenção do sujeito como autor-indivíduo (cronista, contador-testemunha, etc.), autor-escritor (que anuncia seu projeto, revela fontes, apresenta-se como relator), narrador-historiador e narrador-contador. O estatuto do narrador diz respeito à relação que se instaura entre a história contada e esse narrador, que pode contar a história de um outro, estando exterior a ela ou se apresentando como testemunha dos acontecimentos, ou contar também sua própria história, sendo ou não porta-voz do autor-indivíduo-escritor ou sendo o narrador-personagem, tornando-se, ao mesmo tempo, autor-indivíduo e autor-fictício. As histórias que se encaixam em uma narrativa permitem distinguir narradores primários, que dominam o conjunto do texto (intervindo ou não na narrativa), e secundários, cuja história contada se integra na do narrador primário.

Sobre os pontos de vista do narrador, Charaudeau (2016) avalia que se referem à relação narrador/personagem e ao saber que o narrador possui sobre as personagens. Essas visões podem ser de natureza externa (objetiva), referentes à aparência física, fatos, gestos e demais características perceptíveis ou verificáveis, ou interna (subjativa), quando o narrador decide sobre os sentimentos, pensamentos e impulsos interiores da personagem.

1.4.4 O Modo Argumentativo

Ao tratar sobre a argumentação, Charaudeau (2016) a define como uma relação triangular entre um sujeito argumentante (que deseja persuadir o outro a compartilhar com ele determinada

proposta), uma proposta sobre o mundo e um sujeito-alvo dessa argumentação. Nesse sentido, ao apresentar as funções de base do Modo Argumentativo, lembra que argumentar é uma atividade discursiva na qual se busca uma **racionalidade**, ligada tanto à experiência social e individual do sujeito quanto às operações cognitivas que constroem um universo discursivo de explicação, e uma **influência**, que tende a seduzir ou persuadir o outro com relação ao que lhe é proposto. Por estar inscrito em uma finalidade racionalizante, esse ideal de persuasão é engendrado pelo o sujeito comunicante a partir de uma lógica de raciocínio marcada por um princípio de não contradição.

Assim, a ordem do argumentativo permite construir argumentações por meio de razão demonstrativa (com o estabelecimento de relações de causalidade) e razão persuasiva (estabelecimento de provas nos argumentos na encenação argumentativa). Para estabelecer as relações de causalidade segundo uma razão demonstrativa, é necessária uma organização lógica que, conforme Charaudeau (2016), supõe alguns componentes e procedimentos. Os componentes dizem respeito aos elementos de base da relação argumentativa, aos modos de encadeamento geral de causalidade, aos vínculos modais entre premissa e conclusão e à abrangência do valor de verdade.

Vejamos, inicialmente, cada um desses componentes: os três elementos de base são a asserção de partida – A1 (dado ou premissa), a asserção de chegada – A2 (conclusão) e a asserção de passagem (prova, inferência ou argumento), devendo esta última representar um universo de crenças compartilhado pelos interlocutores para que seja validada; os modos de encadeamento da causalidade, por sua vez, podem ser expressos por categorias de implicação, de explicação ou por outros tipos de relações lógicas que impliquem um modo de encadeamento geral de causalidade (conjunção, disjunção, restrição, oposição, causa, consequência e finalidade); no tocante às modalidades ou condições de realização, Charaudeau (2016) as inscreve no eixo do possível (quando A2 não é a conclusão única de A1) e do obrigatório (quando A2 é conclusão obrigatória de A1, sendo o vínculo entre elas de ordem necessária,

indiscutível ou exclusiva); quanto ao escopo do valor de verdade, a abrangência do conjunto da relação argumentativa se dá por generalização (quando a proposta $A1 \rightarrow A2$ vale para muitos casos, que se repetem com frequência), por particularização (se a proposta $A1 \rightarrow A2$ vale para um caso específico) e por hipótese (neste caso, a realização da proposta $A1 \rightarrow A2$ depende do grau de existência atribuído a $A1$).

Além dos componentes supracitados, comentamos que a lógica argumentativa também se instaura por meio de procedimentos (ou modos de raciocínio) que consistem na combinação desses componentes, estabelecendo uma razão demonstrativa que se baseia nas relações de causalidade entre as asserções. Ao elencar esses procedimentos, Charaudeau (2016) destaca a dedução, a explicação, a associação, a escolha alternativa e a concessão restritiva. O autor esclarece que a **dedução** (geralmente marcada linguisticamente por “se...então”, “logo”, “e”, “portanto”) é orientada da causa para a consequência, baseando-se em $A1$ para se chegar à conclusão $A2$, e pressupõe deduções por silogismo (consequência implicativa com asserções em relação de equivalência, vínculo modal de necessidade e escopo de generalização), pragmática (asserções da ordem do Narrativo encadeadas por consequência explicativa e conjunção, com vínculo modal do eixo do necessário e escopo de particularização), por cálculo (asserções da ordem da qualificação, narração ou posse encadeadas por consequência implicativa com vínculo modal no eixo do possível e escopo de hipótese) e condicional (encadeada por consequência e conjunção, com asserções da ordem do narrativo, do qualificativo ou da posse, vínculo modal do eixo do possível ou do necessário e escopo de hipótese combinada com particularização ou generalização).

Sobre o modo de raciocínio por **explicação**, Charaudeau (2016) destaca que é comumente marcado pela categoria linguística “porque” e orientado da consequência para a causa, visto que, neste caso, $A2$ representa o motivo, origem, razão ou causa mental de $A1$. O autor distingue alguns tipos de explicação: por silogismo, pragmática, por cálculo e hipotética, enfatizando que as três primeiras se definem de forma similar às deduções por silogismo,

pragmática e cálculo, exceto pelo modo de encadeamento, que é causal. No caso da explicação hipotética, só há simetria com a dedução no raciocínio por hipótese em si, já que põe-se a causa como objeto de uma suposição.

Continuando sua explanação sobre os modos de raciocínio, Charaudeau (2016), esclarece que a **associação** pode utilizar a conjunção, a causa ou a consequência como encadeamento, colocando A1 e A2 numa relação de contrário ou de identidade. A associação pode ser, portanto, dos contrários (mais comum em textos com finalidade estratégica de sedução, que buscam cumplicidade) e dos idênticos (que permitem construir raciocínios por extensão e simetria/assimetria, sendo também uma maneira de mostrar que o mesmo significante apresenta significados distintos). Sobre a **escolha alternativa**, Charaudeau (2016) afirma que está inscrita num raciocínio dedutivo e explicativo no qual duas relações argumentativas são postas em oposição, mostrando-se a incompatibilidade que resultaria da conjunção das duas. Consiste, assim, em evitar o raciocínio paradoxal que poderia evidenciar uma simples incompatibilidade, uma escolha entre positivo e negativo, entre duas positivas ou entre duas negativas (dilema/chantagem). A **concessão restritiva**, por sua vez, é comum em trocas polêmicas. Consiste em aceitar (ou fingir aceitar) A1 como verdadeira, e, ao mesmo tempo, contestar que ela possa levar a A2.

Charaudeau (2016) também propõe que, além da lógica argumentativa em si, a argumentação possui um modelo de encenação que depende de um contrato de fala entre os parceiros que estão nele engajados, estando centrado num sujeito que é instado a se posicionar. A encenação argumentativa, é, assim, dotada de certos componentes e de procedimentos (semânticos, discursivos e de composição), utilizados por esse sujeito para melhor atingir o seu objetivo de persuasão. Os componentes estão ligados ao **dispositivo argumentativo** (que se configura a partir da proposta ou tese, da proposição ou quadro de questionamento e da persuasão ou quadro de raciocínio), aos **fatores situacionais** (situação de troca, que pode ser monologal ou dialogal, e contrato de comunicação, que pode estar implícito ou explícito) e às **posições do sujeito** em

relação à proposta, ao emissor dessa proposta e à própria argumentação.

As posições do sujeito com relação à proposta dizem respeito à tomada de posição (em acordo ou desacordo) ou ao não posicionamento, quando não há engajamento quanto a ela. No que se refere ao emissor da proposta, o sujeito faz julgamentos nos quais pode rejeitar o status desse emissor, não lhe dando crédito, aceitá-lo ou até autojustificar o seu próprio estatuto ou de um outro. Com relação a sua própria argumentação, o sujeito pode implicar-se pessoalmente, construindo argumentação polêmica, ou não se implicar pessoalmente, utilizando-se de argumentação racional, demonstrativa.

Os procedimentos utilizados para servir ao propósito de comunicação do sujeito na encenação argumentativa, conforme já lembramos a partir de Charaudeau (2016), são de ordem semântica, discursiva e de composição. Os procedimentos semânticos se baseiam no valor dos argumentos, que, com base no consenso social, são estabelecidos a partir de domínios de avaliação e valores da ordem do ético (definidos em termos de bem ou de mal), da verdade (falsos ou verdadeiros), do estético (belos ou feios), do hedônico (agradáveis ou desagradáveis) e do pragmático (úteis ou inúteis, dependendo de um cálculo). Os procedimentos discursivos, por sua vez, visam utilizar categorias de língua ou procedimentos de outros modos de organização para produzir determinados efeitos de discurso. Nesse sentido, o sujeito busca produzir efeitos de persuasão por meio de definições (qualificando seres ou comportamentos), comparações (por semelhança, dessemelhança, de forma objetiva/verificável ou subjetiva), descrições narrativas, citações (de um dizer, de um saber ou de uma experiência), acumulações (simples, por gradação ou tautologia, que também pode ser falsa) ou questionamentos argumentativos.

Com relação aos últimos, podem se configurar distintas visadas: de **incitação a fazer**, quando no questionamento se evidencia uma insuficiência e o preenchimento dessa carência é solicitado; de **proposta de uma escolha**, quando a questão equivale a uma oferta feita ao interlocutor e da escolha dele depende a realização

dessa oferta, expressa na consequência; de **verificação do saber**, quando a resposta do questionamento em situação de troca polêmica entre interlocutores permite fazer uma sanção negativa ou positiva, permitindo ao questionador mostrar que sabe, ou seja, mostrar sua superioridade; de **provocação**, quando o questionado é posto em causa por meio de um julgamento de valor; ou de **denegação**, quando se propõe um argumento que é rejeitado antecipadamente, ao mesmo tempo em que se faz a pergunta.

No tocante aos procedimentos de composição, Charaudeau (2016) mostra que consistem na repartição, distribuição e hierarquização dos elementos argumentativos ao longo do texto, feitos por meio de composição linear ou composição classificatória. Na composição linear, os argumentos são programados cronologicamente, levando em conta as etapas da argumentação (começo, transição e fim), o vai e vem (retomadas, anúncios) e os tempos fortes (marcados por construções como “ressalto que”, ‘merece atenção o trecho”, “notemos”, “convém observar”, etc.). A composição classificatória, sendo um procedimento taxonômico, retoma e apresenta os dados do texto argumentativo por meio de listas, inventários, quadros ou figuras.

CAPÍTULO 2

O *ETHOS*: DA NOÇÃO CLÁSSICA À ANÁLISE DO DISCURSO

2.1 O *ETHOS* NA RETÓRICA ARISTOTÉLICA

De acordo com Almeida Júnior (2009), a *Retórica* de Aristóteles ocupa-se do discurso feito em público com fins persuasivos. Segundo o autor, a função desse tratado é apresentar as fases de composição do discurso (*inventio*, *dispositio*, *elocutio* e *actio*) e discernir os meios de persuasão, que consistem em empregar, de acordo com cada caso, as categorias formais mais adequadas, com o fim de persuadir o público ao qual o discurso se dirige. O autor enfatiza que tais categorias consistem em provas técnicas e não técnicas, inerentes às alocações proferidas a partir dos gêneros deliberativo (político), judiciário (forense) e epidítico (demonstrativo). O autor também nota que as provas técnicas do esquema retórico de Aristóteles se caracterizam por três meios: a lógica do assunto (*logos*), que se refere à argumentação propriamente dita, o caráter do orador (*ethos*), concernente à impressão de si próprio dada pelo orador por meio do discurso, e a emoção dos ouvintes (*pathos*), fator essencial para adesão da plateia à tese apresentada.

A esse respeito, Galinari (2012, p.52) lembra que as provas retóricas podem “gestar” diversos tipos de adesão: a emoções (fazer-sentir), a teses (fazer-criar) e a comportamentos ou ações (fazer-fazer). A partir de Aristóteles (1998), ressalta também a importância do *ethos* com relação às demais provas ao afirmar que, diante de um orador que preenche as três qualidades da condição persuasiva, “a prudência [*phrónesis*], a virtude [*areté*] e a benevolência [*eúnoia*]”, o rigor da demonstração lógica perderia espaço. Trata-se, assim, da autoridade, dos estatutos e do caráter atribuídos ao enunciador, garantias simbólicas para o sucesso da adesão.

Trabalhos como os de Galinari (2012) e Almeida Júnior (2009), bem como os de teóricos da Análise do Discurso como Amossy (2005), Maingueneau (2005; 2015a; 2018), Kerbrat-Orecchioni (2010) e Charaudeau (2006), assinalam que a noção de *ethos* é discutida desde a antiguidade clássica. Como vimos, na perspectiva de Aristóteles, o *ethos* se refere às demonstrações do caráter do orador em situações de enunciação pertinentes aos três gêneros da retórica clássica. Em conjunto com o *pathos* e o *logos*, o *ethos* era concebido como um meio discursivo que tornava possível ao orador influenciar seu auditório, podendo variar, para uma melhor adequação ao fim pretendido, de acordo com cada um dos gêneros supramencionados e seu respectivo público.

Ao discorrer sobre a concepção aristotélica de *ethos*, Maingueneau (2018) avalia que, do ponto de vista clássico, o *ethos* é vinculado essencialmente à oralidade, sendo considerando um efeito do discurso que envolve a enunciação, sem ser explicitado no enunciado. Além disso, enfatiza que “o *ethos* retórico está ligado à própria enunciação, não a um saber extradiscursivo sobre o locutor” (2018, p.267) ou a uma imagem prévia do enunciador. Numa reflexão mais aprofundada sobre o conceito, os teóricos da Análise do Discurso levam em conta esses e outros aspectos importantes em suas definições. Veremos a seguir com mais detalhes que, para esses estudiosos, são considerados elementos fundamentais questões como a relação dessa imagem de si no discurso com um grupo de indivíduos, e não apenas um, a implicação das afirmações que o enunciador faz sobre si mesmo no enunciado e a natureza oral ou escrita dos discursos a partir dos quais o *ethos* se configura.

2.2 O *ETHOS* NA ANÁLISE DO DISCURSO

Ao discorrer sobre o conceito de *ethos* em AD, Amossy (2005) afirma que o ato de enunciar leva à construção de uma imagem daquele que enuncia. Segundo ela, características como o estilo, as competências linguísticas e enciclopédicas, bem como as crenças implícitas no discurso, são suficientes para que um falante deixe mostrar uma imagem de si nas trocas verbais mais corriqueiras,

mesmo que não o faça intencionalmente. A esse respeito, Assunção (2018) lembra que a noção de *ethos* em Análise do discurso vai além daquela proposta por Aristóteles em sua Retórica, visto que está ligada não apenas à oralidade, mas também aos textos escritos.

Nesse viés, Maingueneau (2015a) apresenta uma noção de *ethos* que é discursiva e coextensiva a toda enunciação. Sob esse ponto de vista, o enunciador, ao se manifestar através do discurso, ativa no interpretante a elaboração de uma imagem que é avaliada positiva ou negativamente, a partir de um conjunto de representações sociais estereotípicas oriundas do universo de conhecimentos e crenças do(s) interlocutor(es). Apesar de apresentar distinções com relação ao conceito clássico de *ethos*, o autor elenca alguns princípios mínimos concernentes à noção, oriundos do pensamento aristotélico:

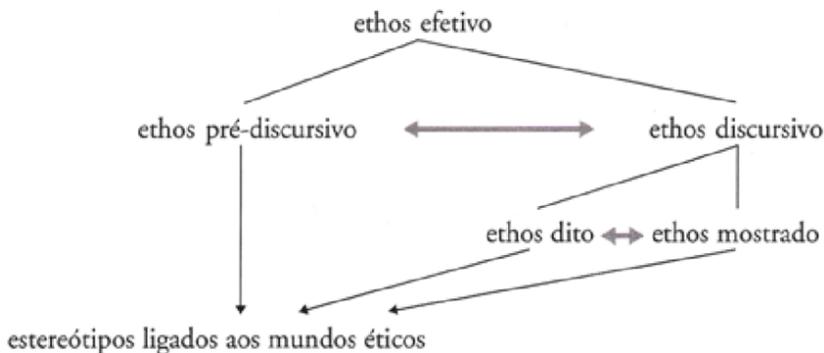
- o *ethos* é uma noção discursiva, ele se constrói através do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior a sua fala;
- o *ethos* é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro;
- é uma noção fundamentalmente híbrida (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica (MAINGUENEAU, 2015, p.17).

Ressaltamos, com o trecho, que Maingueneau, assim como outros teóricos da AD, enfatiza e posiciona a noção de *ethos* a partir da instância discursiva. Trata-se de imagem construída no discurso, não se ligando à imagem do locutor como ser empírico ao qual o discurso deve ser atribuído. Todavia, o autor reconhece a importância do desenvolvimento e das reinterpretações do conceito, concebendo, assim, uma noção encarnada de *ethos*, na qual a imagem de um “fiador” está ligada tanto à dimensão verbal quanto à física, sendo construída pelo destinatário também a partir de representações características associadas a determinadas “persona-

gens” da sociedade, construídas com base em estereótipos.

Nesse sentido, Maingueneau (2015a) também ressalta que o *ethos* está ligado a um “tom” ou vocalidade específica, a um “caráter”, concernente aos traços psicológicos, e a uma “corporalidade”, vinculada à compleição física e à maneira de se portar do enunciador. O autor considera que essas três dimensões ajudam a levar o interlocutor a um processo de “incorporação”, que diz respeito à apropriação desse *ethos* por parte do intérprete. O autor observa ainda que o *ethos* efetivo de um discurso, construído por tal ou qual destinatário, resulta da interação de diversos *ethé*: *ethos* pré-discursivo, correspondente às representações que se tem do enunciador antes da fala, *ethos* discursivo, *ethos* mostrado e *ethos* dito. Este último acontece quando o enunciador, por meio de sua própria enunciação, autodeclara-se portador de tais ou quais características ou estatutos. A esquematização abaixo deixa clara essa inter-relação.

Figura 02 - Esquematização do *ethos* efetivo



Fonte: Maingueneau (2015a, p.19).

A esquematização proposta por Maingueneau (2015a) sobre o *ethos* efetivo deixa mais claro ainda que, para além da noção aristotélica, a construção do *ethos* na Análise do Discurso engloba informações prévias sobre aquele que enuncia. A respeito da referida classificação, lembramos uma interessante crítica, feita por Galinari (2012), na qual é sugerida a substituição das nomenclaturas “*ethos* discursivo” por “*ethos* presente”, por tratar-se do resultado de uma enunciação presente num dado *corpus* delimitado pelo

analista e relativo a um determinado instante enunciativo, e “*ethos* pré-discursivo” por “*ethos* pré-corpus” ou “interdiscursivo”, visto que o conceito engloba as opiniões, imagens, fama, estatutos e reputação já conhecidas sobre o enunciador que se encontram sob a forma de saberes partilhados, em nível interdiscursivo (e, portanto, ainda em um âmbito discursivo, e não num nível anterior ao discurso).

Ao discutir a noção de *ethos*, Kerbrat-Orecchioni (2010) o define como uma questão de maneiras (boas ou más) configuradas num duplo processo semiótico: um normal, o da enunciação de uma informação qualquer, e um paralelo, no qual o locutor, por meio de seu comportamento verbal, paraverbal e não-verbal, constrói significados éticos, características ligadas a fatores identitários, por meio de determinados significantes éticos (marcadores, indicadores). Os indicadores, por sua vez, podem advir de sinais (voluntários) ou índices (involuntários) e se aplicam em todas as formas de discurso.

A autora menciona também alguns atributos éticos que podem caracterizar o comportamento de um indivíduo: caloroso, descontraído, firme, pretencioso, respeitoso, reservado, desconfiado, etc., ressaltando que tais atributos são construídos discursivamente, com base no comportamento semiótico do sujeito. Nesse ponto, Kerbrat-Orecchioni compara os conceitos de *ethos* e identidade, afirmando que a identidade é mais abrangente que o *ethos*, visto que há atributos identitários que se ligam ao sujeito independentemente de seu comportamento verbal, como características físicas e estado civil, por exemplo.

Os atributos identitários não são todos “*ethosizáveis*”, alguns deles podem ser considerados a esse respeito melhores candidatos do que outros (*firmeza* pode ser melhor do que *eficácia*, *simpático* melhor do que *generoso*; *sedutor* melhor do que *atraente* e *a fortiori* do que *bonito* ou *moreno...*). (KERBRAT-ORECCHIONI, 2010, p. 122).

Nesse sentido, a autora defende que o *ethos* advém mais do *parecer* do que do *ser*, não refletindo, necessariamente, a identidade

de real do sujeito. A autora também aponta dois empregos frequentes dessa noção, distinguindo-os como *ethos* 1 (*ethos* “individual”) e *ethos* 2 (*ethos* “coletivo” ou “cultural”), sendo o último definido como “o perfil comunicativo” ou o “estilo interacional” de uma dada sociedade. Essa aproximação do conceito de *ethos* com o de estilo também está presente nas reflexões de Amossy (2005), como foi mostrado, e em Discini (2015) e Mussalim (2015), que assinalam que o uso recorrente de determinados elementos no discurso de um indivíduo (léxico, estrutura sintática, modos de enunciação) direcionam a uma determinada imagem que se lhe torna possível atribuir. Assim, o *ethos* se viabiliza a partir dessas recorrências e de um modo próprio de dizer e tematizar o mundo.

Charaudeau (2017), por sua vez, ao discorrer sobre o discurso político e considerar a noção de *ethos*, enfatiza a importância de se considerar tanto a imagem do enunciador, instituído na enunciação, quanto o locutor como ser empírico. Segundo o autor, ao se pensar em *ethos*, é necessário considerar os dois aspectos, pois, a princípio, é a identidade social do locutor que o legitima como ser comunicante.

O sujeito aparece, portanto, ao olhar do outro, com uma identidade psicológica e social que lhe é atribuída, e, ao mesmo tempo, mostra-se mediante a identidade discursiva que ele constrói para si. O sentido veiculado por nossas palavras depende ao mesmo tempo daquilo que somos e daquilo que dizemos. O *ethos* é resultado dessa dupla identidade, mas ele termina por se fundir em uma única. De fato, quem pode crer que quando os indivíduos falam, não se toma o que eles dizem pelo que eles são? (CHARAUDEAU, 2017, p.115-116).

Ao definir o *ethos* como a fusão entre as identidades discursiva e social do sujeito, o autor também enfatiza que isso não quer dizer que o sujeito que fala ignore seu poder de usar “máscaras”, a partir de estratégias de persuasão que constituem (ou tentam constituir, já que o *ethos* não é completamente voluntário) identidades conforme o seu desejo, nem que o interlocutor seja sempre pego na “armadilha da identidade discursiva” que o enunciador tenta

lhe impor. Assim, Charaudeau (2017) assevera que a imagem que o enunciador pensa transmitir não necessariamente coincide com a percepção do destinatário, que muitas vezes constrói um *ethos* distinto daquele desejado pelo locutor.

Ao construir categorias de *ethé* com base no discurso político, Charaudeau (2017) assegura que tais categorias são comuns e constituem a essência do fenômeno linguageiro como um todo, pois os discursos estão perpassados por ideias e “não se pode separar o *ethos* das ideias, pois a maneira de apresentá-las tem o poder de constituir imagens” (2017, p. 118). Assim, o autor discorre sobre as categorias de credibilidade, subdividindo-a nos *ethé* sério, virtuoso e competente, e de identificação, subdividida em *ethé* bem variados: potência, caráter (aqui contrasta-se a vituperação e a força tranquila), inteligência (o autor fala em termos de astúcia e de detenção de conhecimentos), humanidade (sentimentos, gosto, humor, intimidade), chefe e solidariedade. É com base nessas e em outras categorias possíveis de *ethé* que nos propomos a analisar o *ethos* nas cartas de Lorde Byron para a mãe, Catherine Gordon.

2.3 ETHOSE PATEMIZAÇÃO⁶

Diante dos vários exemplos nos quais é possível identificar elementos patêmicos na organização da lógica argumentativa em nosso objeto de estudo, julgamos necessário nos atermos um pouco em algumas considerações sobre a relação entre o *logos*, o *ethos* e o *pathos*, e, mais especificamente, sobre como se configuram as marcas-vestígios do patêmico, sob o ponto de vista da Análise do Discurso, conforme as reflexões de Patrick Charaudeau (2007). Lembramos também as observações de Galinari (2012, p.62) quando este ressalta que “assim como o *pathos*, o *ethos* pode se revelar pelo uso de todo e qualquer elemento do *logos*”, ou seja, em pro-

6 - Ao justificar a utilização desse termo, Charaudeau (2007, p.6) afirma: “É a razão pela qual prefiro os termos “pathos”, “patêmico” e “patemização” ao de emoção. Isso me permite, por um lado, inserir a análise do discurso das emoções na filiação da retórica que desde Aristóteles trata os discursos em uma perspectiva de visada e de efeitos (ainda que ordenamentos sejam necessários a essa filiação), por outro lado, me permite demarcar a análise do discurso, caso seja necessário, da psicologia e a sociologia.”

cedimentos e modalidades sintáticas, nas visões de mundo criadas pelo discurso enquanto possibilidades semânticas de influência, nos processos de formação das palavras, nas estruturas descritivas e narrativas do discurso, nos silenciamentos, etc.

Buscando delimitar o quadro de tratamento no qual a noção de emoção se insere na AD, e as condições de um estudo discursivo das emoções, Charaudeau (2007) distingue, em suas considerações teóricas sobre o que prefere chamar de patemização, a problemática discursiva da emoção dos estudos voltados à psicologia e à sociologia das emoções. Para ele, os primeiros seriam, em sua essência, mais direcionados às reações sensoriais dos indivíduos, às suas disposições de humor ou caráter e mesmo às suas reações comportamentais. Os segundos, por sua vez, buscariam estabelecer categorias baseadas no que deveria ser o comportamento humano conforme as regulações e normas sociais.

A partir dessas distinções, o autor leva à conclusão de que o ponto de vista da Análise do Discurso está voltado ao estudo da linguagem em uma relação de troca, estando vinculada, portanto, a um sujeito em uma situação de comunicação determinada. Todavia, segundo o autor, por evidenciar mecanismos de intencionalidade do sujeito, de interação social e sobre a maneira como as representações sociais se constituem, aspectos esses ligados à emoção, a AD não pode prescindir da psicologia e da sociologia em seu enfoque sobre a patemização no discurso. Assim, ao integrar aspectos dessas disciplinas à abordagem discursiva, o autor amplia as possibilidades de compreensão sobre como o *pathos* se configura no discurso.

Tendo em vista esses aspectos, o autor defende que “as emoções são de ordem intencional, estão ligadas a saberes de crença e se inscrevem em uma problemática da representação psicossocial” (CHARAUDEAU, 2007, p. 2). Assim, consideram-se, para o seu estudo, nas circunstâncias de troca, os desejos e intenções dos sujeitos, suas relações de pertencimento a determinados grupos, os jogos das interações que se estabelecem entre eles e os conhecimentos e visões de mundo que compartilham. Conforme compreende o autor,

i) as crenças são constituídas por um saber polarizado em torno de valores socialmente compartilhados; ii) o sujeito mobiliza uma, ou várias, das redes inferenciais propostas pelos universos de crença disponíveis na situação onde ele se encontra, o que é susceptível de desencadear nele um estado emocional; iii) o desencadeamento do estado emocional (ou a sua ausência) o coloca em contato com uma sanção social que culminará em julgamentos diversos de ordem psicológica ou moral. (CHARAUDEAU, 2007, p. 4).

A partir desse raciocínio, observa-se que, para o autor, pode haver um desencadeamento de emoções provocado por fatores de ordem social: o sujeito, em sua avaliação subjetiva sobre um determinado acontecimento, leva em conta os saberes de crença ligados às normas sociais do meio, internalizadas e partilhadas pelos membros do grupo em que se insere. Dessa forma, ao tempo em que podem direcionar um determinado comportamento, as emoções são controladas pelas normas sociais advindas de determinadas crenças.

Além de defender que as emoções têm base cognitiva, visto que também estão ligadas a uma avaliação, Charaudeau (2007) sugere que as mesmas são, ao mesmo tempo, orientadas a um objeto externo e imaginadas pelo próprio sujeito. Dessa maneira, a lógica discursiva (*logos*), em seu arranjo intencional orientado para determinados propósitos, tanto pode causar em outrem como fazer refletir, no discurso do enunciador, determinados efeitos patêmicos. Nesse sentido, o autor também lembra que a AD estuda a emoção no processo discursivo como um efeito visado, sem ter garantia sobre o efeito produzido, numa abordagem que deve levar em conta a situação de comunicação, o universo de saberes partilhados e a estratégia enunciativa.

A partir dessa perspectiva discursiva, compreende-se, em consonância com o pensamento de Alves Júnior e Tomazi (2018), que o *logos* faz resultar uma determinada imagem do enunciador, desdobrando-se também, a partir dele e desse *ethos*, elementos ligados ao *pathos*. Como ressalta Galinari (2012, p.64), referir-se à presença do *ethos* no *pathos* equivale a falar da “imagem que o

sujeito cria de si diante do interlocutor *enquanto* está causando (ou tentando causar) nele emoções pela via do *logos*/discurso”. Assim, para analisar o *ethos* do sujeito que busca emocionar, é necessário ter uma ideia de como o interlocutor irá receber tal apelo emocional. Nesse sentido, levar em conta o papel dos interlocutores no contrato de comunicação é um essencial, pois o sujeito comunicante organiza o *logos* tendo em vista a elaboração de uma determinada imagem de si, de acordo com o seu papel e o do outro nesse contrato, de modo a facilitar a produção de efeitos patêmicos no interlocutor, levando-o a um pensar e a um sentir, que, por sua vez, podem levá-lo a fazer o que deseja.

Ao discorrer sobre as marcas-vestígios do patêmico no discurso, Charaudeau (2007) busca apontar meios para sua identificação e assinala que

o efeito patêmico pode ser obtido pelo emprego de certas palavras, mas também quando nenhuma das palavras utilizadas remete a um universo emocional. Dito de outro modo, o efeito patêmico pode ser obtido tanto por um discurso explícito e direto, na medida em que as próprias palavras têm uma tonalidade patêmica, quanto implícito e indireto, na medida em que as palavras parecem neutras deste ponto de vista. (CHARAUDEAU, 2007, p. 7).

Complementando essa ideia de que a obtenção do efeito patêmico pode ocorrer de forma implícita ou explícita, o autor afirma que determinadas palavras que descrevem emoções de forma transparente, como “raiva” e “indignação”, por exemplo, não necessariamente produzirão um efeito patêmico no interlocutor. Outras palavras, como “conspiração” e “vítima”, por sua vez, apesar de não descreverem emoções, são mais suscetíveis ao seu desencadeamento, sendo a orientação argumentativa e o contexto em que são empregadas essenciais para a determinação desses efeitos patêmicos, pois, mesmo em enunciados que não comportam vocábulos patemizantes, o contexto e as circunstâncias de enunciação podem indicar a ocorrência desses efeitos. As categorias linguístico-discursivas, portanto, não podem ser tomadas como recurso suficiente para uma análise discursiva dessa natureza.

Nesse sentido, “a patemização do discurso resulta de um jogo entre limitações e liberdades enunciativas: é preciso condições de possíveis visadas patêmicas inscritas no tipo de troca” (CHARAU-DEAU, 2007, p.8). Assim, reforça-se que o efeito patêmico depende de três condições: i) que discurso produzido se inscreva em um dispositivo comunicativo cuja finalidade e lugares atribuídos aos parceiros predisponham o surgimento de efeitos patêmicos; ii) que o campo temático sobre o qual se apoia o dispositivo comunicativo anteveja a existência de um universo de patemização e proponha certa organização dos tópicos (imaginários sociodiscursivos) susceptíveis de produzir tal efeito; e iii) que no espaço de estratégia, a instância de enunciação utilize-se da *mise en scène* discursiva com visada patemizante.

Charaudeau (2007) também nota que o patêmico não está relacionado apenas ao sofrimento, e propõe tópicos duplamente polarizados para exemplificar esses efeitos: o tópico da dor e da alegria; o da angústia e da esperança; o da antipatia e da simpatia; e o da atração e da repulsa. Inseridos nesses quatro grandes tópicos, o autor cita vários efeitos patêmicos que podem ser desencadeados no discurso: tristeza, vergonha, incômodo, humilhação, satisfação, vaidade, orgulho, contentamento, aborrecimento, medo, terror, confiança, desejo, indignação, acusação, denúncia, ódio, admiração, desprezo, desgosto, aversão, fobia, benevolência e compaixão, dentre outros. Esses efeitos são caracterizados mais ou menos detalhadamente pelo autor. Ao discorrer sobre a dor, por exemplo, ele analisa que

é desencadeada por um actante-objeto (pessoa ou situação) que colocou o sujeito em posição de vítima-ofendida, razão pela qual a dor é provocada pela mobilização de uma rede de crenças que coloca o sujeito em posição de vítima moral, que faz com que o objeto externo seja interiorizado pelo sujeito como causa interna da dor. (CHARAUDEAU, 2007, p.12).

A partir desse trecho e de outros, são descritos estados mentais ligados à emoção e como os mesmos são desencadeados por meio de certos arranjos na lógica discursiva. Com base nessas re-

flexões, compreende-se que *logos*, *ethos* e *pathos* estão interligados e devem ser estudados em conjunto numa análise discursiva como a que nos propomos a realizar. Ao construir lógica e intencionalmente um *ethos* de vitimizado, por exemplo, o EUC pode despertar a compaixão do interlocutor. Um *ethos* de herói, por sua vez, pode despertar um sentimento de esperança em uma melhora no futuro por parte do destinatário. Nesse sentido, trazer ao discurso elementos que, de alguma maneira, ajudem a construir uma imagem que atraia simpatias por parte do interlocutor, pode ser uma estratégia discursiva bastante eficiente, pois, conforme defende Charaudeau (2007, p.15), “o verdadeiro é aquilo que se sente e não se discute”.

CAPÍTULO 3

O GÊNERO EPISTOLAR

Tendo em vista a necessidade, nos estudos de análise do discurso, de obter suporte oriundo de aspectos históricos e socio-culturais ligados ao entorno dos atos de linguagem analisados, realizamos, neste item, um breve percurso histórico a respeito do gênero epistolar. Com isso, buscamos observar registros sobre o surgimento desse gênero e obter informações sobre o seu funcionamento no período compreendido entre o fim do século XVIII e o início do século XIX, época em que os discursos para os quais direcionamos nosso olhar se realizaram. Também analisamos, com base em Bakhtin (2003), como se configuram os componentes do gênero carta pessoal, refletindo também sobre o campo discursivo no qual esse gênero está inserido.

Conforme aponta Malatian (2011), a codificação do gênero epistolar é bastante antiga. As cartas do orador, filósofo e político romano Cícero (106 a.e.c. – 43 a.e.c.), por exemplo, ilustram como esse gênero já era utilizado como testemunho da vida pública e privada há mais de dois mil anos. Dezesete séculos depois de Cícero, a importância social da prática epistolar cresceu a ponto de começarem a aparecer no mercado bibliográfico muitos manuais sobre a arte de escrever missivas⁷. Em alguns deles, estavam inclusas fórmulas que indicavam desde a sobrescrita dos envelopes à distribuição dos temas a serem tratados nas cartas, com distinções e subdivisões desse gênero de acordo com o propósito e o destinatário, mostrando também a variabilidade dos gêneros epistolares: cartas domésticas, civis, mercantis, de recomendação, públicas, etc.

7 - Alguns desses manuais sobre a escrita de cartas, abordando desde os melhores materiais a serem utilizados ao modo mais adequado de dirigir-se ao destinatário, de acordo com cada situação, podem ser vistos a partir dos links <<http://www.gutenberg.org/files/38065/38065-h/38065-h.htm>>, <<http://www.gutenberg.org/files/56911/56911-h/56911-h.htm>> e <<http://www.gutenberg.org/files/22222/22222-h/22222-h.htm>>.

Apesar dessas normatizações, a escrita de cartas comportava, segundo Malatian (2011), transgressões que deixavam mostrar passagens em que a espontaneidade e a suspensão da autocensura se faziam presentes. Ao referir-se especificamente às cartas pessoais, a autora lembra que, seja como fonte de informação para estudos biográficos, forma literária, instrumento educativo para a formação de jovens ou mesmo como meio de satisfazer à busca de intimidade e privacidade, esse gênero faz parte de e expressa comportamentos regidos por valores próprios de uma época ou grupo social, permitindo compreender aspectos que vão do particular ao geral, do individual ao coletivo.

A partir do século XVIII, as cartas adquiriram papel cada vez mais relevante para a expressão de sentimentos, emoções e experiências. O hábito da correspondência tornou-se mais difundido, alcançou diversas camadas sociais e constituiu-se em prática cultural bastante apreciada tanto na Europa como na América. Cartas de amizade, amor, família, pedidos, recomendações, conselhos, censura, louvor, agradecimentos, a lista de suas modalidades é longa (...), o XIX foi também o século das correspondências, que se tornaram objetos de coleção e mesmo uma moda, com a formação dos tesouros de autógrafos, que atendiam o gosto antiquário. (MALATIAN, 2011, p.196).

Conforme a autora ressalta, no século XVIII, a difusão do hábito da correspondência alcançou camadas sociais diversas, tornando-se uma verdadeira moda no século XIX. Todavia, bem além de um modismo, a troca de cartas, como todo ato de linguagem, envolve muitos aspectos da prática social. Um desses aspectos, como lembra Malatian (2011), está relacionado à ampliação dos níveis de alfabetização no entorno social em que estava inserido, o que levou à difusão desse hábito de escrita. Outro ponto a se considerar é que a troca de correspondências também era, entre os últimos anos do século XVIII e início do século XIX, uma prática necessária devido à inexistência de meios de comunicação mais eficientes⁸. Assim,

8 - Conforme aponta Bennett (1924), apenas em 1877 o primeiro telefone foi exibido na cidade de Londres. Conf. <<http://www.victorianlondon.org/publications5/londoners-44.htm>>.

diante da ausência de recursos modernos, que hoje são viabilizados pelas novas tecnologias, as missivas eram o meio mais eficaz de enviar e receber notícias daqueles que se encontravam fisicamente distantes.

Como se vê, além de um simples instrumento de interação, a prática epistolar retrata outras complexidades sociais do mundo no qual se movimenta. Como compreende Bakhtin (2003, p.268), “os gêneros discursivos são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem”. Ao refletir sobre a prática da linguagem numa perspectiva sociointeracionista, Bakhtin (2003) também menciona a carta. Ao afirmar que “cada campo de utilização da língua elabora os seus tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2003, p. 262), o autor lembra que a diversidade desses gêneros é infinita, pois as possibilidades de atividade humana são inesgotáveis, e que os gêneros podem ser mais simples ou mais complexos, dependendo das condições de sua realização. Os que surgem nas “condições da comunicação discursiva imediata”, afirma citando a carta privada e o diálogo familiar-cotidiano como exemplos, são classificados como gêneros primários, enquanto aqueles que “surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo” (2003, p. 263), como nas esferas literária, científica, política, etc., são classificados como secundários.

É importante esclarecer que a ideia bakhtiniana de carta privada é compreendida aqui como sinônimo de carta pessoal, direcionada a um destinatário em particular, não pública em seu propósito primeiro e não vinculada a trâmites de âmbito institucional complexo, como os que acontecem no campo literário, por exemplo (revisão, formatação, encaminhamento à editora, impressão, etc.). Tratamos a noção de carta familiar nesse mesmo sentido, mas com a especificidade de haver um parentesco entre os interlocutores, fato que a situa na esfera familiar. Este esclarecimento, aparentemente desnecessário, é importante devido ao fato de que, neste trabalho, temos como um dos elementos de base para reflexão o dispositivo da encenação da linguagem proposto por Patrick Charaudeau (2016), no qual os parceiros são definidos tendo em vista, entre outros fatores, a esfera de atividade social em que o

gênero em análise circula.

Indo adiante em suas reflexões, Bakhtin (2003) apresenta a ideia de que cada gênero do discurso traz em si um conteúdo, um estilo e uma composição peculiar, dimensões indissociáveis. No caso das cartas pessoais, é perceptível que o conteúdo ou tema pode ser imensamente variado, pois dependerá de cada situação. A composição ou estrutura, por sua vez, é relativamente estável: inicia-se com informações sobre local e data em que se encontra o emissor, seguidos de uma saudação inicial ao destinatário e do texto em si. No final, há uma despedida e assinatura do remetente, com um *post scriptum* em alguns casos. Esses aspectos estruturais são de fácil percepção e geralmente são lembrados em muitos dos inúmeros estudos sobre cartas⁹.

No que diz respeito à terceira dimensão do gênero, o autor sugere que esse tipo de narrativa, como qualquer enunciado de natureza pessoal, pode “refletir a individualidade do falante (ou de quem escreve), isto é, pode ter estilo individual.” (2003, p. 265). Nesse sentido, entendemos, conforme Bakhtin (2003, p. 289), que o estilo se refere ao componente expressivo, tratando-se da “relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do objeto e do sentido do seu enunciado”, o que é observado a partir de determinadas recorrências no uso da língua: as escolhas lexicais, as peculiaridades gramaticais e as construções frasais.

Em sendo o nosso estudo de caráter analítico-discursivo e voltado primordialmente à análise do *ethos*, entendemos que, entre os três elementos indissociáveis que compõem o gênero apontados por Bakhtin (2003), uma ênfase maior deva ser dada ao tema e ao estilo. Tendo em vista a ligação entre a questão do individual/subjetivo e a noção de estilo proposta por Bakhtin, e as aproximações feitas por autores como Mussalim (2015), Kerbrat-Orecchioni (2010) e Discini (2015) entre as noções de estilo e *ethos*, nos detemos um pouco mais nesse aspecto adiante, pois essa aproximação nos será útil em capítulo posterior sobre a análise do *ethos* byroniano.

9 - A título de exemplificação, podemos citar os trabalhos de Silva (2002), Watthier & Costa-Hübes (2009) e Costa (2012), todos de base bakhtiniana.

3.1 A CARTA PESSOAL: GÊNERO LITERÁRIO OU NÃO LITERÁRIO?

Em nossas primeiras reflexões sobre como direcionar o estudo de uma amostra do gênero carta pessoal escrita por uma celebridade do mundo da literatura como Lorde Byron, nos deparamos com um questionamento importante para a continuidade de nosso trabalho: tendo sido redigida por um dos escritores mais influentes da literatura inglesa, seriam essas cartas familiares amostras de um gênero do discurso literário? Encontramos questionamento semelhante nos estudos de Tin (2005) sobre as cartas de Monteiro Lobato, que sugerem considerar o destinatário, o assunto e a situação na avaliação da literariedade desse gênero.

Em busca de respostas mais direcionadas aos nossos propósitos, consultamos outros autores da área da literatura e da Análise do Discurso, e, diante de várias possibilidades e caminhos, decidimos levar adiante o nosso estudo a partir de autores fundadores como Bakhtin (2003) e de contemporâneos como Charaudeau (2001; 2016; 2017) e Maingueneau (1996; 2001; 2018), visto que, na elaboração de suas teorias sobre o funcionamento da língua, todos lidam com *corpora* de natureza literária e não literária. Também optamos por mostrar, de forma breve, com base em Compagnon (2003), algumas visões sobre o que é literatura e, conseqüentemente, o que faz com que um discurso venha a ser considerado de natureza literária.

Já vimos que, na perspectiva bakhtiniana, a carta privada não está situada na “complexa” esfera literária, pois o autor aproxima esse gênero da conversação imediata. Todavia, é interessante rever a questão do literário a partir de outras perspectivas. Nesse sentido, Compagnon (2003), ao discorrer sobre o que vem a ser literatura, analisa, inicialmente, que, num sentido amplo, tudo o que é impresso, seja ficção, história, filosofia, ciência ou belas letras é considerado literário e que, num sentido estrito, essa noção varia segundo as épocas e culturas. Para Aristóteles, por exemplo, faziam parte da *Poética* os gêneros épico e dramático. O gênero lírico, por não ser fictício nem imitativo, estava excluído dessa

categoria. Nessa acepção, as funções da literatura eram a *katharsis*, ligada à emoção por meio da arte, e a instrução, onde os fatos ligados ao que é geral, provável ou verossímil eram conhecidos a partir de um “instruir agradando”, o que proporcionava um tipo de conhecimento do mundo e dos homens por meio da experiência literária.

Compagnon (2003) afirma ainda que, até meados do séc. XVIII, a literatura era concebida como imitação (*mimêsis*) ou representação de ações humanas pela linguagem, ou seja, como ficção. A partir da metade desse mesmo século, o literário passou a remeter ao belo como um fim em si mesmo: “a arte e a literatura não remetem senão a si mesmas. Em oposição à linguagem cotidiana, que é utilitária e instrumental” (2003, p.39). Essa noção de literário como uso estético da linguagem escrita (belo estilo) modificou-se no séc. XIX, quando passou a predominar a afirmação da relatividade histórica e geográfica do bom gosto e o literário passou a abranger o romance, o teatro e a poesia, além de quaisquer produções oriundas de grandes escritores, inclusive a correspondência e as anotações irrisórias¹⁰. Nesse sentido, negava-se o valor de outras obras, configurando-se um estreitamento institucional da literatura, que passava a ser apenas a literatura culta.

O autor continua afirmando que, mais adiante, no séc. XX, o termo literatura passa a ter extensão ampla e é liberal, abrangendo gêneros diversos que são julgados literários por critérios de valor ético, social e ideológico. Segundo ele, de maneira oscilante, a literatura contribui com a ideologia dominante e, ao mesmo tempo, é subversiva, confirma o consenso, mas produz também a dissensão. Compagnon (2003) ressalta também que, de forma global, a literatura ainda é concebida como ficção pela opinião corrente, tendo também vinculada a si a ideia de arte. Num viés formalista, por exemplo, a distinção entre linguagem literária e linguagem comum credita à primeira características como conotativa, ambígua, expressiva, perlocutória, autorreferencial, motivada, não-linear, opaca (intransitiva, perceptível), sistemática (organizada,

10 - Essa visão de literatura está bem clara em Prothero (1898, p. VI), quando o autor afirma que “com sua simplicidade, ousadia e vigor”, as cartas de Byron possuem “um valor literário muito alto”.

coerente, densa, complexa) e de uso imaginário e estético. Em contraste, a linguagem comum é caracterizada como transitiva, arbitrária, linear, utilitária, imperceptível, denotativa, espontânea e de uso referencial e pragmático. Além disso, para os formalistas, o estranhamento também era um critério distintivo que tornava um texto literário.

Diante dessas várias distinções, Compagnon (2003) defende que as soluções propostas pelas diversas teorias fracassam, pois são essencialmente provisórias, e, como num movimento em espiral, vão se contradizendo e se repetindo, num constante rearranjo. Nesse sentido, o autor propõe que “não há essência da literatura, ela é uma realidade complexa, heterogênea, mutável” (COMPAGNON, 2003, p. 44), que uma definição de literatura é sempre uma questão de preferência e que “toda teoria repousa num sistema de preferências, consciente ou não” (2003, p. 44). Assim, o autor compreende que os textos literários são aqueles que uma sociedade decide e utiliza, sem remetê-los necessariamente a seu contexto de origem, visto que “o contexto de origem restitui o texto à não-literatura, revertendo o processo que fez dele um texto literário” (2003, p. 45). Dessa forma, o autor sugere que “literatura é literatura, aquilo que as autoridades (os professores, os editores) incluem na literatura” (2003, p. 46).

Tendo em vista as considerações de Compagnon (2003) sobre o que tem sido considerado literatura ao longo do tempo, lembramos que, ao discorrer sobre o assunto na perspectiva da Análise do Discurso, Maingueneau (2018) afirma que considerar o fato literário como discurso é contestar o caráter central da instância criadora e do universo estético, restituindo-o aos espaços que o tornam possível (onde é produzido, avaliado, administrado). No desenvolvimento de nosso trabalho, a ênfase nas Circunstâncias de Discurso dos atos languageiros em análise é um dos motivos pelos quais consideramos que, nas condições originais de seu surgimento, as cartas de Byron para a mãe escapam à cena englobante da instituição literária.

Prosseguindo a reflexão sobre o pertencimento desse *corpus* ao campo literário, é importante considerar também que há cartas

e cartas. Trata-se de um mesmo significante que remete à diversidade do gênero epistolar como um todo. Há cartas comerciais, de cortesia, de apresentação, cartas do leitor, cartas de reclamação, carta-circular, cartas eclesiásticas, cartas-registros, entre outras. Como lembra Silva (2002, p.67), diferentes gêneros epistolares “são produzidos por diferentes espaços institucionais, como financeiro, jurídico, religioso, educacional, comercial, cultural, etc...”. Nesse sentido, cada um desses tipos de carta está vinculado a condições de produção/ interpretação que as instituem como práticas adequadas dentro do seu campo discursivo, sendo o discurso aí presente moldado em função do cumprimento de determinados propósitos dominantes (oferecer um produto, mostrar a opinião do leitor sobre uma matéria publicada, informar, reclamar, etc.) e de destinatários distintos.

É imprescindível, portanto, que se considere a situação da enunciação. Uma carta escrita por um político a seus eleitores, por exemplo, não faz parte do domínio discursivo literário, e sim político. Portanto, sob o rótulo de carta, configuram-se gêneros discursivos distintos que circulam e pertencem a campos discursivos diversos. Nesse sentido, Maingueneau (2018), ao discorrer sobre rótulos genéricos, defende o reconhecimento dos gêneros pelos agentes a partir da competência comunicacional, questionando a necessidade de rotulação desses enunciados. As categorizações, segundo ele, podem “remeter às propriedades formais do texto, à sua interpretação ou a uma combinação das duas” (MAINGUENEAU, 2018, p. 244). Ao referir-se às rotulações mais centradas em aspectos formais, o autor trata a carta como um hipergênero:

No caso dos rótulos que se referem a um tipo de organização textual, mencionamos em primeiro lugar aquilo a que demos o nome de *hipergêneros*. Trata-se de categorizações como “diálogo”, “carta”, “ensaio”, “diário”, etc. que permitem “formatar” o texto. Não se trata, diferentemente do gênero do discurso, de um dispositivo de comunicação historicamente definido, mas um modo de organização com fracas coerções que encontramos nos mais diversos lugares e épocas e no âmbito do qual podem desenvolver-se as mais variadas encenações de fala. (MAINGUENEAU, 2018, p.244).

Como é possível observar, o autor trata o hipergênero, e, por consequência, a carta, como um modo de organização textual comum a lugares, épocas e encenações de fala variados. Compreendemos, a partir disso, que a inserção da carta em determinado campo discursivo deve ser feita com cautela, observando-se questões como época, espaço e lugares sociais dos sujeitos da troca comunicativa, além da própria relação interpessoal entre esses sujeitos. Também é possível observar na citação em destaque que, como em Bakhtin (2003), a carta é classificada e agrupada juntamente com o diálogo. Todavia, Maingueneau (2018) sugere que, por tratar-se de um hipergênero, a carta não deve ser vista como um ato comunicativo historicamente definido (como literário, por exemplo), mas a partir das Condições de produção/interpretação e do propósito específico que a faz surgir como um ato de linguagem devidamente situado.

Assim, apesar de Maingueneau utilizar nessa classificação um critério voltado essencialmente à organização textual, é importante notar que o autor também ressalta a questão das múltiplas encenações de fala que podem envolver esses dispositivos de comunicação em diversos lugares e épocas. Tendo em vista esse aspecto, reforça-se a ideia de que é primordial levar em conta e a cena de enunciação e o contrato que se estabelece entre os parceiros do discurso/ ato de linguagem em análise, e, a partir disso, verificar se as características do contrato estabelecido entre os sujeitos é compatível com aquelas de um discurso oriundo do campo literário.

Continuando nossa reflexão acerca da natureza das cartas que compõem o nosso *corpus*, observamos que, segundo Maingueneau (2018), além das leis gerais que presidem o intercâmbio verbal, cada gênero do discurso tem definidas as suas próprias regras de conveniência. “Todo enunciado literário está vinculado com uma cena englobante literária, sobre a qual se sabe em particular que permite que seu autor use pseudônimo, que os estados de coisas que propõe sejam fictícios etc.” (2018, p. 251). Além disso, nos gêneros literários há um contrato que se configura na “cooperação narrativa” entre leitor e autor. O leitor tem ideia do que esperar diante de um discurso concebido como literário e estrutura suas

expectativas de acordo com o gênero diante do qual se encontra.

Nesse sentido, o autor defende que existe uma “convenção tácita” aplicada ao exercício da palavra, o que remete à inscrição de determinados gêneros na esfera literária: “a enunciação literária não escapa à órbita do direito. Fala e direito à fala se entrelaçam” (2018, p. 43). Partindo dessa reflexão, entendemos que o direito à fala dentro da esfera literária se concretiza com o pertencimento do sujeito comunicante essa instituição. Para produzir um discurso aceito como literário, o sujeito comunicante deve ser reconhecido como alguém que faz parte do campo discursivo literário de forma atuante, o que se faz a partir de uma identidade socialmente reconhecida de autor.

Nesse viés, Maingueneau (2018, p.178-179) afirma que “com o primeiro texto oferecido ao público, nasce uma instância que duplica seu criador (ele agora é “autor da obra X”) e começa a existir no arquivo literário mediante os comentários feitos a seu respeito e de seu autor”. Assim, a publicação e reconhecimento de uma obra dá ao sujeito o papel social de escritor, concretizando o seu “direito à fala” dentro da esfera literária. Essa proposta de Maingueneau sobre o surgimento do autor não deixa de estar relacionada à observação de Compagnon (2003) sobre uma determinada visão de literatura predominante no século XIX, que leva em conta exatamente esse aspecto: produzir com sucesso um discurso tido como literário requer que haja um reconhecimento por parte daqueles que já fazem parte da esfera literária, o que ajuda a concretizar o pertencimento do sujeito comunicante a esse campo, e, conseqüentemente, ao reconhecimento também por parte do leitor, que receberá o ato de linguagem tendo em vista a sua própria competência genérica (pragmática), que garantirá uma *cooperação narrativa*.

É necessário, portanto, de acordo com ambas as perspectivas, que, ao se considerar um determinado gênero como oriundo do fazer literário, haja um posicionamento do sujeito comunicante na esfera literária. Como já foi enfatizado por muitos teóricos¹¹,

11 - Conf. Miall (2002), onde são apresentados vários estudos voltados ao processamento leitor diante de discursos reconhecidos como literários.

o leitor tem ideia do que esperar diante de um discurso concebido como literário, conduzindo sua postura de uma maneira bastante definida¹². A ênfase nessa questão decorre da importância de considerarmos a recepção do discurso pelo sujeito interpretante nos atos de linguagem que analisamos. Tendo em vista que, ao produzir os atos de linguagem aqui analisados, entre março de 1799 e fevereiro de 1806, Byron ainda não tinha publicado a sua primeira obra, *Fugitive pieces*, que data de novembro de 1806, o critério do pertencimento do sujeito comunicante ao campo literário não contribui para a classificação das cartas pessoais de Byron para a mãe como discurso literário.

Assim, somos favoráveis ao entendimento da carta pessoal como um gênero discursivo primário devido a sua linguagem simples, formada em circunstâncias de *comunicação discursiva imediata*, conforme analisa Bakhtin. Como um projeto de fala situado no âmbito de uma encenação discursiva (CHARAUDEAU, 2016), a troca linguageira intermediada pela carta pessoal/ familiar se configura em uma espécie de contrato entre os sujeitos, no qual os “indivíduos pertencentes ao mesmo corpo de práticas sociais” estão suscetíveis a chegar a um acordo sobre as “representações linguageiras” das situações sociais em que estão inseridos. Nesse caso, a situação não é a de um leitor que espera uma obra literária. Pensar nessas cartas como literatura pressupõe uma recepção desses enunciados distinta daquelas para as quais foram inicialmente pensados, a da troca linguageira cotidiana entre mãe e filho.

Ao propormos uma visão dessas cartas familiares como um gênero do discurso simples do cotidiano, não descartamos completamente a ideia de que as cartas podem ser vistas como discurso literário. Esse raciocínio não deixa de estar correto, desde que se imagine a recepção dessas cartas por um público leitor após a sua compilação e publicação em uma obra, o que só veio a acontecer em época posterior à inserção de Byron no campo literário como escritor. Segundo Lansdown (2015), a primeira publicação de uma

12 - Entendemos que o conceito de horizonte de expectativa, de Hans Robert Jauss, exemplifica bem essa questão.

coleção de cartas pessoais de Byron data de 1830, seis anos após a morte do então já reconhecido e famoso bardo. Entendemos que é também nesse sentido de obra completa que estudiosos de literatura tratam o todo composto pelo conjunto das cartas de Byron como pertencentes ao gênero literário. Nesse viés, Lansdown (2015) considera essas cartas, escritas por Byron dos 11 aos 36 anos, como biografia informal ou prosa informal, destacando também aspectos como aliterações e uso de adjetivos negativos, compatíveis com um uso literário da língua.

Estendendo um pouco mais a discussão sobre a tentativa de distinção entre discurso literário e linguagem comum, chamamos a atenção para uma característica ressaltada por Maingueneau (1996) na distinção entre a linguagem dita comum, não literária, e o que se entende por discurso literário: a questão dos universos fictícios.

A auto referência está no centro do discurso literário, assim como na conversa mais banal. Porém, ela adquire uma amplidão particular na medida em que diz respeito à enunciação de obras inteiras, em que é inseparável da afirmação dos universos fictícios que estas pretendem instituir (MAINGUENEAU, 1996, p.182).

Em consonância com uma distinção corrente destacada por Compagnon (2003), vemos, nesse trecho, a ideia de que a obra literária, e, por conseguinte, o discurso literário, está relacionado com a ficção. Considerando-se esse aspecto, as cartas pessoais/familiares de Byron para Catherine configuram-se, mais uma vez, como gênero não literário, pois, nessas missivas, o enunciador trata de eventos comuns ocorridos no seu dia a dia. Além disso, tendo em vista as biografias escritas com base nessas cartas e em outros documentos, como registros civis, esses atos de linguagem não se caracterizam como eventos fictícios.

Para concluir, entendemos que a ideia de gênero como macroato de linguagem também corrobora o pensamento de que essas cartas possuem um contrato distinto daquele que se configura nos chamados gêneros literários. Isso pode ser percebido a partir

da definição de Maingueneau (2001) de gêneros literários como

Dispositivos de comunicação em que o enunciado e as circunstâncias de sua enunciação estão implicados para realizar um macroato de linguagem específico. A obra só faz representar um real exterior, define um contexto de atividade. O gênero de discurso aparece dessa maneira como uma atividade social de um tipo particular que se exerce em circunstâncias adaptadas, com protagonistas qualificados e de maneira apropriada. (MAINGUENEAU, 2001, p.66).

A partir dessas observações fica claro, por fim, que o gênero do discurso deve ser estudado como um macroato de linguagem, o que significa vinculá-lo a um campo de atividade específico. Nesse viés, reforça-se, mais uma vez, a ideia de que as condições de produção/interpretação e a instituição de fala diante da qual o discurso se articula são primordiais para definir melhor a relação entre os seus protagonistas e ajudar a determinar o campo de atividade no qual ele se insere.

3.2 LORDE BYRON E SUAS MISSIVAS

Quando se fala em Byron, é provável que a memória discursiva¹³ de muitos seja direcionada à fase do romantismo na literatura brasileira conhecido por byronismo ou ultrarromantismo. De fato, Lorde Byron foi um dos poetas mais badalados do movimento romântico e teve grande influência no comportamento e na produção literária de jovens escritores brasileiros da segunda geração romântica, na qual houve, segundo Moisés (2012, p. 514), uma “maré de imitação da vida e da obra de Byron”. Para fins de contextualização, e buscando compreender melhor os discursos que compõem o *corpus* em análise neste trabalho, julgamos importante buscar informações tanto de biógrafos quanto de autoridades do

13 - Orlandi (2007, p.31) esclarece que o conceito de memória discursiva se baseia em um já dito que afeta o modo como o sujeito constrói a significação, referindo-se, assim, ao saber interdiscursivo, ou seja, o que fala antes, em outro lugar, o pré-construído que torna possível todo dizer.

meio acadêmico sobre a vida do jovem lorde antes de sua inserção, como escritor e poeta, no campo literário, pois essas informações serão úteis para esclarecer e direcionar alguns pontos de nossas análises.

Lansdown (2015) considera que o primeiro autor a publicar uma obra de caráter biográfico sobre Byron, reunindo um conjunto de escritos pessoais do poeta, incluindo várias cartas, foi Thomas Moore, seu amigo e também colega poeta. Nesse trabalho (MOORE, 1844), constam informações de que George Gordon Byron nasceu em Londres, em 22 de janeiro de 1788. Filho de Catherine Gordon e John Byron, o menino não teve muita sorte em seus primeiros anos de vida, pois, além de nascer com uma deficiência no pé, ficou órfão de pai com apenas três anos de idade. Na infância, Byron viveu com a mãe de forma simples, visto que o pai, quando em vida, gastara rapidamente, com extravagâncias, toda a grande soma em dinheiro e títulos bancários pertencentes à esposa, uma rica herdeira à época do casamento.

Até os dez anos, Byron morou com a mãe em Aberdeen, na Escócia, onde iniciou seus estudos em uma pequena escola nas proximidades de onde residia. Todavia, conforme Moore (1844), o destino do garoto muda em 1798, quando herda de um tio-avô o título de Barão Byron de Rochdale, juntamente com algumas terras e uma grande propriedade, a abadia de Newstead, situada em Nottinghamshire, na região central da Inglaterra. Poucos meses após herdar o baronato, o agora Lorde Byron deixa Aberdeen em companhia da mãe e da babá e dirige-se para Newstead. A ideia de Catherine Gordon era tomar posse da abadia e demais propriedades, e, conseqüentemente, mudar a vida para melhor, o que também significava condições melhores de estudo e tratamento adequado para a deficiência física do menino. Conforme Prothero (1898), na chegada a Newstead, o trio foi recebido por Hanson, advogado contratado para resolver os interesses da família desde 1794, ano em que Byron tornara-se herdeiro presumido do tio-avô.

Prothero (1898) assevera que, por Byron ser menor de idade e ter privilégios legais oriundos do baronato, foi necessária a indicação de um guardião para cuidar dos interesses do pequeno lorde,

o que ficou a cargo do conde Carlisle, um parente não tão próximo e não tão disposto a realizar esse papel. Desde que Hanson e Byron se conheceram, surgiu uma simpatia recíproca entre ambos. O advogado tinha filhos com idades próximas à de Byron, o que levou a um estreitamento nos laços entre eles e fez com que o menino tivesse Hanson como um amigo e uma referência paterna, além de advogado. Foi na estabilidade familiar dos Hanson que Byron passou muitos de seus recessos escolares e feriadados.

Marchand (1993) enfatiza que foi Hanson que, pensando no futuro do menino, viu a necessidade de separar Byron de Catherine e levá-lo para um ambiente onde ele pudesse ter uma educação mais sistemática, com disciplina e afabilidade. Assim, em julho de 1799, Hanson saiu de Newstead em direção a Londres levando com ele Byron e a babá. Chegando em Londres, o advogado levou o menino ao médico, providenciou sua matrícula em uma escola e resolveu questões burocráticas no sentido de conseguir uma pensão para Catherine. Uma vez instalado em Londres, durante quase dois anos Byron estudou em uma escola pequena. Depois desse período, com 13 anos e meio iniciou seus estudos na conceituada Harrow School, onde permaneceu até 1805, quando passou a estudar em Cambridge.

Depois de sua saída de Aberdeen, na Escócia, para Nottingham e depois para Londres, Byron começou a se corresponder com algumas pessoas. Como já mencionamos, segundo Lansdown (2015), essa correspondência foi reunida e publicada em três trabalhos de maior relevância: o de Thomas Moore (1830), com 561 cartas, os seis volumes editados por R. E. Prothero (1898), com quase 1.200, e os doze de Leslie Marchand, publicados entre 1973 e 1982, com aproximadamente 3.000 missivas. No primeiro volume da edição publicada por Prothero (1898), de onde selecionamos a correspondência entre mãe e filho para nossa análise, é possível constatar que, no período de nosso recorte, entre março de 1799 e fevereiro de 1806, Byron enviou cartas para apenas seis correspondentes: a mãe, a irmã Augusta, o advogado John Hanson e os amigos Hargreaves Hanson, Elizabeth Pigot e Charles O. Gordon.

Como é possível perceber pelas datas de publicação das obras

supracitadas, as cartas de Lorde Byron são objeto de interesse desde a primeira metade do século XIX. Inicialmente por parte de fãs e outros contemporâneos do poeta, e depois por parte de biógrafos e estudiosos de língua e literatura inglesa no meio acadêmico. Mesmo nos dias atuais, ainda é possível encontrar notícias sobre a comercialização de cartas originais de Byron por altos valores¹⁴. Apesar de ainda se pagar caro por esses documentos, um vasto acervo de epístolas de Byron se encontra digitado (uma pequena parte dos originais digitalizada) e disponível para *download* gratuitamente em alguns sites na internet. É esse o caso da obra *The Works of Lord Byron, Letters and Journals, Vol. 1* (1898), editada por R. E. Prothero, que pode ser encontrada nas bibliotecas digitais Domínio Público e Gutenberg Project. Foi desse primeiro volume que selecionamos o corpus para este trabalho, visto que nele há mais cartas que na edição de Moore (1830), além de ter o conteúdo livre de direitos autorais e ser de fácil acesso, o que não é o caso da publicação mais completa disponível no mercado, a de Marchand (1993).

A meta principal de nosso estudo, como já mencionamos, é analisar, a partir da Semiolinguística de Charaudeau, o *ethos* em cinco cartas de Byron para a mãe, escritas entre março de 1799, quando eles começam a se corresponder, e fevereiro de 1806, antes da publicação de sua primeira aventura literária, que ocorreu em novembro desse mesmo ano. Entre os critérios para o recorte, estão a não inserção de Byron no campo literário como escritor e a curiosidade sobre as imagens de si construídas pelo jovem lorde na faixa etária dos 11 aos 18 anos, além da verificação de suas questões domésticas com a mãe nesse período específico de sua vida.

Além da obra escolhida como fonte do *corpus* que aqui analisamos, que traz muitos dados contextuais ao final de algumas das cartas, entendemos que seria importante considerar também as informações sobre a vida e obra de Byron presentes nos trabalhos de outros biógrafos e estudiosos do poeta, dentro e fora da academia. Assim, recorreremos à leitura de autores como Marchand

14 - Uma matéria completa e atual sobre a venda de uma carta de Byron pode ser vista a partir do link <<https://www.reuters.com/article/us-byron-letters/poet-lord-byrons-letters-to-friend-sell-for-455000-idUSTRE59TOGL20091030>>.

(1993), MacCarthy (2014), Eisler (1999), Larman (2016), Lansdown (2015) e Cochran (2012) em busca de elementos que pudessem aprimorar de alguma maneira o trabalho que nos dispomos a realizar, visto que cada um desses trabalhos apresenta detalhes que nem sempre estão presentes nos demais, o que os torna sutilmente distintos e complementares.

Com relação ao último pesquisador citado, é importante destacar que possui um site (<https://petercochran.wordpress.com>) onde se encontra disponível um material muito rico e detalhado sobre as cartas. Nele, são feitas observações que incluem desde a detecção de rasuras nas missivas a ressalvas sobre o uso não criterioso de maiúsculas e símbolos pelo enunciador, idiosincrasias linguísticas de Byron que nem sempre são ressaltadas por outros autores. Com a leitura de Cochran (2012), foi possível notar, por exemplo que os vocábulos em itálico nas cartas que compilamos de Prothero (1898) são ressaltados do próprio Byron, e que, nas missivas originais, essas palavras em itálico se encontram sublinhadas.

Retomando a questão do ambiente histórico e sociocultural no entorno dessas cartas, já tratado anteriormente, acrescentamos as informações de Cochran (2012) de que, no sistema postal da Inglaterra da época, era o destinatário, e não o remetente, que normalmente pagava o envio das cartas. Todavia, como Byron possuía um título de nobreza, utilizava um timbre que lhe dava direito à gratuidade. Assim, na Inglaterra, seus destinatários recebiam suas cartas gratuitamente. Cochran (2012) também afirma que, em muitos casos, as cartas eram levadas ao destinatário por um portador, não havendo necessidade de postagem. Esse parece ser o caso da correspondência que analisamos neste trabalho.

Antes de iniciar a análise do dispositivo da encenação da linguagem e dos modos de organização Enunciativo, Argumentativo e Narrativo, passos essenciais para estudar o *ethos* pelo viés semiolinguístico, observaremos, de forma breve, como os três componentes indissociáveis do gênero – composição, tema e estilo – se configuram no caso específico dessas missivas. No que se refere ao *layout* e à estrutura composicional das cartas de Byron, Cochran (2012) assevera que esses documentos geralmente apresentavam o

(narrativa principal) e *conclusio* (conclusão). Os traços relativamente estáveis destacados, além de evidenciarem o EU e o TU, a partir da maneira como o enunciador apresenta a si mesmo, por meio de sua assinatura, na conclusão, e à interlocutora, por meio da saudação, permitem com que se tenha uma ideia geral sobre os temas tratados em cada correspondência.

Quadro 1 - Resumo das cartas de Byron para Catherine, escritas entre 1799 e 1806

	SAUDAÇÃO	NARRATIVA	CONCLUSÃO
CARTA 1	Querida mamãe	Essa missiva parece ter como principal objetivo solicitar aulas particulares. Nela, Byron também informa como estão aqueles com quem está morando e questiona sobre a data de sua volta para Newstead, onde a mãe se encontra.	E permaneço seu afetuoso filho, Byron.
CARTA 2	Minha querida mãe	Nessa carta, Byron solicita sapatos ortopédicos, detalha em pormenores uma querela entre ele e seu tutor e pede à mãe que tome providências sobre essa confusão, pois considera que sofreu abuso e injustiça	Seu afetuoso filho, Byron.
CARTA 3	Minha querida mãe	De forma breve, nessa carta Byron agradece à mãe pelo dinheiro recebido, cobra dela, mais uma vez, os sapatos ortopédicos, e informa que o tratamento dado a ele na escola melhorou.	Eu permaneço seu afetuoso filho, Byron.
CARTA 4	Minha querida mãe	Num tom angustiado, Byron se compromete em voltar às suas obrigações de estudante, justifica-se e defende as suas companhias diante da desaprovação da mãe.	Seu infeliz filho, Byron.

CARTA 5	Querida mãe	De forma aparentemente arrogante, Byron informa que quitou débitos e que deseja abandonar os estudos em Cambridge e passar dois anos viajando pelo exterior. Também impõe condições para visitar a casa da mãe.	Eu permaneço seu, Byron.
---------	-------------	---	--------------------------

Fonte: autoria própria.

No que se refere aos temas tratados nas missivas de Byron para a mãe, é possível dizer, como foi exposto superficialmente no quadro acima, que giram em torno de assuntos corriqueiros nos quais Byron necessita da interferência materna: questões relativas à vida escolar, à saúde, à situação financeira, entre outros assuntos do dia a dia. Tendo em vista a ideia de Moraes (2009, p. 124) de que “a mensagem epistolar não é apenas um assunto, mas uma (sutil) estratégia de persuasão”, lembramos que o estudo das cartas de Byron, neste trabalho, também está ligado ao *logos*, como veremos adiante, na análise dos modos de organização do discurso, com a observação das estratégias utilizadas por EUC. Quanto ao estilo, a leitura integral das cartas que compõem o *corpus* permitiu observar um tom de informalidade. São narrativas muito espontâneas e a escrita é bem clara e direta, o que evidencia traços subjetivos do então adolescente. Ao longo das análises do contrato de comunicação, dos modos de organização do discurso e do *ethos*, esses aspectos serão mostrados com mais detalhes.

Lansdown (2015) enfatiza essa espontaneidade do discurso byroniano ao reproduzir as apreciações de muitos críticos das cartas de Byron, que afirmam, por exemplo, que esse material representa o começo, o meio e o fim de Lorde Byron, tratando-se de um autorretrato brilhante e expressivo. Também é destacada, dentre essas apreciações, a opinião de que a vida e a arte de Byron, seja em prosa (onde os críticos incluem as cartas) ou em verso, são uma experiência indivisível para o autor, posicionado em sua intersecção. Com relação às características do enunciador, quando se considera todo o conjunto de cartas escritas por Byron ao longo da vida, são muitos os adjetivos dados pelos diferentes teóricos que reunimos

para esse estudo: alegre, natural, irônico, descuidado, humano, sincero, intolerante, perspicaz, transparente, inconstante, sarcástico..., enfim, como um deles afirma, assim como na poesia, nas cartas de Byron, não é o poeta que fala, é o homem em si.

CAPÍTULO 4

UM CONTRATO ENTRE MÃE E FILHO

Como vimos a partir de Charaudeau (2016), o contrato de comunicação se efetiva dentro de um quadro enunciativo no qual é imprescindível considerar também o componente enuncivo e os rituais sociolinguageiros em seu entorno. Nesse sentido, buscamos, a partir da leitura de autores como Moore (1854), Prothero (1898), Marchand (1993), Eisler (1999), MacCarthy (2014) e Cochran (2012), delinear algumas peculiaridades contextuais que pudessem esclarecer melhor o nível situacional dos atos de linguagem aqui analisados. Entre outras informações, buscamos trazer, dessas leituras, aspectos concernentes às condições materiais de realização da troca comunicativa e aos sujeitos nela envolvidos, desde a natureza de suas identidades no âmbito social aos papéis e impressões que possuem, um diante do outro.

Iniciamos nossas observações a partir do quadro da situação de comunicação e os seus dois circuitos. No espaço interno, o do dizer, se encontram os seres de fala EUE, que se apresenta e enuncia como filho, e TUD, considerado a partir de seu papel de mãe. Levando em conta que normalmente se espera um zelo e uma busca pelo bem-estar por parte de uma mãe em relação ao seu filho, veremos adiante que EUE protagoniza, em determinados momentos de seu discurso, um papel de filho que precisa desse cuidado (esse aspecto pode ser observado no trecho “I am sure *you* will not see me *ill-treated*”, analisado a seguir, no item 4.1). Dessa forma, reforça as regras e convenções de um contrato que se estabelece entre mãe e filho. No circuito externo, o do fazer, encontramos como parceiros os seres sociais Lorde Byron, sujeito comunicante (EUC), e Catherine Gordon, sujeito interpretante (TUI).

Ao observarmos a questão contratual e a necessidade de considerar a situação de comunicação como um todo, lembramos que cada um dos cinco atos de linguagem para os quais direcionamos o

nosso olhar, ritualizados por meio do gênero carta pessoal, possui um projeto de fala distinto, como vimos no quadro resumo do item 3.2, construído pelo EUC de acordo com as finalidades e as circunstâncias do momento em que se encontrava. Veremos adiante, nas análises dos modos de organização do discurso, que, de modo geral, nesses atos linguageiros Byron busca solicitar (às vezes exigir) de Catherine a tomada de determinadas atitudes ou ser apoiado na realização de seus interesses pessoais, bem como informar sobre o seu dia a dia. Para isso, constrói um discurso a partir do qual tenta influenciar TUD, e, por conseguinte, concretizar seu intuito de fazer/fazer ou fazer/dizer algo que implicará na resolução de seus problemas.

Ao longo das missivas estudadas, observamos que determinadas regras de estruturação e polidez são seguidas no espaço discursivo. Todavia, tendo em vista a existência de manuais que visavam ensinar como escrever cartas, os quais, segundo Hintze e Zandanel (2012)¹⁵, respeitavam as cinco partes retóricas tradicionais (*salutatio*, *captatio benevolentiae* ou *expressio malevolentiae*, *narratio*, *petitio* e *conclusio*), entendemos que os elementos de polidez presentes em determinados momentos não necessariamente podem ser considerados como uma tentativa de atrair simpatias de TUD por parte de EUC. Considerando-se o laço familiar entre EUC e TUI, provavelmente o elemento mais poderoso pensado pelo primeiro, na busca de adesão, tenha sido justamente a demonstração de suas próprias angústias por não ter determinadas necessidades realizadas, o que deixaria qualquer mãe comprometida com seu papel aflita para resolver logo tais questões.

15 - Conf. Hintze, Gloria y Zandanel, M. A. **Algunas nociones sobre el género epistolar a propósito de las cartas de Francisco Romero**. Cuyo. Anuario de Filosofía Argentina y Americana, v. 29, 2012, p. 13 a 33. In: <http://www.scielo.org.ar/pdf/cuyo/v29n2/v29n2a02.pdf>

4.1. MANTENDO LAÇOS: OS PRINCÍPIOS CONTRATUAIS

Como vimos em capítulo anterior, o contrato de comunicação se instaura a partir de quatro princípios: interação, influência, pertinência e regulação. Tais princípios são inseparáveis uns dos outros e essenciais para a determinação e legitimação dos sujeitos da encenação linguageira. O princípio da interação foi definido no ato de linguagem como um processo de troca e reconhecimento recíproco de papéis entre parceiros (por meio de semelhanças e diferenças), no qual um se engaja na produção do enunciado e o outro na interpretação. As semelhanças e dissimetrias decorrem do compartilhamento ou não de determinados objetivos e sentidos inerentes ao ato de linguagem.

Nas cartas de Byron que aqui analisamos¹⁶, é possível perceber que o reconhecimento entre os parceiros varia em um mesmo ato comunicativo particular. Por vezes, Byron e a mãe têm intencionalidades distintas, o que é percebido por meio da utilização do modo argumentativo nas missivas, como veremos adiante, quando o EUC busca influenciar e modificar, por meio de estratégias, determinadas situações. Essa dissimetria pode ser observada a partir dos enunciados nos seguintes exemplos:

1. "I have already wrote to you several times about writing to Sheldrake: **I wish you would** write to him, or Mr. Hanson to call on him, to make an instrument for my leg immediately, as I want one, rather..."¹⁷ (C3)
2. "...in the name of Mercy **I entreat** this one day to take leave..."¹⁸ (C4)

16 - Os trechos utilizados como exemplos a partir deste capítulo são tradução nossa. Indicamos, ao final de cada um deles, entre parênteses, em qual das cartas (C1, C2, C3, C4 ou C5) o referido trecho pode ser encontrado. Nesses excertos, os vocábulos em itálico são ênfases do próprio enunciatador. Os trechos em negrito são marcação nossa e visam chamar a atenção para determinados aspectos de nossa própria análise.

17 - Eu já escrevi a você várias vezes sobre escrever para Sheldrake: espero que você escreva para ele ou o sr. Hanson para chamá-lo, para dizer a ele para fazer um aparelho para a minha perna imediatamente. Do jeito que eu quero, de preferência...

18 - Por misericórdia, eu imploro este único dia para me despedir...

3. “**Notwithstanding** your sage and economical advice I have paid my *Harrow* Debts...”¹⁹ (C5)

Os trechos supracitados ilustram momentos em que os sujeitos apresentam intencionalidades distintas: no contexto do primeiro exemplo, retirado da carta 1, Byron parece mostrar aborrecimento (a partir da expressão “I wish you would”, que denota desgosto, irritação²⁰). Aparentemente, a causa dessa insatisfação é o fato de a mãe não ter escrito para Sheldrake, um fabricante de aparelhos ortopédicos, algo que já havia pedido a ela “several times” anteriormente, e que, ao que tudo indica, não foi feito, mostrando a disparidade entre as intenções dos interlocutores. Byron argumenta que o aparelho deve ser como ele quer (as I want one, rather), talvez por não ter tido esse desejo atendido anteriormente. Conforme MacCarthy (2014, p.26), certa vez, impaciente, o rapaz chegou a atirar um desses aparelhos num lago. Nos exemplos 2 e 3, as intenções distintas dos sujeitos ficam claras quando o enunciador implora à mãe para ficar mais um dia em Newstead, onde se encontra, quando deveria estar na escola (C4), e quando usa a preposição “notwithstanding”, que configura ideia de oposição, para informar que agiu de forma contrária às recomendações feitas por ela (C5).

Em contraste, parece haver, em determinados trechos dessas mesmas cartas, um reconhecimento entre semelhantes, pois Byron busca trazer, em seus atos de linguagem, comentários que garantam a interatividade entre ambos, estabelecendo situações discursivas que façam com que TUD se engaje em seu projeto de fala. Faz isso a partir de colocações que possam levar a mãe a sentir-se valorizada, pois é ciente de que ela compartilha de seus interesses e se sente inserida em quaisquer assuntos referentes à sua vida e ao seu bem-estar. Como exemplos, podemos mencionar os trechos a seguir:

19 - Apesar de seu conselho sábio e econômico, eu paguei minhas dívidas de Harrow...

20 - Conf. <<http://www.bbc.co.uk/learningenglish/english/course/towards-advanced/unit-23/tab/grammar>>, <<http://esol.britishcouncil.org/content/teachers/lessons-and-activities/lesson-plans/things-make-me-angry>> e <<https://staff.washington.edu/marynell/grammar/wish.html>>.

4. “(...) if some plan of this kind is not adopted, **I shall be called, or rather branded with the name of a dunce, which you know I could never bear.**”²¹ (C1)

5. “**I am sure you will not see me *ill-treated***; better that I should suffer anything than this.”²² (C2)

6. “**I am much obliged to you** for the Money you sent me.”²³ (C3)

7. “you know as well as I do that **it is not your Company I dislike**”²⁴ (C4)

8. “This is my project, at present **I wish you to be silent to Hanson about it.**”²⁵ (C5)

Como é possível observar, nos exemplos 4 e 5, Byron parece buscar uma sintonia com a mãe, pois compartilha com ela os seus problemas (teme ser chamado de retardado ou ser maltratado) e mostra tê-la como alguém que está disposta a ajudá-lo nesses momentos, estabelecendo uma conciliação com as expectativas que normalmente se teria de uma matriarca envolvida seriamente em seu papel. Também tenta agradá-la com agradecimentos (Ex. 6), busca afastar dela a ideia de que ele não gosta de sua companhia (Ex. 7) e informa a ela sobre os seus projetos futuros, buscando cumplicidade ao pedir a ela que guarde os seus segredos (Ex. 8).

Com relação ao princípio da pertinência, vimos que está ligado à adequação do ato linguageiro à situação de comunicação, havendo, para tal, a necessidade de uma finalidade para o ato de linguagem. Tendo em vista esse aspecto, observamos que os discursos aqui analisados se configuram a partir de finalidades distintas. No entanto, todas têm uma razão de ser ligada aos interesses do sujeito comunicante em resolver problemas nos quais a intervenção materna é necessária. A noção que os parceiros têm sobre as regras sociais que regulam os comportamentos dos sujeitos ajuda no reconhecimento recíproco dos seus papéis de mãe e filho,

21 - (...) se algum plano desse tipo não for adotado, eu serei chamado, ou melhor, marcado como retardado, que você sabe que eu jamais poderia suportar...

22 - Tenho certeza de que *you* não me verá *maltratado*; é melhor sofrer qualquer coisa do que isso

23 - Estou muito grato a você pelo dinheiro que me enviou.

24 - *you* sabe tão bem quanto eu que não é de sua companhia que eu não gosto.

25 - Este é o meu projeto, no momento desejo que você não conte a Hanson sobre isso.

garantindo a pertinência das trocas comunicativas referentes a esses atos de linguagem. O conhecimento, por parte da interlocutora, de determinadas necessidades e intenções do EUC, também estabelece uma intercompreensão entre os parceiros, cuja relação filio-parental requer uma comunicação regular. Daí a necessidade do envio das cartas, cujas finalidades por vezes estavam mais ligadas às solicitações do filho, e, por outras, à obtenção de respostas requeridas anteriormente pela interlocutora.

Ainda refletindo sobre o princípio da pertinência, é importante mencionar a adequação quanto ao uso do gênero carta pessoal à situação enunciativa em que os sujeitos estão inseridos. Protagonizada por “indivíduos pertencentes ao mesmo corpo de práticas sociais” que se encontram fisicamente distantes, a carta se estabelece, neste caso, como a prática comunicativa mais adequada para a troca dialogal naquela situação e período específicos. Como se sabe, no início do século XIX, a carta era o meio de comunicação à distância mais eficaz e moderno. Golden (2010) chega a afirmar que, naquele século, na Inglaterra, as cartas eram a única maneira de comunicação entre aqueles que viviam distantes²⁶. Dessa forma, necessitando o sujeito comunicante da assistência da mãe para a resolução de assuntos pessoais, recorre ao gênero discursivo que, por ser o mais apropriado naquela situação específica, permitirá, a partir de sua função sociocultural, realizar o seu intuito comunicativo.

No tocante ao princípio da influência, é possível observar, a partir dos enunciados das cartas, que Byron tenta influenciar a mãe especialmente por meio do aspecto emocional, pois parece ver aí o ponto mais favorável para o sucesso de seu projeto de influência. Seja emocionando-a ou direcionando seus pensamentos por meio de estratégias outras, há nesses atos de linguagem várias tentativas, por parte do locutor, de agir sobre a interlocutora:

26 - Conf. GOLDEN, Catherine J. **The Victorian Revolution in Letter Writing**. In: <http://www.victorianweb.org/technology/letters/intro.html>. Acesso em: 20 maio 2018.

9. “Mr. Rogers could attend me every night at a separate hour from the Miss Parkynses, and **I am astonished you do not acquiesce in this scheme...**”²⁷ (C1)

10. “I believe you will be tired by this time of reading my letter, but, **if you love me, you will now show it.**”²⁸ (C2)

11. “I know it is time to go to Harrow. **It will make me unhappy; but I will obey ...**”²⁹ (C4)

12. “I find it inconvenient to remain at College, not for the expence...the mode of going on does not suit my constitution. **Improvement at an English University to a Man of Rank is, you know, impossible,** and the very Idea *ridiculous*.”³⁰ (C5)

No exemplo 9, extraído da carta 1, a intenção do EUc é conseguir aulas particulares sem a presença de outra aluna (senhorita Parkynses). Para influenciar a interlocutora a aceitar a proposta, organiza seu discurso para tentar atingir os brios de TUd como cuidadora eficiente, afirmando estar atônito com a recusa. De uma maneira considerada provocativa e desafiadora por MacCarthy (2014, p.22), deixa subentendido que é de causar espanto uma mãe agir dessa forma, recusando-se a aceitar que o filho tenha uma oportunidade tão importante para o seu desenvolvimento intelectual.

A estratégia adotada no exemplo 10 também tem cunho emotivo e será tratada com mais detalhes no capítulo cinco, em um item sobre a patemização pelo uso do condicional. Trata-se do trecho de uma carta na qual Byron narra para a mãe um episódio em que o seu tutor, Henry Drury, o repreendeu por conversar com um colega na igreja. Byron, revoltado por ter sido chamado de *black-guard* pelo tutor, tenta convencer a mãe a intervir junto ao diretor, orientando os pensamentos da interlocutora contra Henry Drury ao longo da narrativa. A fim de atingir o objetivo de intervenção

27 - O Sr. Rogers podia me ensinar todas as noites em horário diferente da Srta. Parkynses, e estou atônito por você não concordar com esse esquema...

28 - Eu acredito que esta hora você estará cansada de ler minha carta, mas, se você me ama, você mostrará agora.

29 - Eu sei que é hora de ir para Harrow. Isso me fará *infeliz*; mas vou *obedecer* ...

30 - Acho inconveniente permanecer na faculdade, não pelo gasto... o modo como funciona não se adequa a minha natureza. Aprimoramento em uma universidade inglesa para um Homem de *status* é, você sabe, impossível, e a própria ideia é ridícula.

da mãe junto à direção da escola, Byron mobiliza um EUE que põe em causa o amor de TUD, chantageando-o. Ao dizer que, se ela o ama, mostrará isso fazendo o que ele quer, deixa implícito que, se ela não o fizer, significa que não o ama.

Na carta 4, o objetivo principal de Byron parece ser convencer a mãe a permiti-lo não voltar para Harrow, o internato onde estudava. Para tentar convencê-la, utiliza-se de expressões como “it will make me *unhappy*” e “I will *obey*” (ex. 11), por meio das quais tenta mostrar uma imagem de cumpridor de seus deveres, pois garante que vai obedecer a mãe e voltar para a escola, apesar dessa atitude fazê-lo infeliz (é interessante notar a ênfase dada pelo enunciador aos vocábulos “unhappy” e “obey”). Tais expressões e ênfases parecem ser empregadas para produzir sentidos que tornem o enunciado comovente. No último exemplo que selecionamos para ilustrar o princípio da influência (ex. 12), observamos a utilização de argumentos relacionados ao domínio do pragmático, pois se apoiam num modelo de comportamento vigente na época: ter um título de nobreza já era considerado um posicionamento de alto ranking na sociedade. Assim, EUE afirma não haver necessidade de aprimoramento em uma universidade, pois já possui algo mais valioso: o *status* social inerente ao seu título de barão.

Dando continuidade à análise dos princípios contratuais, lembramos que o princípio da regulação está relacionado às condições que visam garantir o engajamento dos parceiros no reconhecimento do contrato, além das condições para que o mesmo se realize, buscando-se um equilíbrio que assegure a continuidade ou a ruptura da troca comunicativa. No caso das trocas comunicativas aqui analisadas, é provável que a própria determinação e legitimação das identidades de mãe e filho, que são membros da mesma comunidade e, portanto, compartilham práticas comuns como os papéis de protegido/protetora, inerentes a essas identidades, já seja um fator de engajamento. Esse aspecto, que é mais geral, direciona o EUC a utilizar, a partir do EUE, as estratégias que julga mais adequadas tendo em vista esses papéis e também as idiosincrasias, visto que a relação próxima com TUD lhe dá a vantagem de conhecer bem sua personalidade e determinadas especificidades

determinantes para a elaboração de uma lógica discursiva mais convincente. Vejamos alguns exemplos:

13. “**you know** I could never bear.”³¹ (C1)
5. “**I am sure you will not see me ill-treated;**” (C2)
14. “write soon, **my dear mother.**”³² (C3)
15. “**I am sorry you disapprove** my companions (...) I shall never interfere in yours and desire **you will not molest me** in mine.”³³ (C4)

Entre outras peculiaridades, é possível observar, por meio desses exemplos, que o enunciador se engaja em pontos de vista que acredita que a interlocutora compartilha, como em 13, quando afirma que ela sabe sobre algo que ele não suportaria. No exemplo 5, que repetimos acima, antecipa suas possíveis reações quando diz ter certeza de que ela não o verá maltratado, incitando-a a tomar uma atitude. Em 14, EUc articula condições para o engajamento de TUD na troca comunicativa pedindo à “querida mãe” que escreva logo. A partir do exemplo 15, observamos que o enunciador tenta manter o equilíbrio entre o seu dever de obediência à mãe e a sua vontade de não seguir regras, pois ao tempo em que se diz sentido por ela não gostar das companhias dele, diz que não vai interferir nas dela e deseja que ela também não interfira nas dele. Assim, EUc desvaloriza a opinião de TUD e mostra que pretende desrespeitar seu direito materno de intervir, caso este seja contrário aos seus interesses.

Ao longo das missivas, os princípios da interação, da influência, da pertinência e da regulação vão assegurando e fortalecendo os laços da relação contratual. O balanceamento entre gentileza/indelicadeza e respeito /desrespeito, controlado pelo EUc, vai marcando a continuidade da troca. Byron sabe que a mãe faz tudo para agradá-lo e tira proveito disso. Assim, ao tempo em que desqualifica os argumentos de TUD, busca justificar as próprias atitudes, dando alguma satisfação, ou até reforçar os argumentos da inter-

31 - Você sabe que eu jamais poderia suportar.

32 - Escreva logo, minha querida mãe.

33 - Lamento que você desaprove minhas companhias (...) eu nunca interferirei nas suas e desejo que você não me aborreça com as minhas.

locutora (fingindo achar que ela está certa) como forma de agradá-la. Dessa forma, reconhece que é necessário “ouvir” o outro para que haja o prosseguimento do diálogo e vai garantindo condições para esse engajamento.

4.2 OS COMPONENTES DA RELAÇÃO CONTRATUAL

Como vimos a partir de Charaudeau e Maingueneau (2004, *apud* MOURA, 2012), há três tipos de componentes que regem a relação contratual: o comunicacional, ligado ao quadro físico da situação de comunicação, o psicossocial, inerente ao estatuto dos parceiros, e o intencional, ligado ao reconhecimento do mundo e do outro para uma melhor adequação das estratégias, conforme o impacto que se deseja causar no interlocutor.

O componente comunicacional, cujos sujeitos já foram especificados no item 4.1, com base no quadro de representação do dispositivo da encenação da linguagem, é viabilizado a partir de cartas, tendo, portanto, um canal visual. Entendemos que a carta funciona, ao mesmo tempo, como gênero e suporte para os atos de linguagem ora analisados. A questão da escolha desse gênero para a troca comunicativa fica clara quando se leva em consideração a época em que se realizaram, pois ainda não havia tecnologias de informação e comunicação mais avançadas.

Ao discorrer sobre esse gênero, Malatian (2011) observa que, no século XIX o hábito da correspondência já era bastante difundido, sendo uma eficiente forma de comunicação a longa distância³⁴. Referindo-nos especificamente às cartas de Byron, lembramos novamente Cochran (2012) quando traz a informação de que, apesar de o lorde também utilizar o sistema formal de correios da época para enviar suas correspondências, muitas delas eram entregues aos destinatários por meio de algum empregado ou outro portador, o que parece ser o caso em pelo menos uma das missivas aqui analisadas.

Com relação ao estatuto e à legitimação dos saberes dos par-

34 - Conf. Malatian (2011, p.196-197).

ceiros, referentes ao componente psicossocial, temos um jovem, em sua fase dos 11 aos 18 anos, inicialmente apenas estudante e, em seguida, poeta iniciante, interagindo com a mãe por meio de cartas pessoais por um período de sete anos (entre 1799 e 1806), quando a mesma contava entre 35 e 42 anos de idade. Segundo informações presentes em outras cartas de Byron compiladas em Prothero (1898), mãe e filho tinham um relacionamento muito conturbado, marcado por brigas frequentes e violentas. Porém, apesar desses conflitos existia, de acordo com Eisler (1999), um afeto verdadeiro entre eles. Além disso, a mãe tinha uma forte dependência com relação à companhia do filho. Em algumas cartas analisadas, fica clara a existência dessas contendas e desse afeto, o que faz com que o estatuto de reconhecimento mútuo entre os participantes do ato linguageiro se configure de forma instável.

Essa instabilidade pode ser identificada ao observarmos o ato de linguagem representado na carta 4 (em anexo), por exemplo, quando Byron contava 15 anos de idade. Nela, o rapaz, em sua condição de filho adolescente e estudante regularmente matriculado, e que, portanto, deveria seguir as instruções da mãe e dirigir-se para a escola onde estudava, tenta se esquivar da obrigação que este estatuto lhe impõe. Ao tempo em que implora a permissão da mãe para permanecer onde se encontra e diz que vai obedecê-la, mostrando-se esclarecido sobre sua condição de menor de idade e dependente, parece não querer reconhecer na genitora o estatuto de orientadora, de pessoa que deve ser respeitada e cujas ordens devem ser acatadas. Catherine, por sua vez, tem consciência do seu papel de matriarca, mas, de acordo com as informações de Prothero (1898) nem sempre consegue impor suas ordens. Sobre o episódio referente a essa mesma carta, escrita em setembro de 1803, o autor afirma que Byron só voltou para Harrow em janeiro do ano seguinte, pois a mãe sucumbiu ao argumento do filho, que disse estar infeliz por ter que voltar para a escola.

Com relação ao componente intencional, que envolve desde os motivos e intenções do ato de fala à maneira como este se realiza, com vistas à concretização de objetivos determinados, observamos, como mostrado no quadro resumo, no capítulo 3, item 3.2,

motivações distintas em cada um dos atos de linguagem analisados. De uma forma bem geral, podemos dizer que Byron escreve à mãe para fazer solicitações que visam a mudança de alguma situação com a qual está insatisfeito. Na carta 1, por exemplo, solicita que a mãe providencie aulas particulares, pois não quer ser taxado de retardado. Na carta 2, narra um episódio em que foi chamado de canalha por seu tutor em Harrow e pede à mãe que intervenha junto à direção da escola. Na carta 3, deseja obter um aparelho ortopédico para sua perna. Na carta 4, implora para permanecer na abadia de Newstead, próximo de onde se encontra a moça por quem está apaixonado naquele momento, e, na carta 5, pede permissão para viajar ao exterior, ao mesmo tempo em que avisa que, caso ela não consinta, ele fugirá mesmo sem a permissão dela. Veremos cada um desses aspectos com mais detalhes, a partir de trechos-exemplos, no capítulo 5, com a análise dos modos Enunciativo, Argumentativo e Narrativo.

4.3 O ESPAÇO DE RESTRIÇÕES

Como vimos em Charaudeau (2016), mesmo tendo uma margem de manobra diante das situações comunicativas que protagoniza, o sujeito se depara com determinadas convenções que restringem o seu discurso. Essas restrições discursivas são de ordem institucional e psicossocial. Tendo em vista a organização social da Inglaterra no século XIX, o lugar ocupado por Byron era privilegiado, pois possuía o título nobiliárquico de sexto barão Byron de Rochdale, era um lorde. Isso certamente significava *status* diante da sociedade. Porém, como tratamos aqui de atos de linguagem situados na esfera da família, entendemos que as convenções ligadas à instituição familiar devem prevalecer na observação de fatores como a relação hierárquica entre os sujeitos, que, por esta ótica, é de superioridade da mãe com relação ao filho. Esse aspecto pode ser notado em exemplos como 2 e 11, já comentados anteriormente:

2. “...in the name of Mercy **I entreat** this one day to take leave...” (C4)

11. “I know it is time to go to Harrow. It will make me *unhappy*; but **I will obey**...” (C4)

Como se vê, no primeiro exemplo, o enunciador implora, e, no segundo, diz que vai obedecer. Esses verbos enfatizam a assimetria entre os interlocutores, marcando a posição inferior de EUE. Veremos a seguir, na análise do modo enunciativo, mais especificamente no comportamento alocutivo do enunciador, outros exemplos em que escolhas lexicais como “entreat”, “beg”, “ask” e “obey” marcam a referida relação hierárquica. Ao mesmo tempo, veremos que EUE busca negociar e ampliar o seu espaço, apesar das restrições.

Além de poder ser observada na análise semiolinguística do *corpus* em si, a questão hierárquica é tratada por Byron de forma bem mais direta em uma carta escrita por ele para a meia-irmã Augusta. Nela, o então adolescente reflete sobre o temperamento da mãe e reconhece a posição de autoridade de Catherine:

I thought my dear Augusta that your opinion of my *meek mamma* would coincide with mine. Her temper is so so variable, and when inflamed, so furious, that I dread our meeting (...) Am I to call this woman a mother? Because by nature's law she has authority over me, am I to be trampled upon in this manner? (...) I owe her respect as a Son, But I renounce her as a friend (...) Am I to be eternally subjected to her caprice? I hope not, indeed a few short years will emancipate me from the Shackles I now wear (...)³⁵. (LANSDOWN, 2015, p. 16)

Como é possível notar, apesar de sentir-se preso e insatisfeito com a convivência com sua *dócil mãe*, Byron reconhece que, pela lei natural, a genitora se encontra em posição superior com

35 - Achei, minha querida Augusta, que sua opinião sobre minha dócil mãe coincidiria com a minha. O temperamento dela é tão instável, e quando inflamado, tão furioso, que temo nosso encontro (...) devo chamar essa mulher de mãe? Porque pela lei da natureza ela tem autoridade sobre mim, devo ser pisoteado dessa maneira? (...) eu devo respeito a ela como filho, mas eu renuncio a ela como amiga (...) devo ser eternamente submetido ao capricho dela? Espero que não, na verdade, alguns poucos anos me emanciparão das algemas que eu uso agora (...).

relação a ele. Além disso, reconhece também que deve acatar a situação por alguns anos (até que se torne emancipado) e que, como filho, deve respeito a ela. Em consonância com as sugestões de Marchand (1993) e Eisler (1999) de que Byron sentia medo da mãe, o trecho deixa clara a existência desse temor, o que pode ser considerada uma restrição de ordem psicológica.

Em resumo, consideramos que, nessas trocas comunicativas, o estatuto de Byron como filho, bem como o fato de ser menor de idade, podem ser considerados restrições, pois a prática social do início do século XIX na Inglaterra, determinava que antes de 21 anos de idade completos, o indivíduo ainda necessitava de um responsável legal pelos seus atos³⁶. Assim, no conjunto dos atos de linguagem em estudo, é possível observar que as representações imaginárias que os parceiros têm um do outro são bem definidas quanto à questão hierárquica. Apesar disso, nota-se que, nestas cartas, Byron mostra uma tendência à subversão de determinadas regras, quando estas vão contra os seus interesses.

4.4 UM LORDE ESTRATEGISTA

Mesmo diante das restrições supramencionadas, Byron estabelece suas expedições discursivas organizando os seus atos de linguagem de acordo com as possibilidades situacionais. É ciente, por exemplo, de que a mãe, apesar de ter surtos de raiva incontável, tem uma dependência emocional com relação a ele e fica abalada diante de seu sofrimento, chegando a sacrificar o próprio conforto por ele³⁷. É principalmente a partir disso que busca atingir a interlocutora, aventurando-se por meio da aplicação de estratégias que produzam efeitos que levem à concretização de seus objetivos.

Conforme vimos a partir de Moura (2012) e Charaudeau (2007), essas estratégias discursivas estão ligadas à legitimidade, à credibilidade e à captação. No tocante à legitimidade, observamos,

36 - Conf. MacCarthy (2014, p.80) e THANE, P. **Childhood in History: the Sociology of Childhood and Youth**. In: https://www.corwin.com/sites/default/files/upm-binaries/24504_Cho1.pdf. Acesso em: 03 maio 2018.

37 - Conf. Marchand (1993).

a partir do comportamento alocutivo de EUE, que nas primeiras cartas a posição de autoridade é da interlocutora, visto que as modalidades de petição são uma constante. Assim, o estatuto social do sujeito falante como nobre aristocrata não é suficiente para legitimá-lo como superior em relação a TUD. A diferença de idade entre os sujeitos, bem como a natureza do vínculo familiar que os une, deixa Catherine numa posição mais elevada, fazendo necessária a utilização de recursos outros por parte de EUE.

Nesse sentido, Byron continua tentando legitimar seus atos de linguagem por meio de estratégias que tragam credibilidade ao seu dizer. No caso da carta 2, por exemplo, apresenta como prova de que seu dizer é verdadeiro o trecho de uma correspondência do diretor de Harrow, na qual se confirma um desentendimento entre Byron e o tutor Henry Drury: “you know Dr. Drury’s first letter...³⁸”, diz um trecho do argumento do enunciador. Para reforçar a autenticidade do que diz, apresenta, em seguida, por meio de discurso direto, a própria fala do diretor, aparentemente já conhecida pela mãe. Assim, EUE tenta mostrar-se convincente, provando que o que diz corresponde ao que realmente aconteceu, pois apresentou fatos autênticos e conhecidos de TUD como prova. Dessa forma, leva adiante sua aventura, almejando levar a interlocutora a realizar o que ele deseja.

Nos atos de linguagem que Byron direciona à mãe, percebemos também que estratégias discursivas de captação são bastante utilizadas. Por meio delas, EUE busca levar a destinatária a um estado emocional favorável, tentando levá-la a se engajar em sua proposta de comunicação por meio das emoções vinculadas através de um certo tom (dado a partir de determinadas escolhas lexicais) e da maneira de narrar os fatos. O uso de substantivos como “mercy” e “favor” e adjetivos como “unhappy” e “execrable”, por exemplo, ajudam na construção de efeitos patêmicos. Além disso, os laços afetivos inerentes à relação familiar que possuem, que denotam, além de proximidade, um conhecimento mútuo entre mãe e filho, propiciam a utilização de estratégias ligadas ao envolvimento emocional como meio de partilhar a intencionalidade.

38 - Você conhece a primeira carta de dr. Drury...

Assim, observamos um enunciador que se utiliza constantemente do *pathos* como estratégia discursiva, pois o sujeito comunicante, apesar de reconhecer-se submisso à mãe, é ciente da preocupação da mesma para com o bem-estar dele. Conhecedor dessa ligação sentimental, e do anseio da mãe para que seja feliz e viva com a dignidade que o *status* de lorde impõe, o EUC busca atingir a sensibilidade da interlocutora trazendo ao seu dizer eventos que possam alterar suas emoções, seja ferindo o seu orgulho, chocando-a ou emocionando-a positiva ou negativamente. Assim, constrói, principalmente a partir de efeitos patêmicos, caminhos para o sucesso de seu projeto de fala e, conseqüentemente, para a concretização de seus intentos.

Além do uso de estratégias de cunho patêmico, também é possível notar que EUC busca legitimar sua fala a partir de sua identidade social de lorde. No trecho “Improvement at an English University to a Man of Rank is, you know, impossible, and the very idea *ridiculous*” (C5), já mostrado no exemplo 12, EUC se utiliza da autorreferência e para defender que, por ser um aristocrata, tem autoridade para enunciar sobre ou saber o que é melhor para um nobre. O uso da modalização também é comum nas cartas como estratégia de captação. Quando EUC utiliza, por exemplo, a construção “several times”, como no trecho 1, mencionado anteriormente, enfatiza uma situação de recorrência, o que funciona como uma maneira de insistir e de pressionar a interlocutora sobre algo que deseja que ela realize.

Como veremos a seguir, as estratégias de legitimidade, credibilidade e captação se engendram a partir dos componentes da construção enunciativa e por meio dos comportamentos elocutivo, alocutivo e delocutivo, além dos demais modos de organização do discurso. Assim, a observação do arranjo de todos esses elementos no ato de linguagem, além das peculiaridades referentes ao componente enuncivo serão essenciais para que seja possível alcançar o objetivo de delinear o *ethos* que se configura nas missivas.

CAPÍTULO 5

A ORGANIZAÇÃO DISCURSIVA NAS CARTAS

Tendo em vista que o objetivo principal de nosso trabalho é delinear o *ethos* nas missivas que compõem o *corpus*, pelo viés da Semiolinguística, faz-se necessário refletir sobre a utilização dos vários modos de organização do discurso por parte do enunciador. Considerando que os modos Enunciativo, Argumentativo e Narrativo aparecem de forma mais recorrente e produtiva no *corpus*, concentraremos nossas análises, neste e nos próximos itens, nesses três modos de organização. Com essa reflexão, unida ao estudo das condições de produção/interpretação, buscamos recursos para uma compreensão mais adequada desses discursos e, conseqüentemente, do *ethos* que neles se apresenta. Nesse sentido, iniciamos nossas considerações a partir do modo Enunciativo, que em todo o *corpus* se combina com os demais modos na construção da encenação.

5.1 DA PETIÇÃO AO AVISO: MODALIDADES E (RE) ARRANJOS ENUNCIATIVOS

Como vimos em capítulo anterior, o modo enunciativo tem três funções: estabelecer uma relação de influência entre locutor e interlocutor (comportamento ALOCUTIVO); revelar pontos de vista do locutor (comportamento ELOCUTIVO); e retomar a fala de um terceiro (comportamento DELOCUTIVO). Todas essas funções podem ser identificadas no *corpus*, portanto, iniciaremos nossa análise com a observação desses três componentes. A partir disso, serão analisados também os procedimentos linguísticos e os discursivos, que, em nossa hipótese, baseiam-se primordialmente nos modos Narrativo e Argumentativo. Essa hipótese surge a partir da percepção de uma tentativa de construção, por parte de EUc, de argumentos que visam a um fazer-fazer, fazer-sentir, fazer-criar,

etc. em relação ao TUi. Iniciemos, pois, pela observação da relação de influência do locutor sobre o interlocutor.

A julgar pela diferença de idade entre os sujeitos comunicante e interpretante, pela relação de parentesco que se configura entre esses sujeitos (um filho que escreve à mãe) e pelas circunstâncias de discurso em si, imaginamos, inicialmente, uma relação de inferioridade do locutor em relação à interlocutora. De fato, esse comportamento se reflete nas cartas C1, C2 e C4, escritas entre 1799 e 1804. Essa posição do EUc, que necessita do poder fazer do TUi para realizar o que intenciona, pode ser observada em trechos como

16. “I **beg** you will consider this plan seriously”³⁹ (C1);

17. “’tis all I **ask**. I **beg** you will write to Dr. Drury...”⁴⁰ (C2); e

18. I **will obey**.”⁴¹ (C4).

Os trechos acima deixam bem clara, a partir dos procedimentos linguísticos de mobilização de categorias como “beg”, “ask” e “obey”, uma enunciação na qual se estabelece uma relação de petição e obediência, estando o locutor em posição inferior com relação à interlocutora. As modalidades utilizadas pelo enunciatador demonstram que o mesmo se encontra em uma situação desfavorável e julga-se impotente para mudá-la. Assim, estabelece com o seu enunciado uma ação a realizar, pedindo à interlocutora que intervenha naquelas situações, pois ele próprio não tem poderes para tal. Dessa forma, TUD é instituído como realizador de um pedido, mesmo que não esteja disposto a fazê-lo. Essa posição de superioridade da interlocutora também é ratificada por EUe a partir do uso do verbo “obey”.

É interessante notar que, mesmo o enunciador estando predominantemente em situação de pedir permissão, implorar ou prometer obediência, que denotam a referida posição de inferioridade, o mesmo já começa a assumir, a partir de determinados trechos dessas mesmas cartas, um posicionamento que culmina-

39 - Peço que considere esse plano seriamente.

40 - Isso é tudo que peço. Imploro que você escreva a Dr. Drury...

41 - Eu vou obedecer.

rá, em momentos posteriores, com a inversão total das relações de poder inicialmente estabelecidas. Essa transição pode ser observada nos seguintes exemplos:

19. “**I recommend** this to you”⁴² (C1);
20. “**If you do not** take notice of this, **I will leave** the School myself;”⁴³ (C2);
21. “I desire **you will not molest me** in mine.”⁴⁴ (C4).

Como é possível observar, no exemplo 19 o sujeito enunciatador faz uso de uma modalidade linguística de sugestão, estabelecendo, a partir de seu enunciado, uma ação a ser realizada por parte de TUD. Ao utilizar o verbo “recommend”, também atribui a si um estatuto de saber, confirmado por experiência própria, e propõe que a interlocutora execute a ação descrita como um meio de melhorar determinada situação. No exemplo 20, EUE utiliza-se de uma modalidade de aviso/ ameaça. A partir do uso da conjunção “if” acompanhada de uma partícula negativa, o enunciatador declara sua intenção de deixar a escola à interlocutora, prevenindo-a sobre o risco de fazê-lo caso ela não faça o que ele quer. Dessa forma, estabelece uma ação a realizar ligada a uma condição.

No exemplo 21, entendemos tratar-se de uma injunção. O uso de “will not” acompanhado do verbo “molest” impõe a TUD a realização de algo (deixar EUC em paz, não interferir). Com essa imposição, atribui a si um estatuto de poder, descartando a possibilidade de intervenção de TUD. A partir desses exemplos, percebem-se indícios de uma transição que se inicia. EUC provavelmente entende que pode ter mais poder de decisão em relação a TUI, e, com isso, passa a moldar o seu discurso de maneira diferente.

Essa mudança fica clara na carta 5, a partir da qual o posicionamento do enunciatador parece se inverter completamente. Nessa carta, é possível notar uma postura mais decidida por parte do EUE. Ao observarmos a relação de força estabelecida entre os sujeitos, percebemos a interlocutora situada em uma posição de

42 - Eu recomendo isso para você

43 - Se você não der ouvidos a isso, eu mesmo deixarei a Escola

44 - Desejo que você não me aborreça com as minhas.

inferioridade em relação ao enunciador. Tal situação pode ser ilustrada com os trechos 3 e 22:

3. “**Notwithstanding** your sage and economical advice I have paid my *Harrow* debts” (C5);

22. “I (...) wish to pass a couple of years abroad (...) I presume you will all agree, and **if you do not, I will**, if possible, get away without your Consent”⁴⁵ (C5)

Como é possível notar, o exemplo 3 mostra um EUE que parece afirmar, de forma aparentemente irônica e insolente, que fez exatamente o oposto do que foi aconselhado pela interlocutora. O enunciado retrata um procedimento linguístico compatível com um julgamento, pois o enunciador situa uma ação realizada, postulando que TUD é responsável por ela (o ato de aconselhar), e a julga como ruim logo em seguida, pois se não seguiu o conselho, subentende-se que ele não é bom. A ironia se faz através da exaltação das qualidades positivas do conselho recebido, “sábio e econômico”, e da utilização da preposição “notwithstanding”, que indica que EUE fez o oposto do que foi recomendado. O exemplo 22, por sua vez, mostra que o enunciador utiliza a modalidade de aviso para afirmar, de forma bem clara, que fará o que pretende, mesmo sem o consentimento de TUD. Com isso, faz também uma ameaça, pois assevera que uma objeção por parte da interlocutora não o fará recuar de seu intento.

A partir dos exemplos 16 a 22, reproduzidos acima, perceberemos que as categorias modais mais utilizadas na construção enunciativa das primeiras cartas analisadas são de interrogação e petição, mostrando que o EUE se reconhece, a princípio, em posição inferior a TUI. Todavia, em discursos posteriores, esse posicionamento vai sendo modificado. Inicialmente, a mudança vai se delineando a partir do uso de modalidades de sugestão e aviso/chantagem, e, por fim, há uma inversão de papéis nas missivas seguintes, marcada pela utilização de modalidades de aviso e julgamento.

45 - Quero passar dois anos no exterior (...) suponho que todos vocês concordarão e, se não concordarem, fugirei, se possível, sem o seu consentimento.

Com relação ao comportamento elocutivo, a relação do locutor consigo mesmo, observamos a expressão, por parte de EUE, de pontos de vista bem variados: avaliação, saber, motivação, engajamento e decisão. Algumas dessas apreciações internas do sujeito falante podem ser ilustradas através dos seguintes exemplos:

23. "...*I promise* you, upon my *honour*, **I will** come over tomorrow..."⁴⁶ (C4)

24. "...Mr. Henry Drury has behaved himself to me in a manner **I neither can nor will bear**..."⁴⁷ (C2)

25. "... to make an instrument for my leg immedi^{ly}, **as I want** one"⁴⁸ (C3)

26. "The courts of Berlin, Vienna & Petersburg **are still open**"⁴⁹ (C5)

No exemplo 23, o enunciador realiza uma promessa, estabelecendo uma ação a fazer que deve ser executada por ele mesmo, num ponto de vista de engajamento. O verbo "come", combinado com "will", indica um propósito no futuro, e, com esse dizer, o enunciador se compromete a realizar esse ato, colocando-se em posição de perjuro se não o fizer. O exemplo 24, por sua vez, mostra um ponto de vista de avaliação, pois o locutor deixa transparecer um sentimento negativo, a partir de sua apreciação, sobre um determinado fato. Ao afirmar que não pode nem vai tolerar a maneira como Henry Drury tem agido com ele, faz uma avaliação de ordem afetiva, aparentemente sem base racional, qualificando o ato de seu tutor e revelando, ao mesmo tempo, os seus próprios sentimentos de raiva e indignação.

Com relação ao exemplo 25, percebemos um ponto de vista de motivação. Ao dizer que quer, do seu jeito, um aparelho para a perna, o locutor estabelece uma ação a fazer que não depende dele para ser realizada. Além disso, diz de uma necessidade a ser preenchida, o que lhe será benéfico, e revela, indiretamente, que não

46 - Eu lhe *prometo*, por minha *honra*, que voltarei amanhã.

47 - O sr. Henry Drury tem se comportado comigo de uma maneira que eu não *posso* nem *vou* tolerar.

48 - Fazer um instrumento para minha perna imediatamente, do jeito que eu quero.

49 - As cortes de Berlim, Viena e Petersburgo ainda estão abertas.

tem o poder para preencher essa carência, necessitando recorrer a outrem para que seja viabilizada a satisfação desse querer. O exemplo 26, por sua vez, ilustra uma constatação. O locutor reconhece um fato do qual observa objetivamente a existência: as cortes de Berlim, Viena e Petersburgo ainda estão abertas. Retomando as circunstâncias de discurso, compreendemos que, com essa observação, EUc constata o fato de que, apesar do conflito entre França e Inglaterra⁵⁰, as relações amigáveis entre os três países cujas capitais são mencionadas e a última ainda estavam mantidas.

No que diz respeito ao comportamento delocutivo, observamos a retomada da fala de terceiros pelo locutor nos seguintes exemplos:

27. "... Dr. Drury's first letter, in it were these words: **"My son and Lord Byron have had some disagreements; but I hope that his future behaviour will render a change of tutors unnecessary."**⁵¹. (C2)

28. "Hargreaves Hanson **desires his love to you** and hopes you are very well."⁵² (C2)

29. "**'Tis true** I cannot enter France;"⁵³ (C5)

Nos exemplos 27 e 28, temos situações compatíveis com o discurso relatado. No primeiro caso, observa-se um locutor relator que se utiliza de uma citação para reproduzir, através de discurso direto, um ato de comunicação atribuído a um terceiro: dr. Drury, diretor da escola onde Byron estudava. Aparentemente, o dizer de dr. Drury é reproduzido *ipsis litteris*, pois o relator faz uso de aspas, provavelmente como uma tentativa de aumentar o grau de fidelidade do que diz e respaldar melhor a veracidade do seu relato.

Em 28, temos o que Charaudeau (2016) chama de discurso integrado. Há uma retomada do discurso de origem, no qual Har-

50 - No período em que a carta foi escrita, Inglaterra e França estavam em guerra. Informações de Eisler (1999), dão conta de que Byron tinha cinco anos de idade quando a guerra com a França começou, tendo continuado até 1815, quando o poeta contava 27 anos.

51 - ... a primeira carta de dr. Drury, na qual estavam as seguintes palavras: "meu filho e Lorde Byron têm tido alguns desentendimentos; mas eu espero que o comportamento futuro dele faça com que uma mudança de tutores seja desnecessária."

52 - Hargreaves Hanson lhe deseja estima e espera que você esteja muito bem.

53 - É verdade que eu não posso entrar na França;

greaves Hanson envia cumprimentos a sra. Byron. Nesse caso, a fala de H. Hanson é parcialmente integrada ao discurso do locutor relator. Por fim, no exemplo 29, temos uma modalidade de asserção, que é expressa a partir da construção linguística “’Tis true”, que indica uma evidência: o locutor não pode entrar na França. Dessa forma, retomando uma enunciação de seu entorno histórico-social, EUc testemunha a maneira pela qual um discurso do mundo se impõe a ele: estando a Inglaterra em guerra com aquele país, qualquer cidadão inglês, até mesmo um lorde, poderia correr o risco de ser considerado *persona non grata* em território francês.

Com esses exemplos, finalizamos as nossas observações sobre o modo enunciativo. Nas análises a seguir, intencionamos direcionar nossa atenção, de maneira mais específica, aos modos Narrativo e Argumentativo, visto que são predominantes nas missivas que compõem o nosso *corpus*.

5.2 ARGUMENTAÇÃO E PATEMIZAÇÃO NO DISCURSO BYRONIANO

Tendo em vista a recorrência de elementos de patemização nos atos de linguagem que compõem o *corpus* em análise neste trabalho, abordaremos, nos próximos itens, algumas peculiaridades sobre o modo de organização argumentativo com a atenção voltada também para os vestígios do patêmico em alguns dos exemplos apresentados. Assim, além de mostrar como os argumentos são organizados pelo sujeito comunicante em trechos distintos das cartas, buscaremos identificar alguns momentos nos quais se apresenta essa categoria de efeito, que, segundo Charaudeau (2007), pode se configurar a partir dos arranjos da lógica discursiva e do próprio léxico. Cientes de que esse olhar para o *logos* e o *pathos* é essencial para chegarmos ao nosso objetivo de analisar o *ethos* byroniano nas cartas, tentamos compreender, neste item, o funcionamento do discurso argumentativo nas missivas por meio da observação dos componentes e procedimentos utilizados pelo locutor na organização da lógica e da encenação argumentativa,

conforme proposto na teoria Semiolinguística.

5.2.1 Os elementos da lógica argumentativa

Como vimos anteriormente, conforme Charaudeau (2016, p.205), para que haja argumentação é necessário que haja “uma proposta sobre o mundo que provoque um questionamento em alguém quanto à sua legitimidade”, um sujeito que se engaje em relação a esse questionamento e tente estabelecer uma verdade quanto a essa proposta e um outro sujeito, alvo dessa argumentação. Tendo em vista tais observações, selecionamos alguns trechos no intuito de ilustrar a relação triangular que se configura entre o sujeito argumentante, a proposta sobre o mundo e o sujeito-alvo.

No trecho da carta 1 reproduzido logo abaixo, essa relação se inicia pela apresentação da proposta, por parte de EUE, de ter aulas particulares em horário separado de uma outra aluna, senhorita Parkynses. Tal proposta provoca um questionamento quanto à sua aceitabilidade por parte de TUD, que, neste caso, é o sujeito-alvo:

30. Mr. Rogers could attend me every night at a separate hour from the Miss Parkynses, and I am astonished you do not acquiesce in this Scheme (...) I recommend this to you because, if some plan of this kind is not adopted, I shall be called, or rather branded with the name of a dunce, which you know I could never bear.⁵⁴ (C1)

É possível notar, a partir do trecho, um questionamento implícito na passagem “I am astonished you do not acquiesce in this Scheme”, na qual a discordância da interlocutora quanto à proposta apresentada é indiretamente revelada, quando EUE se diz atônito por TUD não concordar com o esquema que propõe. Diante da discordância por parte de TUD, e convicto de sua verdade (a eficiência e utilidade daquilo que propõe), EUC busca expressar essa

54 - O Sr. Rogers poderia me ensinar todas as noites em um horário diferente da senhorita Parkynses, e estou atônito por você não concordar com este esquema (...). Eu sugiro isto para você porque, se algum plano desse tipo não for adotado, eu serei chamado, ou melhor, marcado como retardado, que você sabe que eu jamais poderia suportar.

verdade tentando explicar sua certeza, no intuito de persuadir TUD a modificar seu comportamento e permitir com que as aulas aconteçam, conforme deseja. A partir disso, configura-se uma busca de influência e racionalidade por parte do EUC na atividade discursiva, por meio de diversos procedimentos, no intuito de tentar estabelecer uma aceitabilidade quanto a essa proposta.

Analisando o exemplo 30, tendo em vista os elementos de base da lógica argumentativa, temos como asserção de partida (A1) “Mr. Rogers could attend me every night at a separate hour from the Miss Parkynses”, na qual EUE apresenta a sua proposta de ter aulas particulares. Essa proposta é retomada adiante, nesse mesmo trecho, a partir dos sintagmas nominais “this scheme” e “some plan of this kind”, que representam o fato (ter aulas particulares/plano a ser adotado) do qual poderá decorrer uma consequência (não ser chamado de ou marcado como retardado, caso as aulas ocorram, ou ser chamado de ou marcado como retardado, caso as aulas não aconteçam).

Como asserção de passagem, pode-se considerar a inferência de que os indivíduos que não são devidamente instruídos não têm como adquirir os conhecimentos considerados necessários para ter uma imagem digna e de respeito naquela sociedade, e, conseqüentemente, podem ser chamados de ou ficarem marcados como retardados, algo ruim, principalmente para alguém que, como o sujeito argumentante, se mostra bastante preocupado com a própria imagem. Em considerações que podem ser associadas à situação relatada nesse exemplo, Eisler (1999) afirma que o menino Byron sentia vergonha por não ter determinados conhecimentos e já tinha uma compreensão da cultura como sinônimo de *status*, mostrando-se bastante sensível quanto à relação entre conhecimento, poder e posição social.

Entendemos haver aí a instauração, no discurso, de um efeito patêmico vinculado à demonstração de um estado de insatisfação por parte do EUE: um medo ou angústia sobre uma possível vergonha ou humilhação no futuro. É justamente com base nessa preocupação, possivelmente compartilhada por TUD, que o sujeito comunicante constrói sua argumentação nesse trecho. A

demonstração dessa angústia pode ser eficiente por ter o potencial de causar efeitos emocionais em TUD, dada a relação contratual entre os interlocutores, que supõe um comprometimento, por parte da interlocutora, com o bem-estar físico e emocional do locutor e uma conduta de suporte para com ele diante dessas circunstâncias, tendo em vista os papéis de cada um na situação de comunicação.

Assim, considerando a questão dos julgamentos sociais relativos ao que vem a ser considerado uma conduta “normal” e esperada de seus membros, de acordo com os papéis que exercem, e em sendo as emoções ligadas aos saberes de crença de acordo com o grupo social, conforme aponta Charaudeau (2007), reforça-se, aí, a ideia de ser este um argumento de cunho patêmico, pois a negação da emoção diante da dor do filho por parte da interlocutora, cujo papel é de mãe, pode levar ao entendimento de que esta apresenta uma deficiência moral, caso não se importe com os sentimentos do enunciador.

A partir desse conjunto de asserções, é possível inferir também que faz parte do universo de crença em que esses sujeitos se inserem o entendimento de que a educação oriunda de um tutor qualificado⁵⁵, além de evitar transtornos como aquele temido por EUE, também significa uma elevação no *status*, pois quem a recebe passa a ser considerado culto e de nível intelectual alto, algo socialmente valorizado naquele contexto. Esse universo de crença, por ser compartilhado entre os interlocutores, também serve como prova de validade para o argumento de EUC, reforçando a tentativa de levar TUD a aderir à proposta apresentada.

Quanto à asserção de chegada (A2), consideramos que o trecho “I shall be called, or rather branded with the name of a dunce”, pode ilustrá-la, visto que mostra uma consequência, de cunho negativo, vinculada à não realização da proposta do sujeito argumentante: segundo o que diz, se não tiver sua proposta de ter aulas particulares aceita, será considerado ignorante (retardado), como afirma claramente no trecho. Isso implica dizer que, se acontecer o

55 - Conforme informações de Prothero (1898, p. 7), Dummer Rogers, o tutor em questão, era professor de francês,

inglês, latim e matemática.

contrário, ou seja, se sua proposta for aceita, poderá ter a imagem e o *status* que deseja, pois será detentor de um poder simbólico, será considerado inteligente, o oposto de *dunce*.

O encadeamento da causalidade entre A1 e A2 acontece a partir do articulador lógico *if*, marcador de condição que indica A2 (ser considerado retardado) como uma consequência da não realização de A1 (ter aulas). Nesse caso, o vínculo modal que se estabelece entre a premissa e a conclusão está situado no eixo do possível e é da ordem do plausível, pois A2 não é a conclusão única de A1. A inferência (prova ou argumento), na qual se baseia EUE possui uma lógica de raciocínio equivalente a “para não ser considerado retardado há que se ter uma educação decente, o que, no caso, pode ser feito a partir das aulas de um tutor qualificado, o sr. Rogers”. Tal inferência é oriunda de cálculo qualitativo e pode estar baseada em uma crença de que a sociedade desvaloriza e pode desrespeitar o indivíduo sem conhecimentos básicos como latim e matemática, disciplinas ministradas pelo tutor em questão. Todavia, essa inferência não leva a uma conclusão única, pois essa mesma sociedade também pode se constituir de indivíduos que não necessariamente rotulariam uma pessoa sem instrução, chamando-a de retardada, daí a sua plausibilidade.

No tocante aos procedimentos da lógica argumentativa, temos aí um modo de raciocínio por dedução condicional, com o escopo de particularização, pois parte-se da ideia geral de que qualquer indivíduo sem instrução pode, em algum momento, sofrer a consequência de ser tido como retardado, para o caso individual que se configura a partir do exemplo dado pelo próprio EUE sobre si mesmo. O uso do condicional na construção de procedimentos argumentativos, vale dizer, é bastante comum no *corpus*. Nas cinco cartas, a conjunção *if* é utilizada por doze vezes, sendo onze delas para expressar condição e uma como elemento de expressão comparativa, conforme veremos no item a seguir.

5.2.2 A patemização pelo uso do condicional

No decorrer das análises das cartas de Byron para Catherine, foi possível observar que as estruturas condicionais são um recurso argumentativo bastante explorado pelo sujeito comunicante. Assim, para uma melhor visualização dos exemplos em que essas construções são utilizadas no *corpus*, ilustramos essas recorrências a partir do quadro a seguir. Apresentamos, na primeira coluna, um resumo sobre o uso da conjunção *if*⁵⁶, na segunda, a quantidade de ocorrências de cada um desses usos, e, na terceira, reproduzimos os trechos onde aparecem, com a identificação da carta, entre parênteses, ao fim de cada um desses extratos. Alguns desses trechos, já utilizados como exemplos em momento anterior, serão identificados tanto pela numeração utilizada previamente quanto pelo seu ordenamento no próprio quadro em si.

Quadro 2 - Recorrências no uso de “if” no *corpus*.

USOS DE IF	Nº	EXEMPLOS IDENTIFICADOS NO <i>CORPUS</i>
1º condicional: situações possíveis ou prováveis de ocorrer.	7	<p>1 – ex. 4. if some plan of this kind is not adopted, I shall be called... (C1)</p> <p>2 – ex. 10. if you love me, you will now show it. (C2)</p> <p>3 - If I am treated in this Manner, I will not stay at this <i>School</i>. (C2)</p> <p>4 – ex. 20. If you do not take notice of this, I will leave the <i>School</i> myself; (C2)</p> <p>5 - If you grant me this favour... you will eternally oblige your Unhappy Son (C4)</p> <p>6 e 7 – ex. 22. if you do not, I will, if possible, get away without your consent (C5)</p>
2º condicional: situações imaginadas.	1	<p>8 - ...if he ever again spoke to me he would expel him. (C2)</p>

56 - Para uma explicação detalhada desses usos, conferir <<https://dictionary.cambridge.org/grammar/british-grammar/conditionals-and-wishes/conditionals-if>> e <<http://www.bbc.co.uk/learningenglish/english/course/intermediate/unit-5/tab/grammar>>.

3º condicional: situações que não se realizaram no passado.	1	9 - If he had had it in his power to have me expelled, he would long ago have done it ⁵⁷ (C2)
Condicionais mistas ⁵⁸ : situações que não se realizaram no passado.	2	10 - If I had done anything so <i>heinous</i> , why should he allow me to stay at the School? ⁵⁹ (C2) 11 - If I had been the Blackguard he talks of, why did he not of his own accord refuse to keep me as his <i>pupil</i> ? ⁶⁰ (C2)
Comparação ⁶¹	1	12 - the Credit of the University is as much attached to my Name, as if I had pursued my Studies <i>there</i> for a Century (C5)

Fonte: autoria própria.

Como é possível observar no quadro, sete das onze sentenças condicionais com *if* identificadas no *corpus* estão no primeiro condicional, o que representa um percentual de 63% aproximadamente. A partir delas, o EUE modaliza avisos, incitações, chantagens e ameaças, conforme já vimos em análises de alguns desses mesmos trechos em exemplos anteriores⁶².

O quadro acima também mostra que, entre as onze ocorrências do condicional encontradas no *corpus*, sete acontecem na carta 2, que provavelmente tem o tom mais emocional e dramático entre as cinco missivas que analisamos. Nela, é possível identificar a configuração de efeitos patêmicos de dor e indignação, o que pode provocar os mesmos efeitos em TUi, em decorrência da orientação argumentativa dada pelo EUC e da já comentada relação filio-parental entre os interlocutores. Além de modalizar avisos, incitações e ameaças por meio dessas estruturas, produzindo efeitos patêmicos, EUC também utiliza essas formas condicionais para tentar dizer-se digno de crédito e construir um universo discursivo de explicação, na tentativa de influenciar TUD a aderir a suas

57 - Se ele tivesse tido poder para me expulsar, ele o teria feito há muito tempo.

58 - Conf. <http://www.bbc.co.uk/learningenglish/english/course/upper-intermediate/unit-8/tab/grammar>.

59 - Se eu tivesse feito algo tão hediondo, por que ele me permitiria ficar na escola?

60 - Se eu tivesse sido o canalha que ele diz, por que ele, por conta própria, não se recusou a me aceitar como aluno dele?

61 - Conf. <https://dictionary.cambridge.org/grammar/british-grammar/as-and-as-expressions/as-if-and-as-though>

62 - Conf. exemplos 4, 10, 20 e 22.

propostas.

É interessante notar também que a recorrência do primeiro condicional está inserida em uma outra: o uso constante dos modais *will* e *shall*. Esses marcadores gramaticais de futuro aparecem por trinta e seis vezes nas cinco cartas. Nos casos em que *will* é utilizado para referir-se às atitudes de outrem, modalizam-se previsões, anseios e incitações, como pode ser visto nos excertos 2 (analisado no exemplo 10) e 5 do quadro 2 e nas passagens “I beg you will consider this plan” e “I presume you will all agree”. Dentre as situações em que EUE refere-se a si mesmo utilizando esses auxiliares, na maior parte dos casos o faz para comunicar decisões pessoais e fazer promessas, como nos trechos 3, 4 (analisado no exemplo 20), 6 e 7 (comentados no exemplo 22) do quadro.

Ao prometer repetidamente, pode estar dizendo, ao mesmo tempo, que tem boas intenções, pois afirma que fará algo no futuro para que determinada situação do presente, que é desagradável a TUD, seja modificada. Dessa forma, tenta mostrar-se solidário, pois busca agradecer a interlocutora prometendo fazer o que ela quer. Prothero (1898, p. 16) mostra, através de trechos de cartas escritas de Catherine para o advogado da família, que, na situação da carta 4, por exemplo, as promessas do EUC não chegaram a ser cumpridas. Esse não cumprimento e a ciência de que TUD pode não acreditar no que diz parecem justificar a necessidade do enunciatador de enfatizar, por repetidas vezes, que cumprirá com a palavra.

De volta ao quadro sobre as recorrências de sentenças com o uso de *if*, observamos também a ocorrência de uma passagem no segundo condicional, na qual se configura um exemplo de discurso relatado. Nela, EUE relata a ameaça feita, por parte do tutor, a um colega com quem conversou na igreja. Entendemos haver aí um elemento de patemização importante na construção discursiva de EUC, visto que, ao relatar uma ameaça feita por seu “algoz” a outrem, aumenta o número de “vítimas” do tutor e ajuda a construir e reforçar o retrato de vilania que pretende atribuir a ele, produzindo efeitos que podem causar indignação em TUI.

Há ainda, no *corpus*, mais três casos de uso das *if clauses*, sendo um no terceiro condicional e dois em sentenças condicio-

nais mistas, também destacados no quadro. Neles, o enunciador menciona situações não ocorridas no passado como argumentos para sugerir que determinadas implicações deveriam, necessariamente, decorrer delas, caso essas situações fossem verídicas. Em 9, por exemplo, quando compreende que, se o tutor Henry Drury tivesse tido, na ocasião, autoridade para expulsá-lo, já o teria feito, diz, ao mesmo tempo, que o tutor não teve poder para fazê-lo. Dessa forma, além de desmoralizá-lo, também reforça o seu próprio ponto de vista.

Assim como nesse trecho, nos dois exemplos em que o condicional misto é utilizado (excertos 10 e 11 do quadro 2) também se configura um raciocínio semelhante, dessa vez por denegação (nos deteremos mais adiante, no item 5.2.5, na observação desse procedimento discursivo). Nos dois casos, EUe emprega essas construções para derrubar os argumentos de Henry Drury e, ao mesmo tempo, reforçar que não cometeu nenhum ato hediondo e nem é canalha. Nesse sentido, entendemos que, nesses exemplos, há compatibilidade com as seguintes combinações interfrásticas no terceiro condicional: 10. “se eu tivesse feito algo tão hediondo, ele não teria permitido que eu continuasse na escola” e 11. “se eu tivesse sido o canalha que ele diz, ele teria se recusado a me manter como aluno dele”.

A partir dessas combinações, é possível notar que o enunciador utiliza-se da forma condicional para argumentar que, se ele não sofreu as consequências esperadas por ter cometido um ato considerado hediondo (cuja punição seria não ter mais autorização para permanecer na escola) e por ser um canalha (que resultaria em não mais ser mantido sob a tutoria de H. Drury), então não pode ser acusado nem de um, nem de outro. Em ambos os casos, temos um raciocínio equivalente a “não fui punido, logo não sou culpado” ou mesmo “não fui punido porque não sou culpado”, que caracterizam dedução e explicação pragmática, respectivamente.

Como se percebe, a partir dessas estruturas condicionais, EUe tenta provar a TUD que os pontos de vista que defende nas três declarações (9. Henry Drury não tem autoridade para expulsá-lo; 10. não fez nada tão hediondo; e 11. não é um canalha) são verda-

deiros. É importante ressaltar que, nessa defesa de pontos de vista, os argumentos têm um tom dramático, podendo ser observados vestígios de cunho patêmico tanto em escolhas lexicais, como “heinous” e “blackguard”, enfatizadas com marcação diferenciada pelo próprio enunciador, quanto nas próprias denegações que ali se configuram, ajudando a criar um universo de emoção que pode levar o TUi a aderir a esse discurso.

5.2.3 Efeitos patêmicos e organização da lógica argumentativa

Em diferentes trechos dos atos de linguagem analisados em nosso trabalho, identificamos maneiras variadas de organização da lógica argumentativa. Ilustraremos, neste item, trechos em que o sujeito comunicante organiza o seu discurso por meio de causa, restrição e escolha alternativa, observando também os elementos de base da relação argumentativa nesses exemplos. Essa organização, como se sabe, também pode apresentar efeitos patêmicos na medida em que, ao buscar construir um *ethos* de vítima, por exemplo, o EUc estimula o TUi a simpatizar com sua dor, um meio de tentar levá-lo a aderir às suas propostas, apelando às suas emoções. Iniciamos as nossas considerações a partir dos exemplos 31 e 32, retirados das cartas 2 e 4, respectivamente, que ilustram os elementos de base da relação argumentativa encadeados por meio de causa e restrição:

31. My Conscience acquits me of ever *meriting* expulsion at this School; I have been *idle* and I certainly ought not to talk in church, but I have never done a mean action at this School to him or *any one*.⁶³ (C2)

Parafraseando a ideia do exemplo 31, identificamos uma proposta sobre o mundo equivalente a “não mereço ser expulso dessa escola”, um questionamento mais ou menos implícito quanto à

63 - Minha consciência está limpa sobre alguma vez ter merecido expulsão dessa escola. Tenho sido ocioso e certamente não deveria conversar na igreja, mas nunca fiz nada de ruim nessa escola contra ele nem contra ninguém.

legitimidade dessa proposta, que pode ser entendido como “ser ocioso e conversar na igreja são atitudes reprováveis e passíveis de punição”, e um argumento de EUE, a favor de sua proposta, que pode ser compreendido como “nunca fiz nada de mal a ninguém nessa escola. Só fui preguiçoso e conversei na igreja, o que não é motivo para expulsão”.

Nesse exemplo, EUC parece orientar a sequência de seu discurso no sentido de convencer a interlocutora sobre suas certezas (de que não merece expulsão, pois nunca fez mal a ninguém na escola) e levá-la a tomar a atitude que ele deseja: pedir satisfações à direção da escola e responder, à altura, à reprimenda que recebeu de Henry Drury, seu tutor, já que ele próprio, por ser apenas um aluno, encontra-se em posição hierarquicamente inferior e não tem autoridade para rebatê-lo. Daí provém a necessidade de mostrar-se correto, e, ao mesmo tempo, injustiçado, no intuito de conquistar a solidariedade de TUi a partir dessa imagem.

Com relação aos elementos de base da relação argumentativa no exemplo 31, temos como asserção de partida (A1) “My Conscience acquits me of ever meriting expulsion at this School” e asserção de chegada (A2) “I have never done a mean action at this School to him or any one”. Unindo essas asserções, teríamos uma combinação interfrástica equivalente à paráfrase em 31.a:

31.a) I do not deserve expulsion, for I have never done a mean action at this School to anyone.

Com base nesse pensamento, observamos uma relação de causalidade entre A1 e A2 correspondente ao esquema “A1 porque A2”, visto que, em outras palavras, o EUE afirma estar de consciência limpa quanto ao fato de merecer expulsão da escola porque nunca fez nada de mal nem ao tutor, nem a ninguém. Apesar de marcas linguísticas como “porque” ou “pois” não estarem presentes na asserção original, esse encadeamento de causa é facilmente subentendido e pode ser esclarecido por meio da paráfrase em 31.a. A2 representa, portanto, a causa da premissa A1.

Consideramos, como asserção de passagem, a ideia implícita de que agir mal para com outrem naquele ambiente escolar seria

motivo para a referida reprimenda, o que não é o caso dos delitos cometidos, considerados leves pelo enunciador. Essa tese é reforçada no trecho “I have been idle and I certainly ought not to talk in church, but...”, a partir do qual o EUE deixa entender que ficar ocioso e conversar na igreja, apesar de serem atos reprováveis, não são delitos tão graves quanto fazer algo de ruim contra alguém, e, portanto, não são razões suficientes para uma expulsão.

Lembrando a observação de Charaudeau (2016, p.210) de que “a própria asserção-premissa pode corresponder à conclusão de uma outra relação argumentativa”, entendemos que, nesse mesmo exemplo, os elementos de base da relação argumentativa também podem ser analisados de forma inversa. Assim, é possível parafrasear o trecho de maneira distinta, como em 31.b, sem que a sua ideia principal seja alterada:

31.b) I have never done a mean action at this School to anyone, so I do not deserve expulsion.

Tendo em vista essa possibilidade, teríamos, se organizássemos o texto original como em 31.b, a asserção de partida (A1) “I have never done a mean action at this School to him or any one”, através da qual EUE afirma nunca ter feito mal a ninguém, e a conclusão (A2) “My Conscience acquits me of ever meriting expulsion at this School”, na qual assegura estar de consciência limpa quanto a merecer expulsão. A asserção de passagem continua sendo a inferência de que conversar na igreja e ser ocioso, apesar de serem atitudes de contravenção, são delitos de pouca gravidade, não sendo motivos para um desligamento forçado pelo tutor. Fazer algo de ruim contra alguém naquele ambiente escolar, o que não foi o caso, talvez fosse motivo para uma expulsão, pois isso sim, de acordo com o que o EUE defende, é delito grave.

Observando por esse ângulo, é possível considerar que existe entre A1 e A2 um encadeamento de consequência, pois a ideia geral do trecho equivale a “A1 portanto A2”. Nesse viés, a inferência que estabelece o vínculo modal entre as asserções A1 e A2 é da ordem do indiscutível, visto que, apesar de A1 não ser a única asserção que pode ter essa relação com A2, a asserção de chegada é uma

conclusão que se impõe diante de A1, pois a negação de A1 (Fiz algo de ruim contra alguém na escola) provocaria a negação de A2 (minha consciência me acusa de merecer expulsão). Neste caso, como as asserções têm originalmente um teor de negação, negaríamos essas negações, o que equivale a fazer afirmações (fiz algo de mal contra alguém na escola, portanto mereço expulsão).

Tanto em 31.a quanto em 31.b existe, por parte de EUc, uma busca de racionalização no sentido de construir uma imagem de probidade. Esse *ethos*, uma vez construído, pode levar TUi a imaginar o enunciador como injustiçado ou perseguido pelo tutor, numa atitude reativa proveniente de um estado de emoção provocado pelos valores morais mobilizados a partir da construção discursiva. Vejamos um outro exemplo de organização da lógica argumentativa:

32. I am sorry you disapprove my Companions, who, **however**, are the first this County affords, and my equals in most respects;⁶⁴ (C4)

No exemplo trinta e dois, entendemos que, apesar da contestação iniciar-se por parte da interlocutora, que desaprova as companhias do EUe, e cuja opinião é trazida de forma indireta na primeira parte da sentença (you disapprove my companions), temos uma proposta sobre o mundo que parte do EUc e visa defender o contrário, ou seja, que suas companhias devem ser aprovadas. Pensando dessa maneira, se parafraseássemos o trecho, teríamos raciocínios equivalente às combinações interfrásticas em 32.a e 32.b, sem fugir à ideia principal:

32.a) you disapprove my Companions, **however**, they are the first this County affords, and my equals in most respects;

32.b) My Companions must be approved **for** they are the first this County affords, and my equals in most respects;

A proposta de EUc, como se vê, é questionada por T Ud, que desaprova essas amigas e é, portanto, o alvo da argumentação

64 - Lamento que você desaprove minhas Companhias, que, no entanto, são as melhores deste condado, e iguais a mim na maioria dos aspectos;

do locutor. Assim, entendemos que, nesse trecho, temos como asserção de partida (A1) a passagem “I am sorry you disapprove my Companions”, na qual fica claro, a partir do trecho “I am sorry”, que EUE discorda da opinião de TUD e defende a ideia de que suas companhias devem ser aprovadas. Para defender essa proposta e tentar estabelecer a sua aceitabilidade, o sujeito argumentante afirma, na asserção de chegada (A2) que suas companhias são as melhores do local e iguais a ele na maioria dos aspectos: “...are the first this County affords, and my equals in most respects”.

Entendemos, como asserção de passagem, a inferência de que, segundo parece ser a opinião de TUD, seria mais apropriado que o sujeito comunicante, por ser um *lord*, se enturmasse com pessoas do seu nível social ou de classes mais altas que a dele. O argumento do EUE para sustentar sua proposta e sair em defesa de suas companhias parece se basear nesse pensamento, pois avalia que suas companhias são iguais a ele, provavelmente considerando a imagem que tem da interlocutora e aquilo que acha que ela pensa.

O encadeamento entre as asserções de partida e chegada se faz a partir do articulador lógico de contraste *however*, através do qual o enunciador refuta a opinião da interlocutora e apresenta, de forma implícita, a sua proposta, expondo, logo em seguida, os argumentos em defesa dessa proposta. Tais argumentos consistem em contestar a ideia (implícita na carta) de TUD sobre tais companhias não serem boas, elucidando os motivos pelos quais essas companhias devem ser aprovadas, o que caracteriza uma restrição (mais clara em 32.a) e um modo de raciocínio por explicação pragmática (na paráfrase 32.b), que, neste caso, tem sua causa justificada a partir de uma experiência pessoal.

Essa experiência pessoal pode ser vista de forma abrangente, englobando tanto o contexto imediato dos interlocutores quanto o universo de crenças no qual esses sujeitos estão inseridos. Mais especificamente, observa-se nessa desaprovação de TUD uma possível busca por um bem-estar moral, que pode ser promovido pela sensação de ter sua vaidade ou orgulho satisfeitos, caso o locutor não se envolva com aqueles que considera inferiores. Conhecendo

essa característica da interlocutora, EUe trata de defender os “seus iguais”.

É possível deduzir, a partir da reprimenda implícita de TUd a respeito das companhias de EUc, que também havia uma preocupação da mãe com a imagem do rapaz. Essa preocupação parece ser recíproca, visto que, no exemplo a seguir, o enunciador indica estar incomodado pelo fato de haver apenas mulheres trabalhando para a mãe. Esse pensamento pode ser ancorado no trecho em que EUe afirma que a interlocutora passará despercebida (provavelmente perante a sociedade) porque não tem nenhum empregado (homem) entre seus subordinados:

33. I hope you have engaged a **Man Servant**, else it will be impossible for me to visit you, since my Servant must attend chiefly to his horses; at the same Time **you must cut an indifferent Figure with only maids in your habitation.**⁶⁵ (C5)

Analisando o exemplo acima, identificamos no trecho “I hope you have engaged a Man Servant” uma asserção de partida (A1) na qual o enunciador impõe a contratação de um empregado como requisito para que possa visitar TUd. A asserção de chegada (A2), pode ser localizada no trecho “it will be impossible for me to visit you”, unido a A1 por meio do articulador lógico *else*. Nesse sentido, A1 representa uma condição para que a referida visita se concretize. A asserção de passagem, que justifica a relação de causalidade entre A1 e A2, pode ser identificada no trecho “since my servant must attend chiefly to his horses”, no qual o enunciador afirma que o seu criado já estará ocupado, o que justificaria a necessidade da contratação de um outro criado. Esse argumento, com o qual EUe busca levar a destinatária a aceitar a sua proposta, é reforçado, em seguida, com outra justificativa, a de que ter apenas empregadas mulheres não dará a ela visibilidade (“at the same time you must cut an indifferent figure with only maids in your habitation”).

65 - Espero que você tenha contratado um empregado, senão será impossível para mim visitá-la, já que meu criado deve cuidar em primeiro lugar dos cavalos dele; além disso, você vai passar despercebida tendo apenas empregadas mulheres em sua casa.

Como se vê, o modo de encadeamento entre A1 e A2 ocorre a partir de uma disjunção acompanhada por uma frase com teor de negação (dado pelo vocábulo “impossible”), que expressa uma relação de causalidade entre elas (equivalente a “se não contratar um empregado, então não irei”). As condições de realização se encontram no eixo do possível, visto que A2 não é a única conclusão que pode decorrer de A1, e o escopo do valor de verdade condiz com uma particularização, já que a proposta $A1 \rightarrow A2$ vale para o caso específico dessa interação e depende de circunstâncias particulares. O modo de raciocínio é compatível com uma escolha alternativa entre positivo/ negativo. TUd deve escolher entre contratar um empregado (algo negativo, pois não tem condições financeiras para tal⁶⁶) e ter a companhia do filho (positivo) ou não contratar (e economizar, algo positivo) e não ter a companhia do filho (negativo).

Nos dois trechos identificados como justificativas no exemplo 33, o EUE expõe, portanto, os motivos pelos quais deseja que TUd contrate um empregado do sexo masculino: o servo dele já estará ocupado com os cavalos e sua mãe passará despercebida (perante a sociedade) se tiver apenas mulheres como empregadas. A partir disso, é possível inferir que ter empregados do sexo masculino era um fator de valorização social, algo que a vaidade de Byron levava a considerar de suma importância a ponto de impor como condição para que pudesse visitar a mãe. Por meio da segunda justificativa, EUE também parece querer incitar a vaidade da interlocutora, utilizando-se, como em outras passagens do *corpus*, de recursos patêmicos para emocionar, e, por conseguinte, influenciar a interlocutora. Dessa vez, a emoção a ser despertada pode estar vinculada a um mal-estar causado por um suposto sentimento de superioridade e vaidade não realizados por parte de Catherine, quando o enunciador aponta que ela passará despercebida.

5.2.4 O dispositivo argumentativo: valores sociais e patemização

66 - Conf. Prothero (1898, p.95).

Neste item, fazemos uma breve exemplificação dos elementos que compõem o dispositivo enunciativo argumentativo (**proposta**, **proposição** e **persuasão**) em trechos de duas das cartas, conforme a situação distinta de cada um desses atos de linguagem. Tendo em vista que esse dispositivo pode ser definido a partir do contrato de fala entre os sujeitos, da tomada de posição do sujeito argumentante e dos procedimentos semânticos por ele adotados para atingir seu objetivo de persuasão, é importante ter em mente, mais uma vez, a ligação afetiva entre os interlocutores e observar que EUC se utiliza, em algumas passagens, da menção de valores socialmente instituídos para construir seus argumentos e também despertar, a partir deles, determinadas emoções na interlocutora.

No trecho 30, destacado da carta 1 e já comentado anteriormente, por exemplo, foi possível observar que EUC apresenta, na encenação argumentativa, a **proposta** de ter aulas particulares com um tutor. A partir dessa proposta, adota, em sua **proposição**, uma tomada de posição favorável que se manifesta a partir do argumento de que, se não tiver aulas, será taxado de retardado, fato que, como afirma, não poderia suportar. É justamente esse argumento que configura a **persuasão**, pois além de estabelecer um quadro de raciocínio persuasivo viável, essa justificativa também pode despertar efeitos patêmicos em TUD devido aos laços afetivos que os unem. Esse comportamento persuasivo estratégico via *pathos*, como já foi observado, caracteriza EUC em vários outros momentos nas diferentes missivas. No caso específico do trecho 30, vimos que EUC, engajado em seu próprio quadro de questionamento, demonstra decepção e surpresa por ter sua proposta negada, pondo em causa, de forma explícita, a recusa de TUD, que é contrária ao ponto de vista que defende.

Ainda nos referindo a esse mesmo trecho, entendemos que há aí uma tomada de posição na qual o engajamento de EUC equivale a uma “argumentação polêmica discreta” (CHARAUDEAU, 2016, p.230), visto que é possível inferir, a partir dele, um sutil processo de acusação: a afirmação de EUC sobre estar atônito em ter seu pedido por aulas negado por TUD pode ser compreendida como um julgamento de valor a partir do qual EUC, de forma indireta, acusa

TUd de negligência para com a sua educação. Dessa maneira, parece buscar atingir as emoções da interlocutora, infligindo a ela uma culpabilidade gerada por uma ideia de falta de compromisso em realizar uma ação ou obrigação que, de acordo com os valores sociais vigentes, é de sua alçada.

Para concluir nossos comentários sobre o dispositivo argumentativo, trazemos um segundo exemplo, retirado da carta 5 e já comentado, em parte, no exemplo 12. Nele, EUE refuta a proposta de permanecer na faculdade, e, para defender sua tomada de posição contra essa proposta, desenvolve sua contestação por meio de procedimentos de persuasão ligados ao seu próprio estatuto social de lorde.

34. "I find it inconvenient to remain at College, not for the expence, as I could live on my allowance (only I am naturally extravagant); however the **mode of going on does not suit my constitution. Improvement at an English University to a Man of Rank is, you know, impossible, and the very Idea ridiculous (...)** I can now leave with Honour, as I have paid everything, & wish to pass a couple of years abroad, where I am certain of employing my time to far more advantage and at much less expence, than at our English Seminaries." ⁶⁷ (C5)

Como é possível observar, o EUE justifica a proposta de que permanecer na faculdade é inconveniente alegando, entre outras razões, que não se adequa ao modo como as coisas funcionam ali, onde, segundo ele, o aprimoramento é impossível para um homem de *status*, sendo tal ideia ridícula. Nesse trecho, temos um procedimento argumentativo semântico baseado em consenso social. Segundo Marchand (1993), nessa época havia, na cultura de Cambridge, um verdadeiro desprezo pelo aprendizado, estando os alunos com títulos nobiliárquicos isentos de obrigações acadêmicas importantes como assistir palestras e realizar provas, o que os levava a empregar o seu tempo em condutas de indisciplina ou em

67 - Eu acho inconveniente permanecer na faculdade, não pelo gasto, pois eu poderia viver da minha mesada (só que eu sou naturalmente extravagante); no entanto, o modo como funciona não se adequa à minha natureza. O aprimoramento em uma universidade inglesa para um homem de *status* é, você sabe, impossível, e a própria ideia é *ridícula*. (...) agora eu posso sair com honra, pois paguei tudo, e quero passar dois anos no exterior, onde tenho certeza que vou empregar meu tempo com muito mais proveito e com muito menos gastos do que em nossos seminários ingleses."

atividades distintas daquelas esperadas de quem vive num ambiente acadêmico e ali se encontra para aprimorar seus conhecimentos por meio de um curso universitário.

Corroborando essa ideia, Eisler (1999) discute o fato de que os críticos das universidades britânicas da época já vinham lamentando o declínio dessas instituições há pelo menos 50 anos. A autora ressalta que, por volta da metade do século XVIII, Oxford e Cambridge encontravam-se decaídas tanto em termos intelectuais quanto morais, visto que a vida desregrada dos estudantes ricos e intitulados era a característica mais marcante nessas duas instituições. Marchand (1993) e Eisler (1999) apresentam trechos de uma carta de Byron para o advogado e amigo Hanson, escrita em novembro de 1805, que encontramos em Prothero (1898), na íntegra, na qual ele relata o caos que presencia, enfatizando os desvios de conduta dos estudantes e do professor:

(...) This place is the devil, or at least his principal residence. They call it the University, but any other appellation would have suited it much better, for Study is the last pursuit of the society; the master eats, drinks, and sleeps, the fellows drink, dispute and pun; the employments of the under graduates you will probably conjecture without my description⁶⁸ (PROTHERO, 1898, p. 84-85).

A ideia de que aprimorar-se em uma universidade inglesa é ridícula, defendida por EUe, baseia-se, portanto, em conhecimento comum sobre a liberdade dos jovens nobres em decidir se gostariam de cumprir ou não as atividades acadêmicas, fato observado também a partir da vivência pessoal do EUc como ser social inserido naquele meio, conforme pode ser visto na citação acima. Como reforço aos seus argumentos para deixar a faculdade, EUe menciona ainda o fato de ter quitado os seus débitos para com a instituição. Com isso, afirma poder sair com honra, utilizando,

68 - Este lugar é o diabo, ou pelo menos a residência principal dele. Chamam de universidade, mas qualquer outra denominação seria mais adequada, pois o estudo é a última ocupação da agremiação; o professor come, bebe e dorme, os colegas bebem, discutem e fazem piadinhas de duplo sentido; as ocupações dos estudantes você provavelmente irá presumir sem minha descrição.

como em outros exemplos, um argumento com valores de domínio ético, pois, pelas leis impostas ao indivíduo pelo consenso social, pagar as dívidas é sinônimo de honradez, estando aí implicados valores como honestidade e responsabilidade. Também esses aspectos implicam patemização, pois, como já vimos, mostrar-se politicamente correto atrai simpatias, facilitando a adesão de TUd à proposta apresentada.

5.2.5 A encenação argumentativa: construindo efeitos patêmicos

Ainda com relação aos procedimentos da encenação argumentativa, utilizados por EUc para justificar as proposições em sua finalidade comunicativa, pode-se dizer que há uma certa variedade no conjunto dos atos de linguagem que compõem o *corpus*. Essa diversidade ocorre tanto nos procedimentos semânticos, ligados aos argumentos que se baseiam num consenso social, quanto nos procedimentos discursivos, concernentes à mobilização de determinadas categorias de língua ou de outros modos de organização do discurso para produzir efeitos de persuasão. Os procedimentos semânticos, por exemplo, baseiam-se, em sua maioria, em argumentos fundamentados em domínios como o do ético, do hedônico e do pragmático. Como vimos no item anterior, esses argumentos são, em algumas passagens, construídos com o auxílio de vocábulos semanticamente marcados por um teor emocional, ajudando a construir um *ethos* capaz de fazer fluir determinados sentimentos em TUd, e, a partir disso, direcionar seus pensamentos e atitudes.

Referindo-nos, mais uma vez, ao trecho 30, a partir do qual tecemos nossas primeiras observações, destacamos argumentos que podem ser considerados de domínio pragmático, pois o enunciador calcula os resultados da não realização de uma ação humana em função das suas próprias necessidades racionais. O argumento de EUe de que poderá ser diminuído moralmente, sendo julgado de forma pejorativa por não possuir certos conhecimentos, é uma consequência de uma ação (negada, neste caso): o impedimento,

feito por parte de TUD, de serem realizadas as aulas particulares que o enunciador cogita. O trecho 33, já destacado anteriormente, também exemplifica um procedimento semântico de domínio pragmático. Nele, o interesse de EUE na contratação de um empregado é justificado com argumentos que são consequências dessa ação (ou melhor, da não realização dessa ação). Em outras palavras, EUE diz: “Contrate um criado para que eu possa visitá-la, pois o meu empregado cuidará dos cavalos” e, em um segundo argumento, “Contrate um criado para não passar despercebida”.

Como procedimentos semânticos do domínio do hedônico, podemos citar trechos como “that *execrable* kennel” (C4) e “you will not see me *ill-treated*” (C2), nos quais o enunciador mostra sentir aversão, ou talvez, um verdadeiro asco pela “sarjeta execrável” onde a interlocutora mora, no primeiro, e mal-estar pela situação que vivencia na escola naquele momento, no segundo. Ainda com o suporte desses procedimentos, o EUE narra sua insatisfação e parece mostrar, ao longo dessas cartas, sentimentos de desprazer e revolta, que também podem ser percebidos no trecho a seguir, retirado da carta 2:

35. “**had I stole** or behaved in the most **abominable** way to him, his language could not have been more **outrageous**. What must the boys think of me to hear such a Message ordered to be delivered to me by a *Master*? Better let him take away my life than ruin my *Character*.”⁶⁹ (C2);

Além de trazer a ideia de que ouvir calúnias abala os sentidos, fazendo fluir sentimentos desagradáveis, pois é algo que rebaixa moralmente quem as recebe, o trecho acima também pode ilustrar procedimentos semânticos do domínio do ético. Ao tentar mostrar a TUD que foi injustiçado pelo tutor ao ser repreendido e caluniado mais severamente do que se tivesse roubado, EUE ilustra, por meio de seu discurso, determinadas regras de comportamento humano de seu entorno, impostas por meio das leis de um consenso social. Entre elas, a de que roubar é errado e que ser

69 - Se eu tivesse roubado ou agido da maneira mais abominável possível com ele, o linguajar dele não poderia ter sido mais ultrajante. O que os garotos vão pensar de mim ao ouvir uma mensagem como essa dada a mim por um *Mestre*? Melhor deixá-lo tirar a minha vida do que destruir minha reputação.

apontado como contraventor, principalmente se o modo de falar do autor da reprimenda for “ultrajante”, é algo vergonhoso e que pode abalar a imagem daquele que a recebe, pois sua idoneidade é posta em causa. Assim, mobilizam-se aí valores como honestidade e justiça.

Em passagens das outras cartas, também encontramos trechos em que se percebe a valorização de condutas de responsabilidade e disciplina. Tais aspectos podem ser observados em exemplos anteriores, como em 11, quando o EUE afirma estar ciente sobre o seu dever de voltar à escola, e em 23, no qual declara esforço e interesse em reparar um erro e superá-lo, comprometendo-se por meio de promessas. Essa valorização também pode ser notada no trecho “I can now leave with Honour, as I have paid everything⁷⁰”, no qual se inscreve a ideia de que um cidadão honrado e correto deve pagar os seus débitos, e que, se o EUC pagou tudo, então pode ser considerado honesto.

No tocante aos procedimentos discursivos, o EUC se vale principalmente de questionamentos, comparações e citações. Alguns dos questionamentos argumentativos podem ser ilustrados com exemplos do quadro sobre os usos do “if”, de onde reproduzimos os trechos 36 e 37 abaixo, já traduzidos anteriormente:

36. “If I had done anything so *heinous*, **why should he allow me to stay at the School?**” (C2)

37. “If I had been the Blackguard he talks of, **why did he not of his own accord refuse to keep me as his *pupil*?**” (C2)

A partir desses exemplos, é possível notar que EUC impõe aos seus questionamentos uma visada de denegação, visto que, nos dois casos, as sentenças apresentam um argumento que é rejeitado antecipadamente, ao tempo em que uma pergunta é feita. Assim, em 36, o EUE refuta a ideia de que cometeu um ato hediondo, e, em 37, a acusação de que é um canalha, num discurso dramático que pode encadear possíveis efeitos persuasivos via *pathos*. Um outro tipo de questionamento argumentativo, cuja visada pode ser considerada patêmica e se caracteriza como uma incitação a fazer, está

70 - Agora posso sair com honra, pois paguei tudo.

presente no fragmento “if you love me, you will now show it.”, já analisado no exemplo 10. Nele, EUE implica um raciocínio equivalente a “faça o que quero e provará que me ama”, oriundo de um questionamento implícito análogo a “será que você me ama?”.

O sujeito comunicante também se utiliza de citações como procedimento persuasivo. No trecho 27, por exemplo, quando cita o dizer e o saber do diretor geral da escola, lembrando a TUD as palavras utilizadas em uma carta escrita anteriormente por ele, busca, em conjunto com outros meios, provar a veracidade de sua narrativa. Há também, no *corpus*, alguns trechos em que a argumentação é reforçada por meio de comparações. Na passagem 35, destacada anteriormente, o enunciador compara a maneira como foi tratado por Henry Drury com o modo como são tratados aqueles que roubam. Com isso, tenta maximizar o teor negativo das palavras que lhe foram direcionadas e o seu respectivo efeito, buscando causar, em TUD, um sentimento de piedade por conta do desrespeito e humilhação que mostra ter sofrido com a repreensão do tutor.

No exemplo 30, entendemos haver comparação subjetiva por semelhança quando EUE reflete que, se não tiver aulas, poderá ser taxado de retardado. Dessa forma, menciona um fato pejorativo que pode incorrer sobre si próprio e utiliza-se dessa alusão para produzir o efeito argumentativo que deseja: impactar os sentimentos de TUD, buscando causar, mais uma vez, um sentimento de compaixão na interlocutora, que pode decorrer de seu instinto materno de defesa. Também observamos o emprego de comparação no exemplo 32, quando EUE afirma que as suas companhias são iguais a ele. Com esse recurso, busca enfatizar as qualidades das suas companhias e convencer TUi de que não deve implicar com elas.

Seja por meio de suas escolhas lexicais, de comparações, denegações, avisos, agrados, ameaças ou pela própria narrativa emocionada, EUE utiliza a patemização como principal meio de persuasão quando direciona seu discurso a TUD. Em geral, constrói a sua lógica argumentativa tentando atrair a atenção da destinatária para o modo como se sente, buscando, a partir disso,

direcionar os seus argumentos. Mostrando a sua emoção indiretamente ou dizendo-se indignado, injustiçado ou infeliz de forma mais direta, o enunciador busca tocar emocionalmente a interlocutora, e, a partir dessa tentativa de “manipulação emocional”, como sugere Larman (2016), levá-la a fazer ou dizer o que deseja frente às diferentes situações que lhe apresenta. Assim, nesses atos de linguagem, a associação da razão demonstrativa aos elementos persuasivos mais adequados acontece conforme a ligação afetiva que se apresenta entre os sujeitos envolvidos no contrato.

5.3 VÍTIMA E ALGOZ: O UNIVERSO NARRADO E A CONSTRUÇÃO DE IMAGENS

Neste item, buscamos refletir sobre a utilização do modo de organização Narrativo no *corpus*. Para essa reflexão, selecionamos a segunda carta, pois entendemos que, nela, a combinação dos componentes e procedimentos desse modo de organização fazem configurar, com mais clareza, a narração de uma história (com seu devido acento direcionador) com fins persuasivos. Em nossa percepção, nessa narrativa, um autor-indivíduo se apresenta como contador testemunha de sua própria vida, permitindo construir significações e engendrar um *ethos* favorável ao seu projeto de fala, visto que a imagem com a qual o enunciador se apresenta se dá em decorrência de um processo combinatório em que busca mostrar-se como vítima-ofendida.

No tocante aos procedimentos de construção narrativos, lembramos que, conforme Charaudeau (2016, p. 154), as narrativas liberam parcelas de verdade e fazem surgir “o universo contado, que predomina sobre a outra realidade, a qual passa a existir somente através desse universo”. No ato de linguagem em questão, essas parcelas de verdade são organizadas por EUc de modo a levar TUD ao entendimento de um sentido em particular, ligado ao seu interesse em ser inocentado de uma acusação feita por um superior, na escola onde estudava. Já vimos que, com a sucessão das ações descritas nesse discurso, o enunciador visa, por um lado,

construir para si uma imagem de vítima, e, por outro, enfatizar possíveis traços de vilania nas ações do tutor Henry Drury. A construção dessas imagens, por sua vez, serve de suporte para o *ethos* indignado, traço mais marcante do enunciador nessa missiva.

Tendo em vista essa maneira de compreender a narrativa em questão, e levando em conta os componentes da lógica narrativa desse discurso, temos, com relação aos actantes, um agente agressor, que age de forma voluntária e direta, na figura de Henry Drury e um destinatário ou vítima dessa agressão (xingamento e reprimenda, neste caso), o próprio enunciador, que provavelmente por considerar-se fraco, evita o embate direto, mas busca induzir a interlocutora a reagir em sua causa. Como vimos nos exemplos envolvendo o terceiro condicional, na análise do modo argumentativo, essa busca é feita, entre outros meios, através de argumentos que visam anular as ideias defendidas pelo agressor e, conseqüentemente, a imagem ruim e uma possível má reputação que pudesse ser atribuída ao locutor.

No tocante aos processos e funções narrativas, temos uma variedade de ações que giram em torno da já referida intencionalidade do narrador em incitar a interlocutora a uma ação, que EUE deixará clara em momento posterior. Vejamos uma das falas iniciais de EUE, no exemplo 38:

38. **I am sorry to say** that Mr. Henry Drury has behaved himself to me in a manner I neither *can* nor *will bear*.⁷¹

Ao iniciar sua narrativa afirmando que “lamenta dizer que” o senhor Drury tem se portado com ele de uma maneira que não pode nem vai tolerar, o EUE já deixa claro o seu posicionamento em relação à atitude do tutor, caracterizando-a como lamentável. Dessa maneira, inicia a construção de uma imagem de vilão para o mesmo, e, conseqüentemente, de vítima para si próprio. Entendemos que a função narrativa dessa sentença tem caráter preparatório, e que o posicionamento implícito por meio dela também serve para introduzir a função narrativa principal, reforçada ao longo

71 - Lamento dizer que o sr. Henry Drury tem se comportado comigo de uma maneira que eu não posso nem vou tolerar.

da carta, na qual o narrador busca construir, por meio de várias ações, um processo narrativo que leve ao entendimento de que os atos de Henry Drury se configuram em uma agressão injustificada. Entre outros trechos, tais ações podem ser exemplificadas com as seguintes passagens:

39. He has seized now an opportunity of **showing his resentment towards me**.⁷² (C2)

40. After Church he spoke not a word to me, but he took this Boy to his pupil room, where he **abused me** in a most violent manner, **called me blackguard**, said he *would* and **could have me expelled** from the School, and bade me thank his *Charity* that *prevented* him;⁷³ (C2)

41. his **language** could not have been more **outrageous**.⁷⁴ (C2)

42. Remember I told you, when I *left* you at *Bath*, that he would **seize every means and opportunity of revenge**, not for leaving him so much as the mortification he suffered, because I begged you to let me leave him.⁷⁵ (C2)

Como é possível observar, nessa carta há vários processos narrativos que recaem sobre o actante narrador, e que, seguindo a lógica de seu relato, constroem a ideia de que há uma degradação do seu estado inicial, por meio de agressão, motivado por vingança, conforme sugere no exemplo 42.

Com relação à organização da lógica narrativa, é possível dizer, observando-se o princípio da coerência, que a ação de abertura (38. I am sorry to say that Mr. Henry Drury has behaved himself to me in a manner I neither *cannor will bear*), com a qual o enunciador inicia o desenvolvimento de sua narrativa, tem como fechamento a passagem na qual o EUE solicita a intervenção da interlocutora, configurando-se esta ação na função narrativa principal: “‘tis all I

72 - Ele agora aproveitou uma oportunidade para mostrar o ressentimento dele em relação a mim.

73 - Depois da Igreja, ele não me disse uma palavra sequer, mas levou este menino para a sala dele, onde me abusou de maneira muito violenta, me chamou de *cana-lha*, disse que *iria e poderia* ter me expulsado da escola, e me disse para agradecer à *Caridade* dele que *o impediu*;

74 - O linguajar dele não poderia ter sido mais ultrajante.

75 - Lembre-se de que eu lhe disse, quando a *deixei* em *Bath*, que ele aproveitaria todos os meios e oportunidades de vingança, não tanto por deixá-lo quanto pela humilhação que ele sofreu, porque eu implorei a você para me permitir deixá-lo.

ask. I beg you will write to Dr. Drury to let him know what I have said.”⁷⁶.

Tal sequência, por sua vez, é motivada pela finalidade de relatar, com as devidas ênfases e direcionamentos em favor próprio, sua versão sobre a desavença ocorrida entre ele e o tutor Henry Drury. Como sugere Larman (2016, p. 42), o tom e a linguagem da carta foram elaborados para despertar sentimentos de indignação e instinto protetor em Catherine e para garantir que ela ficasse do lado dele, sendo a mesma uma clara tentativa de manipulação emocional. Manipulação importante, pois, como vimos na análise do modo enunciativo, modalidades de petição como “ask” e “beg”, utilizadas pelo EUE na carta, demonstram que o enunciador se encontra em uma situação desfavorável e se julga impotente para mudá-la. Assim, estabelece com o seu enunciado uma ação a realizar, pedindo à interlocutora que intervenha diante da situação, pois ele próprio não tem poderes para tal.

Com esse relato, através da reação que pretende instigar, o narrador parece querer levar a destinatária a dar uma resposta “à altura” a Henry Drury. Ao mesmo tempo, aparenta querer suprir o desejo de ser tratado da maneira que acha que merece, visto que considerou uma afronta e um desrespeito os termos com os quais o tutor se referiu a ele. Trata-se, assim, de um ato de linguagem que visa influenciar ações potenciais de TUd, visto que a função narrativa principal se configura em um pedido que visa o melhoramento do estado inicial de EUC, e a relação contratual entre os interlocutores é favorável a essa intenção.

Nesse sentido, tendo em vista o princípio da intencionalidade, tem-se, como falta, o estado inicial de insatisfação do enunciador em decorrência do abuso verbal que afirma ter sofrido. Essa falta é seguida de uma busca, por meio de argumentos variados, de convencer a interlocutora de que foi injustiçado e levar a um estado final, que seria convencer TUd a intervir a seu favor diante da direção da escola. É nessa busca motivada que repousa a intencionalidade, guiada também por meio de um encadeamento de

76 - É tudo que eu peço. Peço-lhe que escreva ao Dr. Drury para que ele saiba o que eu disse.

sequências, que representam as ações desenvolvidas ao longo da narrativa. Os trechos 39 a 42, destacados anteriormente, podem ilustrar o encadeamento que leva a esse fim.

A organização da lógica narrativa também se apoia na definição das relações de força entre os actantes. Como vimos, EUE considera-se fraco em relação ao seu “algoz”, que, em sua visão, inicia um confronto, de forma voluntária, naquele dia e local específicos. Diante de sua fraqueza em relação ao tutor, só lhe resta apelar a outrem. Assim, ao longo da narrativa, que se localiza inicialmente na igreja, onde acontece o episódio que desencadeou a contenda, e termina na sala de estudos, onde o que EUE classifica como abuso aconteceu, o enunciador busca isentar a si mesmo de qualquer culpa, criando um universo narrativo no qual, como vimos, busca mostrar-se como vítima.

Nos procedimentos de configuração da lógica narrativa ligados à motivação intencional, o enunciador, agente voluntário e consciente de seu projeto de dizer, encadeia, de forma contínua, em inversão, as ações e sequências narrativas. Essa inversão ocorre quando EUE apresenta, logo no início, a ação que corresponde ao resultado de sua sequência narrativa (informa que Henry Drury tem se comportado com ele de uma certa maneira) e, só em seguida, desenvolve o seu relato expondo os motivos que o levaram a caracterizar o comportamento do tutor dessa forma. O ritmo da narrativa acontece de forma condensada, e a ação é situada no presente. O uso do presente perfeito, na ação de abertura (Mr. Henry Drury **has behaved** himself to me in a manner), deixa claro que a situação narrada teve início em momento anterior e suas consequências ainda perduram no momento do relato. Nesse sentido, o efeito é de atualidade, apesar de haver momentos em que o EUE se utiliza do passado para relembrar TUD sobre alguns fatos importantes para o desenvolvimento de seu projeto de dizer.

No tocante ao espaço, já mencionamos que tem-se, inicialmente, o ambiente da igreja, onde o narrador executa uma ação que o tutor considera um delito, e, em seguida o da sala de estudos, onde acontecem as ações consideradas abusivas pelo narrador. Também são mencionados outros locais, como a cidade de Bath,

quando o enunciador busca ativar a memória da interlocutora sobre determinados acontecimentos presenciados por ela naquele lugar, no intuito de reforçar seus argumentos sobre o caráter de Henry Drury.

Tendo em vista os componentes da encenação narrativa, ao observamos o circuito externo, entendemos que os parceiros podem ser caracterizados como autor indivíduo, possuidor de um nome próprio e uma biografia pessoal não pública, “indivíduo que vive e age na vida social, tem uma personalidade própria, conhece experiências individuais e coletivas como participante do mundo das práticas sociais” e leitor real, “convocado a receber e verificar a veracidade dos fatos em função de sua própria experiência” (CHARRAUDEAU, 2016, p.185). No circuito interno, apresentam-se como protagonistas um narrador-contador e um leitor destinatário.

Como em momento anterior, continuamos a sugerir que, no dispositivo da encenação narrativa em questão, há uma coincidência entre parceiros e protagonistas, pois esses últimos se apresentam como mãe e filho, os mesmos papéis exercidos pelos primeiros. Ao observarmos os procedimentos de configuração da encenação narrativa, já comentamos que, no tocante às intervenções e identidades do narrador, no circuito externo, o autor-indivíduo se apresenta como contador-testemunha de sua própria vida. Em seu projeto de escritura, apresenta-se um narrador-contador que implica diretamente TUD de diferentes formas (hear what followed/ I forgot to tell you/ I beg you will write⁷⁷), que chama a interlocutora a compartilhar de seus pensamentos (you know dr. Drury’s first letter⁷⁸) e que se revela explicitamente como filho (I shall ever remain, your affectionate son⁷⁹). Assim, o estatuto do narrador é de porta-voz do autor-indivíduo que conta sua própria história sob um ponto de vista interno, subjetivo. Essa característica pode ser identificada quando o narrador-contador apresenta informações de foro íntimo, como sentimentos de indignação (ao lamentar e mostrar-se ofendido) e revolta.

77 - ouça o que se seguiu/ Esqueci de lhe dizer/ Imploro que você escreva.

78 - Você conhece a primeira carta de dr. Drury.

79 - Serei sempre seu afetuoso filho.

CAPÍTULO 6

O *ETHOS* BYRONIANO NAS CARTAS A CATHERINE GORDON

Antes de procedermos com a análise do *ethos* nas cartas de Byron a Catherine Gordon, é importante recapitular que, como propõe Charaudeau (2017, p. 115), a identidade do sujeito falante se desdobra em duas componentes: a sua identidade social de locutor, que funda sua legitimidade como ser comunicante, e sua identidade discursiva de enunciador, na qual ele se atribui uma determinada figura de enunciador. A fusão dessas identidades, que envolve componentes de ordem psicológica, social e discursiva, resulta no *ethos*.

Tendo em vista esses aspectos, a partir do estudo do dispositivo de encenação da linguagem, do contrato de comunicação e dos sujeitos envolvidos nos discursos em análise neste trabalho, reafirmamos o entendimento de que há uma coincidência entre o sujeito comunicante e o sujeito enunciador, bem como entre o T_{Ud} e o T_{Ui}. Esses sujeitos, por sua vez, coincidem com as identidades dos sujeitos sociais Lorde Byron e Catherine Gordon, pois se apresentam como mãe e filho, os mesmos papéis exercidos quando se leva em conta as suas identidades sociais em relação um com o outro.

Conforme pondera Charaudeau (2017), ao discorrer sobre o *ethos* como estratégia de persuasão e agrupá-lo em categorias, a imagem do enunciador pode ser fundada em um discurso da razão (*ethos* de credibilidade) e em um discurso de afeto (*ethos* de identificação). Buscando adaptar algumas dessas considerações aos discursos em estudo neste trabalho, entendemos que, estando a credibilidade mais ligada à construção da identidade discursiva do que à identidade social do sujeito (2017, p.119), conforme defende o autor, parece ser mais eficiente, para o locutor, construir a sua lógica argumentativa com base em componentes discursivos ligados

a questões afetivas, visto que, dado o conhecimento mútuo entre os interlocutores, uma máscara discursiva de credibilidade seria de fácil descoberta.

Nesse sentido, ao averiguar o *ethos* que se engendra nos enunciados que compõem o *corpus*, observamos que a construção da imagem do enunciador leva em conta principalmente o direcionamento emocional, dada a relação contratual entre mãe e filho que se estabelece nesses atos de linguagem. Assim, consideramos que, de modo estratégico, o sujeito comunicante pondera os saberes e as hipóteses que possui sobre as possíveis reações emotivas de TUD e, com base nelas, utiliza-se com mais frequência de argumentos de cunho patêmico, presentes em seus enunciados mesmo quando a lógica discursiva parece privilegiar o discurso da razão.

As hipóteses que levam a esses direcionamentos argumentativos, por sua vez, são plausíveis devido ao já mencionado conhecimento mútuo que há entre esses sujeitos, proporcionado pela convivência e pelo laço familiar que os une. Assim, tendo em vista que, conforme lembra Oliveira (2012) o *ethos* se constitui também em eficiente estratégia argumentativa, o sujeito comunicante parece preferir organizar o seu discurso de modo que seus argumentos levem à construção de um *ethos* de sofredor, por exemplo, pois é ciente de que, se assim o fizer, seu discurso poderá ser mais eficiente para tocar a interlocutora, e, por conseguinte, permitir um fazer sentir que poderá levar a um fazer fazer.

Tendo em vista essas observações, para delinear o *ethos* byroniano que se apresenta na correspondência que compõe o *corpus*, faremos, inicialmente, uma análise individual de cada um desses atos de linguagem, considerando os possíveis interpretativos (CHARAUDEAU, 2016), construídos por meio dos elementos linguageiros, semânticos e formais, e a análise dos modos de organização do discurso, passos já realizados em capítulos anteriores deste trabalho. Após a análise individual de cada carta, buscaremos averiguar a existência de traços gerais comuns que possam ser atribuídos a uma imagem do enunciador nesses atos linguageiros.

6.1 I AM ASTONISHED! O *ETHOS* CRÍTICO

Principiamos nossa análise com a carta escrita por um Byron ainda menino, em março de 1799, quando contava 11 anos de idade e se encontrava, conforme aponta MacCarthy (2014), na residência de parentes, na cidade de Nottingham. Como vimos em passagem anterior deste trabalho, a intenção principal do EUC nessa missiva é conseguir que a mãe providencie aulas particulares para ele em horário distinto de outra aluna (senhorita Parkynses). Para chegar a essa proposta, o EUC vai delineando, por meio de sua argumentação ao longo desse discurso, uma autoimagem que apresenta, inicialmente, um tom simpático e solidário, mas que, ao mesmo tempo, demonstra uma certa criticidade com relação às atitudes da interlocutora.

Tais aspectos podem ser identificados no início desse ato de linguagem, quando o enunciador expressa alegria, por saber que a mãe se encontra bem, e surpresa, por não ter esperado muito por uma carta dela:

43. I am very **glad** to hear **you** are **well**.⁸⁰ (C1)

44. **Upon my word** I did not expect so long a letter from you.⁸¹ (C1)

Como se vê, esses trechos delineiam a imagem de um enunciador aparentemente simpático e preocupado com o bem-estar da interlocutora, mas que já mostra o desenvolvimento de um senso crítico quanto ao comportamento dela. Esse último aspecto pode ser percebido tanto no exemplo 44, no qual o EUC expressa surpresa pela atitude da interlocutora em não ter demorado a escrever para ele, quanto no já analisado exemplo 30 (“I am astonished you do not acquiesce in this Scheme”), trecho em que o enunciador se diz atônito, mostrando-se surpreso e aparentemente angustiado pelo fato de a interlocutora não concordar com o esquema (aulas particulares) que propõe.

Entendemos haver, nos trechos 30 e 44, uma avaliação do

80 - Estou muito feliz em saber que você está bem.

81 - Nossa, não esperei muito tempo uma carta sua.

comportamento de TUD através das expressões “upon my word” e “I am astonished”. Por meio dessas formas de dizer, EUE demonstra suas impressões a respeito das ações de TUD, o que, de certo modo, se configura como uma maneira de avaliar essas atitudes. Como já comentamos, a afirmação de EUE sobre estar atônito em ter seu pedido por aulas negado por TUD (que deveria zelar pela instrução do filho) pode ser compreendida como uma crítica, uma acusação indireta de desleixo, por parte da interlocutora, para com a sua educação.

Dizer-se atônito com esse comportamento pode fazer com que a interlocutora atualize, em sua memória discursiva, discursos sobre valores e crenças da sociedade em relação a aspectos como responsabilidade parental ou mesmo sobre *status* intelectual, oriundo da detenção de conhecimentos sobre latim e matemática, disciplinas essenciais para o currículo à época. Ao resgatar esses imaginários e alegar, mesmo de forma indireta, que está tendo seus direitos à proteção familiar e à instrução adequada negados, o EUE também ajuda a construir uma imagem de desprezado ou vítima. Dessa maneira, parece buscar atingir as emoções da interlocutora, causando um sentimento de compaixão e infligindo a ela uma culpabilidade, gerada pela ideia de uma possível falta de compromisso em realizar uma ação ou obrigação que é de sua alçada, dado o seu papel social com relação ao locutor.

Como foi mostrado na análise do modo enunciativo, nessa carta, o enunciador está em posição assimétrica em relação à interlocutora. O uso de modalidades de petição por EUE deixa clara a sua posição de inferioridade, o que faz com que necessite do poder fazer de TUD para realizar o que intenciona. Diante desse posicionamento, o EUC utiliza-se da ferramenta mais poderosa que possui para chegar ao objetivo de conseguir as aulas que tanto deseja: a patemização. Os recursos patêmicos nessa missiva vão desde o uso de expressões já destacadas como “upon my word” e “I am astonished” à própria incitação a um sentir, construída ao longo do discurso como um todo. Tais recursos ajudam a delinear um *ethos* dramático, suplicante e preocupado com a própria imagem, pois também se mostra incomodado com a possibilidade de ser

considerado retardado por outras pessoas, e deseja tomar, antecipadamente, uma atitude de precaução, para que não venha a ser julgado dessa forma.

Essa sensibilidade do sujeito enunciador ao julgamento alheio, pode ser percebida a partir de trechos como “I shall be called, or rather branded with the name of a dunce⁸²” e “you know I could never bear.⁸³”, já analisados no exemplo 30. Ao afirmar, nessas passagens, que poderá ser marcado de forma pejorativa e que a interlocutora sabe que ele não toleraria a situação, também parece buscar a cumplicidade de TUD, pois afirma, indiretamente que a interlocutora o conhece bem e compartilha com ela os seus problemas e temores. Nesse sentido, ao implorar que TUD leve em conta o que pede, EUE mostra tê-la como alguém que pode estar disposta a ajudá-lo, estabelecendo uma conciliação com as expectativas que normalmente se teria de uma matriarca envolvida seriamente em seu papel.

Dada a posição assimétrica em que se encontra com relação a TUD, ao propor que a interlocutora execute uma ação como um meio de melhorar a situação em que se encontra, o faz partir do verbo “recommend”, através do qual apenas sugere, de forma prudente, que seja feito aquilo que deseja (“I recommend this to you because if some plan of this kind is not adopted, I shall be called, or rather branded with the name of a dunce, which you know I could never bear”). Essa cautela, inferida pela utilização da referida modalidade linguística de sugestão seguida de uma justificativa, na qual o EUE mostra um temor, podem ajudar a causar efeito patético. Nesse sentido, entendemos que compartilhar sua angústia, ao dizer que teme ser chamado de retardado, ajuda com que a recomendação soe de forma mais branda, mantendo um equilíbrio entre o estabelecimento de uma ação a ser realizada por parte de TUD e a preservação do seu papel de vítima, que necessita de proteção.

De forma geral, é possível dizer que, nessa primeira missiva, além de dramático, crítico com relação às atitudes interlocutora e preocupado com a própria imagem, o enunciador também se

82 - eu serei chamado, ou melhor, marcado como retardado.

83 - você sabe que eu jamais poderia suportar.

mostra responsável, utilizando, em sua lógica argumentativa, argumentos de domínio ético nos quais mobiliza valores como disciplina e responsabilidade. Esses aspectos podem ser percebidos em trechos como “Mr. Rogers could attend me every night”, quando sugere ter aulas todas as noites e “I will lend it all the assistance in my power”, no qual afirma que levará a sério o seu plano de estudos, dedicando-se ao máximo. Com isso, percebe-se que, nesse ato de linguagem, o enunciador também se diz, indiretamente, portador de várias características positivas, buscando delinear um *ethos* de virtuoso, responsável e comprometido. Todavia, a partir desses aspectos, EUE reforça o *ethos* de vaidoso, visto que mostra ter como intuito principal não ser julgado por ter poucos conhecimentos, ou seja, almeja ser reconhecido como culto e obter reconhecimento social devido a esse *status*.

6.2 I NEITHER CANNOR WILL BEAR: O ETHOS INDIGNADO

A segunda carta que nos propomos a analisar foi escrita por Byron em maio de 1803, quando contava 15 anos e se encontrava em Harrow, o internato onde estudava. O objetivo principal dessa missiva parece ser compartilhar com a interlocutora um episódio no qual foi repreendido pelo tutor, por ter conversado com um colega na igreja, e incitá-la a tomar satisfações para com a direção da escola sobre o referido acontecimento. Mostrando sentir-se injustiçado com a reprimenda e indignado com os termos utilizados pelo tutor para se referir a ele, o sujeito comunicante busca a adesão de TUD à sua proposta, utilizando-se, em especial, da demonstração de suas próprias angústias. Como já consideramos, levando em conta os laços afetivos entre os interlocutores, a patemização pode, neste caso, configurar-se em recurso bastante eficiente.

Nesse sentido, assim como na primeira carta, recorrer à mobilização das emoções de TUD parece ser o principal meio de persuasão utilizado pelo enunciador. A narrativa desenvolvida nesse ato de linguagem traz diversos elementos que podem engendrar

um discurso com possíveis efeitos patêmicos. Tais efeitos, por sua vez, deixam mostrar um *ethos* indignado e profundamente ofendido desde o início da missiva, na qual EUE busca construir para si uma imagem de vitimizado. A construção desse *ethos* de vítima também é de suma importância na argumentação desenvolvida na carta, sendo um recurso útil para incitar a emoção de TUD, dada a já referida relação parental e afetiva que aí se configura.

Analisando esse ato de linguagem de forma sequencial, observamos que, após os cumprimentos iniciais, onde a polidez é de praxe, EUE parece mostrar-se irritado, pois utiliza a expressão “I wish you would” para cobrar da mãe que apresse o fabricante de sapatos, demonstrando certo desagrado por não ter, naquele momento, algo que parece desejar muito. Após essa pequena cobrança, começa a relatar o episódio em que fora chamado de “blackguard” por seu tutor, que também o advertiu sobre a possibilidade de expulsá-lo em decorrência de sua conduta inadequada, ao que tudo indica, durante um culto religioso na igreja do internato, como vimos em análises nos capítulos 4 e 5.

Em seu relato, ao tempo em que admite alguns erros, mostrando-se consciente sobre o que é considerado um comportamento apropriado naquela instituição, o EUE vitimiza-se e se diz de consciência limpa sobre ter realizado qualquer ato que o fizesse merecer uma repreensão como a que recebeu⁸⁴, considerada por ele ultrajante e uma violência injustificada. Trazendo questionamentos, por meio de denegações⁸⁵, o enunciador usa a fala do tutor, que considera seu algoz, para construir argumentos que incitam dúvida sobre a veracidade da acusação feita por ele: “Se eu tivesse feito algo tão hediondo, por que ele me permitiria ficar na escola?”, “Se eu tivesse sido o canalha que ele diz, por que ele, por conta própria, não se recusou a me aceitar como aluno dele?”, indaga o enunciador. Dessa forma, utilizando-se de condicionais, o EUE argumenta que, se não sofreu as consequências esperadas por ter cometido um ato considerado hediondo, cuja punição seria não ter mais autorização para permanecer na escola, e por ser um

84 - Conf. exemplo 31.

85 - Conf. excertos 10 e 11, no quadro 2 sobre as recorrências no uso de “if”.

canalha, que resultaria em não mais ser mantido sob a tutoria de H. Drury, então não pode ser acusado nem de um, nem de outro. A partir de arranjos discursivos como esses, observa-se um *ethos* de inteligência, pois vê-se, aí, que EUC articula seus argumentos de refutação de maneira clara e lógica, mostrando um raciocínio bastante coerente.

Essa sagacidade, também apontada por Eisler (1999) ao referir-se a esse episódio, pode ser percebida ainda em passagens como aquela em que EUE se utiliza de citação para reproduzir, através de discurso direto, a fala do diretor da escola⁸⁶, como tentativa de aumentar o grau de fidelidade do que diz e respaldar melhor a veracidade do seu relato. Com esses exemplos, observa-se também uma busca de racionalização no sentido de construir uma imagem de probidade. A necessidade de mostrar-se honesto e correto pode residir na tentativa de levar TUD a idealizar, para ele, a imagem de vítima. A mobilização desses valores morais, a partir da construção discursiva, pode direcionar a interlocutora ao pensamento de que, se o enunciador tem atitudes dignas e não fez nada de grave, então está realmente sendo injustiçado, e é, de fato, vítima de perseguição por parte do tutor. Assim, a construção dessa imagem possivelmente vem do intuito de EUC de conquistar a compaixão da interlocutora, e, com isso, levá-la a uma atitude reativa, prove-niente de um estado de emoção. Um verdadeiro “appeal to Catherine’s maternal instincts” como entende Larman (2016, p. 42).

Como vimos anteriormente no exemplo 24, assim como na primeira missiva, encontramos também, nessa carta, a utilização do verbo “bear” acompanhado de partícula de negação (Mr. Henry Drury has behaved to me in a manner **I neither can nor will bear**). Ao afirmar que não pode e nem vai tolerar o comportamento do tutor, o EUE mostra-se profundamente indignado e ofendido, ajudando a construir um *ethos* que também se apresenta vaidoso e melindrado por ter sua imagem arranhada⁸⁷. A expressão “não vou tolerar” também pode ser interpretada como uma ameaça, caso seja compreendida como uma promessa de reação ao que lhe suce-

86 - Conf. exemplo 27.

87 - Referindo-se a esta situação, Eisler (1999) afirma que Byron se preocupava com a preservação da face perante os colegas de Harrow.

deu. Neste caso, pode ser indício de um *ethos* belicoso, pois parece mostrar que o enunciador está disposto a tomar alguma atitude reativa contra Henry Drury em decorrência de um sentimento de indignação ou raiva, ocasionado pela ofensa que sofreu.

Orientando os pensamentos da interlocutora contra o tutor ao longo da narrativa, com o fim de fazê-la intervir junto à direção da escola, o enunciador também mobiliza argumentos de cunho patêmico a partir de escolhas lexicais como “stole”, “abominable” e “outrageous”, como vimos no exemplo 35 (“Had I *stole* or behaved in the most *abominable* way to him, his language could not have been more *outrageous*.”). Tais vocábulos ajudam a enfatizar o teor dramático em um dos trechos em que o enunciador mostra indignação quanto ao tratamento que recebeu, podendo maximizar o sentimento de revolta que deseja incitar na interlocutora. A incitação a um fazer por meio da patemização acontece, neste exemplo específico, com o direcionamento do olhar de TUD a um terceiro (Henry Drury, no caso). Todavia, com argumentos dessa natureza, o enunciador também pode levar a interlocutora a olhar para si mesma e refletir sobre suas próprias ações. Neste caso, a instauração do efeito patêmico se dá por meio da “identificação-projeção” (CHARAUDEAU, 2007, p. 6) proposta à destinatária.

Essa atitude discursiva pode ser ilustrada com o trecho “if you love me, you will now show it.”, a partir do qual o enunciador põe em causa o amor de TUD. Ao dizer que, se ela o ama, mostrará isso fazendo o que ele quer, deixa implícito que, se ela não o fizer, significa que não o ama. Aparentemente irrelevante, esse argumento pode ser considerado forte quando recordamos a relação contratual entre os interlocutores nesse ato de linguagem. Esse apelo emocional e dramático também é percebido quando o enunciador antecipa as possíveis reações de TUD, afirmando ter certeza de que ela não o verá maltratado⁸⁸. Dessa forma, mais uma vez, incita a interlocutora a tomar uma atitude.

Como vimos nas análises das estruturas condicionais e do comportamento alocutivo do enunciador, EUe utiliza-se também de modalidade de aviso/ ameaça com esse fim. No trecho “If I am

88 - Conf. exemplo 5.

treated in this Manner, I will not stay at this *School*”, por exemplo, declara a TUd sua intenção de deixar a escola, caso seja tratado daquela maneira, prevenindo-a sobre o risco de fazê-lo caso ela não faça o que ele quer. Em acordo com as apreciações de Eisler (1999) e Larman (2016) sobre o episódio envolvendo esta carta, entendemos tratar-se aí de uma clara tentativa de manipulação por meio de chantagem emocional.

De maneira geral, a construção enunciativa nessa segunda missiva delinea um *ethos* dramático, indignado, belicoso, vaidoso, inteligente e chantagista. Como vimos, baseando-se primordialmente numa visada patêmica, o sujeito comunicante constrói seus argumentos de maneira sagaz, buscando engendrar para si uma imagem de sofredor e vítima diante de TUd. Essa sagacidade no arranjo argumentativo, que leva em conta o seu conhecimento sobre as possíveis reações emocionais de sua Tisífone⁸⁹, termina por, de fato, induzir a destinatária a aderir a suas propostas. Conforme aponta Prothero (1898, p. 13), a intervenção de Catherine aconteceu por meio do advogado Hanson, que encaminhou as queixas de Byron à direção da escola. O resultado foi um pedido de desculpas, por parte da direção da escola, feito a partir de uma conversa direta com Byron e também formalizado por meio de uma carta a Hanson.

6.3 PLACED IN A HIGHER FORM: O *ETHOS*VAIDOSO

A terceira carta em estudo foi escrita por Byron em junho de 1803 e é a mais breve entre as cinco que compõem o *corpus*. O objetivo principal do EUc nesse ato de linguagem parece ser pressionar a destinatária a providenciar um aparelho ortopédico para sua perna (“I have already wrote to you several times about writing to Sheldrake”, afirma o enunciador), algo que já havia solicitado à interlocutora em outras circunstâncias, como na carta analisada no item anterior, por exemplo. Num tom mal-humorado, como sugere Eisler (1999), e demonstrando desgosto, a partir da mesma

89 - Tisífone era um dos apelidos dados a Catherine por Byron, uma alusão à figura furiosa e vingativa da mitologia grega.

expressão utilizada na ocasião precedente (“I wish you would...”), e pressa, por meio do advérbio “immediately”, o enunciador pede que a destinatária escreva ou peça para o advogado da família escrever para Sheldrake, o fabricante, configurando, a partir de sua fala, uma imagem de impaciente.

Ao dizer que quer, do seu jeito, um instrumento para a perna, o locutor estabelece uma ação a fazer e deixa claro que esta deve estar de acordo com as suas preferências: “as I want one, rather”, afirma. Dessa forma, também parece querer impor a maneira como o tal aparelho deve ser projetado. Além disso, nesse trecho, o EUE revela, indiretamente, que não tem o poder para realizar essa ação, necessitando recorrer a outrem para que seja viabilizada a satisfação desse querer. Tendo em vista que o *ethos* “mais transparente do que aparece” (CHARAUDEAU, 2017, p.118), o discurso do enunciador nessa missiva engendra um *ethos* que, apesar de mostrar-se irritado e exigente, assume, de forma indireta, ser dependente e incapaz, pois não tem poder para resolver seus próprios problemas.

Apesar dessas características negativas, o *ethos* nessa missiva também apresenta traços positivos. Em outros trechos da carta, por exemplo, o enunciador se mostra agradecido pela ajuda financeira recebida da interlocutora e satisfeito por se encontrar, segundo diz, em uma posição mais privilegiada na escola naquele momento. No tocante a esse último aspecto, lembramos que, na carta anterior, o EUE relata o desentendimento que teve com o seu tutor, o que significa que estava em situação de desvantagem, estando com a imagem arranhada perante os seus superiores naquela instituição, que o julgavam negativamente. Assim, quando diz que está em um patamar mais alto (“I have been placed in a higher form in this school today”), o EUE também deixa transparecer, nesta terceira carta, um *ethos* que se mostra vaidoso, reforçando, mais uma vez, a ideia de que se importa muito com a maneira como as demais pessoas o veem.

6.4 I ONLY ENTREAT YOU AS A GOVERNOR, NOT AS A MOTHER: O *ETHOS*IRÔNICO

De acordo com informações de Prothero (1898), o objetivo de Byron nessa quarta missiva, escrita para a mãe em setembro de 1803, aos 15 anos, é convencer a interlocutora a deixá-lo ficar mais tempo nas imediações de Newstead e Annesley, onde se encontra a garota por quem estava apaixonado naquela ocasião. Segundo o autor, por conta do período escolar em andamento, e por não aprovar as companhias com as quais Byron estava passando boa parte de seu tempo, Catherine é contra a permanência do filho no local. Em sua condição de filho adolescente e estudante regularmente matriculado, e que, portanto, deveria seguir as instruções da mãe e dirigir-se para o internato onde estudava, já que não estava de férias, o enunciador tenta, a partir de estratégias discursivas, persuadir a interlocutora, e, por conseguinte, permanecer onde se encontra, se esquivando de suas obrigações.

No início da carta, é possível observar que o EUE parece responder a determinados questionamentos da interlocutora, mostrando um *ethos*solidário para com as razões de TUD. O enunciador também se mostra humilde, ao desculpar-se (“I was not wishing to resist your *Commands*, and really seriously intended coming over tomorrow”⁹⁰) e ao implorar para permanecer onde está por mais um dia (“I ... entreat this one day”⁹¹). O locutor também parece tentar evitar possíveis desgastes na relação com TUD, pois justifica sua não ida para Southwell, onde a interlocutora está, dizendo que não é a companhia dela que o desagrada, e sim o local onde ela se encontra: “you know as well as I do that it is not your Company I dislike, but the place you reside in.”⁹².

Essa passagem pode estar mostrando também uma tentativa de refutação por antecipação, pois, parece se basear em algo que o locutor imagina que a interlocutora pensa. Deixando entender

90 - Eu não estava querendo resistir aos seus comandos, e de verdade, pretendia seriamente voltar amanhã.

91 - Eu ... imploro este único dia.

92 - você sabe tão bem quanto eu que não é da sua companhia que eu não gosto, mas do lugar onde você mora.

que imagina que ela idealiza que a não ida dele para onde ela está se deve ao fato de ele não gostar da companhia dela, se importa em desconstruir essa ideia. Assim, a imagem inicial é de um enunciador responsável, preocupado e sensível para com TUD, pois leva em conta os dizeres da interlocutora e parece antecipar seus possíveis julgamentos. Um outro aspecto a ser levado em conta é que o enunciador parece saber-se sem credibilidade, pois precisa prometer, mais de uma vez, em nome de sua honra, que acatará o anseio da destinatária em vê-lo de volta às suas obrigações, tentando mostrar-se virtuoso: “*I promise you, upon my honour, I will come over tomorrow in the Afternoon*”⁹³. Essas promessas também indicam um *ethos* conciliador, pois, a partir delas, o enunciador parece buscar atenuar uma situação que é desagradável a TUD, mesmo que de forma provisória, dando esperanças de que mudará essa realidade.

De forma geral, até então, os argumentos do enunciador, em sua tentativa de convencer a destinatária da carta a permiti-lo ficar em Newstead, mostram um *ethos* de humildade. Ao justificar-se, desculpar-se, prometer, concordar com TUD e, ao mesmo tempo, implorar, o EUE mostra uma tentativa de conquistar a simpatia da interlocutora, apresentando-se como correto, responsável, humilde e preocupado, delineando uma imagem inicialmente positiva. Todavia, ao tempo em que implora permissão, reconhecendo na interlocutora uma figura de autoridade, em outros trechos a rebate, se pondo em condição de igualdade. Esse aspecto pode ser observado na passagem em que afirma que escolherá sozinho as suas próprias companhias e não interferirá nas da interlocutora, assim como deseja que, da mesma forma, ela não interfira nas dele (“*I will be permitted to Chuse for myself, I shall never interfere in your’s and I desire you will not molest me in mine*”⁹⁴). Assim, um *ethos* inicialmente humilde e solidário, vai mostrando uma certa mudança de tom e de caráter

Em outro trecho, num tom aparentemente alterado e dizendo-se infeliz por ter que cumprir suas obrigações estudantis (*It will make me unhappy; but I will obey ...*”), busca convencer TUD atra-

93 - Prometo a você, por minha honra, que voltarei amanhã à tarde.

94 - vou me permitir escolher por mim mesmo, nunca interferirei nas suas e eu desejo que você não me aborreça com as minhas

vés de estratégias de captação que visam atingir, primordialmente, o emocional da interlocutora, o que parece ser mais eficiente para chegar ao seu objetivo do que construir argumentos com uma linha coerente de raciocínio lógico-argumentativo e baseados em razões mais consistentes. Nesse sentido, em algumas passagens, quando poderia ter justificado, de forma mais coerente, suas razões para não ir ao encontro da mãe, preferiu não fazê-lo, dizendo apenas que não daria desculpas (I shall attempt to offer no excuse as you do not desire one”⁹⁵) ou omitindo conteúdos claramente subentendidos (to go to a place where ----- I will write no more; it would only incense you”⁹⁶).

No decorrer desse ato de linguagem, os argumentos patêmicos também são construídos, em algumas passagens, com o auxílio de escolhas lexicais como “unhappy”, “entreat” e “mercy”. Esses vocábulos, por vezes enfatizados pelo próprio enunciador⁹⁷, são semanticamente marcados por um teor emocional e ajudam a construir uma imagem de sofredor e infeliz, o que pode, por consequência, fazer fluir determinados sentimentos em TUD e direcionar seus pensamentos e atitudes. Também é possível observar um tom dramático, exagerado, em algumas dessas tentativas de convencer a interlocutora a partir do seu emocional: “if you grant me this favour, and allow me this one day unmolested, you will eternally oblige your Unhappy Son”⁹⁸. De maneira distinta, percebemos, em outra passagem, um *ethos* irônico, quando o enunciador se refere à destinatária chamando-a de governadora (“I only entreat you as Governor...”⁹⁹).

Tendo em vista a questão hierárquica, é possível observar, inicialmente, um reconhecimento, por parte de EUE, da autoridade da interlocutora, seguida de uma tentativa de construir uma relação de simetria, e uma posterior tentativa de assumir o controle da situação. Diante da ordem da mãe para que retome suas

95 - Eu não tentarei dar nenhuma desculpa, já que você não deseja uma.

96 - ir para um lugar onde... -- eu não vou escrever mais, isso só aborreceria você.

97 - Essas ênfases estão sublinhadas nas cartas originais, e, neste trabalho, estão marcadas em itálico.

98 - se você me fizer este favor e me permitir esse único dia sem aborrecimentos, você agradecerá eternamente seu infeliz filho

99 - eu apenas imploro a você como governadora

obrigações, o EUE “negocia” a possibilidade de ficar mais um dia, chegando a implorar, fazer chantagem emocional e promessas que parece não pretender cumprir. Ao mostrar-se benevolente e preocupado por desobedecer às ordens da mãe, no início da carta, o enunciador também tenta, estrategicamente, conquistar a simpatia e compreensão da interlocutora.

O percurso enunciativo observado nessa carta parece seguir uma linha evolutiva que traz, inicialmente, um *ethos* de sofredor, imagem que o EUE busca construir a partir de suas súplicas e mostrando-se ou dizendo-se infeliz, de forma direta, em pelo menos dois trechos da carta, com o propósito de fazer TUD aderir às suas ideias. Todavia, esse enunciador que tanto implora termina a carta com um “amanhã eu vou” em tom decidido, deixando transparecer um *ethos* enérgico e indiferente a respeito das recomendações de TUD. A mudança de atitude vai, portanto, da tentativa de conquista da simpatia ao total descaso sobre o que TUD pensa ou deseja. Essa variação de posturas faz com que o enunciador vá construindo um autorretrato e dando corpo a um *ethos* aparentemente desrespeitoso e irresponsável. Nesse sentido, ao longo do desenvolvimento da argumentação, vai deixando para trás o tom benevolente e a sua imagem, a princípio positiva, passa a apresentar características opostas, a partir das quais se configura um *ethos* rude, chantagista, irônico, arrogante, irresponsável e até desrespeitoso em alguns trechos.

6.5 THAT EXECRABLE KENNEL: O *ETHOSESNOBE*

Na quinta e última missiva em análise, Byron contava 18 anos de idade e se encontrava em Londres. De lá, escreve à mãe, que está em Southwell. O objetivo principal do enunciador, nessa carta, parece ser informar a interlocutora sobre seu plano de passar dois anos em viagem ao exterior. Todavia, antes de anunciar este propósito, o EUE busca justificar o abandono de seus estudos na faculdade e esclarecer TUD sobre alguns assuntos de ordem financeira. Conforme Marchand (1993), na situação em que a carta foi escrita, o jovem tinha acabado de contrair um alto empréstimo

com agiotas. Com isso, escreve à mãe para informar que quitou os débitos referentes aos seus estudos em Harrow e também na faculdade. É esse o tema inicial de seu discurso, e, nas primeiras linhas da carta, é possível observar um *ethos* irônico, pois parece desdenhar de um conselho dado pela interlocutora, ao classificá-lo como “sábio e econômico”, como já vimos na análise do exemplo três, que reproduzimos novamente abaixo.

3. “Notwithstanding your **sage and economical advice** I have paid my *Harrow* Debts...” (C5)

O uso da preposição “notwithstanding”, que configura ideia de contraste, deixa entender que o enunciador agiu de forma contrária às recomendações feitas por meio desse conselho. Essa construção pode implicar também que o enunciador julga a sugestão de TUD ruim, pois se não seguiu o “sábio” conselho, subentende-se que ele não é bom. A ironia se faz através da exaltação das qualidades positivas do conselho recebido, “sábio e econômico”, e da utilização da preposição “notwithstanding”, que deixa claro que EUC fez o oposto do que foi recomendado. Em suas impressões sobre essa carta, Marchand (1993) caracteriza esse comportamento como malicioso. Eisler (1999), por sua vez, considera o tom do enunciador desdenhoso e arrogante.

Esse *ethos* se configura de forma maliciosa e arrogante ainda em outros trechos. Ao dizer que pagou as dívidas porque pode esperar mais tempo por dinheiro do que “os pobres diabos” a quem estava devendo, parece mostrar uma certa satisfação e insolência, pois, ao se referir aos credores nesses termos, se coloca acima deles, como se dissesse “minha situação é melhor do que a deles, pois eu não tenho necessidade urgente de dinheiro, eles sim”. Características semelhantes podem ser identificadas no exemplo 12, já analisado e traduzido no item sobre os princípios contratuais. Nele, o EUC se utiliza da autorreferência para deixar entender que, por ser um aristocrata, tem autoridade para enunciar sobre ou saber o que é melhor para um nobre. Entendemos que, ao se autodenominar um “Man of Rank” e caracterizar (com ênfase) a ideia de permanecer na faculdade como “ridícula”, o enunciador reforça a

referida imagem de arrogância.

12. “I find it inconvenient to remain at College, not for the expence (...) the mode of going on does not suit my constitution. Improvement at an English University to a **Man of Rank** is, you know, impossible, and the very idea *ridiculous*.” (C5)

Além desse trecho, no qual o EUE afirma que o aprimoramento em uma universidade britânica é impossível para um homem de *status*, é possível inferir de um *ethos* de esnobe e arrogante em outras passagens da carta: quando o enunciador argumenta que o crédito da universidade está vinculado ao nome dele (“the Credit of the University is as much attached to my Name, as if I had pursued my Studies *there* for a Century”), quando diz que se TUd não tiver contratado um empregado será impossível para ele visitá-la (“I hope you have engaged a Man Servant, else it will be impossible for me to visit you”) e quando afirma que a interlocutora passará despercebida com apenas empregadas mulheres em casa (“you must cut an indifferent Figure with only maids in your habitation”).

Apesar dessa imagem, o enunciador também deixa mostrar, através desse mesmo ato de linguagem, algumas características positivas. Como reforço aos argumentos para deixar a faculdade ilustrados no exemplo 12, EUE menciona o fato de ter quitado os seus débitos para com a instituição: “I can now leave with Honour, as I have paid everything”¹⁰⁰. Ao afirmar que pode sair com honra, pois pagou tudo, o enunciador utiliza-se de argumento com valores de domínio ético, pois, pelas leis impostas ao indivíduo pelo consenso social, pagar as dívidas é sinônimo de honradez, estando aí implicados valores como honestidade e responsabilidade. Dessa forma, o *ethos* também se delineia como virtuoso, honrado e responsável, pois mostra valorizar condutas de responsabilidade e disciplina.

A tentativa do sujeito comunicante de construir para si uma boa imagem também pode ser vista aqui como uma busca de reforçar o seu poder de influência sobre TUd. Enunciando com ar-

100 - Agora posso sair com honra, pois paguei tudo.

gumentos que demonstram astúcia, o EUE pode conseguir o efeito que deseja e levar a interlocutora a aderir ao seu discurso e construir para ele uma imagem de nobre, honesto e cumpridor de seus deveres, visto que partilham o mesmo mundo ético. Nesse sentido, tendo em mente a imagem prévia que possui de TUD, tenta mostrar-se digno de crédito, tomando como base aspectos que sabe serem valorizados pela interlocutora.

No entanto, é importante ressaltar que, apesar dessa tentativa de engendrar uma imagem com características positivas, esse *ethos* não necessariamente será caracterizado como sendo de credibilidade por TUD, visto que, como resalta Charaudeau (2017, p.137), “o *ethos* de credibilidade se constrói em uma interação entre a identidade social e a identidade discursiva, entre o que o sujeito quer parecer e o que ele é em seu ser psicológico e social”. Dessa forma, em sendo conhecidas essas identidades e as circunstâncias de discurso referentes ao ato de linguagem em questão, a tentativa de delinear uma imagem de credibilidade pode, neste caso, se tornar falha.

Apesar dessa possibilidade, na tentativa de mostrar-se digno de crédito, o enunciador termina por configurar um *ethos* de inteligência, na figura da malícia, visto que há, neste caso, um jogo entre o ser e o parecer, um “saber dissimular certas intenções, fazer crer que se têm certos objetivos para melhor atingir os seus fins” (CHARAUDEAU, 2017, p. 146). Esse *ethos* também pode ser identificado em trechos em que o enunciador compartilha com TUD os seus projetos futuros, buscando, com astúcia, um fazer crer, por meio da demonstração de cumplicidade, quando pede à interlocutora que guarde segredo sobre seus planos¹⁰¹. No mesmo trecho em que informa sobre seus projetos de viajar ao exterior, já ilustrado e traduzido anteriormente no exemplo 22, e que reproduzimos novamente a seguir, o enunciador mostra também uma imagem de audácia, pois mesmo sendo menor de idade e não tendo permissão dos tutores, afirma que, se TUD não concordar com os planos que lhe apresenta, viajará mesmo sem esse consentimento.

101 - Conf. exemplo 8, no capítulo 4.

22. “I (...) wish to pass a couple of years abroad (...) I presume you will all agree, and **if you do not, I will**, if possible, get away without your Consent” (C5)

Como já vimos, o enunciador utiliza, nesse exemplo, uma modalidade de aviso para afirmar, de forma bem clara, que fará o que pretende, com ou sem a aceitação de TUD. Com isso, mostra que uma objeção por parte da interlocutora não o fará recuar de seu intento. Esse atrevimento, demonstrado, neste caso, por meio de desprezo para com a opinião e mesmo para com a necessidade da autorização da interlocutora, se repete de outra maneira em trecho mais adiante, no qual o EUE reforça, a partir de sua maneira de falar, que não se importa em agradar TUD:

45. (...) perhaps I shall bring my Horses and myself down to your residence in that *execrable* Kennel¹⁰².

Como se vê, o EUE demonstra desdém pelo local onde a mãe vive, marcando esse menosprezo a partir dos vocábulos “*execrable*” (que enfatiza) e “*Kennel*”, que também podem ser vistos como zombaria e insulto, conforme compreendem Eisler (1999) e Larman (2016). Dessa forma, delinea-se um *ethos* sarcástico e cruel, pois sabe-se que, vindas de um filho, essas palavras podem amargar muito uma mãe. O referido insulto, de fato, atinge em cheio o seu alvo, visto que, conforme destaca Prothero (1898), em nota sobre as circunstâncias posteriores a esse ato enunciativo, Catherine escreve ao advogado Hanson, lastimando-se sobre fatos relativos ao conteúdo dessa missiva.

That Boy will be the death of me, and drive me mad! (...) He has no feeling, no Heart. This I have long known; he has behaved as ill as possible to me for years back. This bitter Truth I can no longer conceal: it is wrung from me by heart-rending agony. I am well rewarded. I came to Nottinghamshire to please him, and now he hates it¹⁰³. (PROTHERO, 1898, p. 95).

102 - (...) talvez eu me dirija com meus cavalos para a sua residência naquela sarjeta *execrável*.

103 - Esse garoto vai me matar e me deixar louca! (...) Ele não tem sentimento, não tem coração. Isso eu sei há muito tempo; ele tem se comportado da pior maneira possível comigo há anos. Não posso mais esconder essa amarga verdade: ela me

A partir desse trecho da carta de Catherine para Hanson, é possível confirmar que o desvelamento do *ethos* do enunciador por parte do interpretante também se apoia na sua relação com a identidade social do sujeito e suas maneiras de ser e fazer, corroborando a ideia defendida por Charaudeau (2017) a esse respeito. Como vemos no trecho, Catherine é atingida em cheio pelas palavras do filho, cujo discurso a deixa angustiada e reforça a construção de determinadas imagens (desdenhoso, ingrato) que têm também como base atitudes prévias do rapaz. Nesse sentido, tem-se um *ethos* efetivo desvelado não apenas por meio dos mecanismos de interação verbal materializados nesse ato de linguagem, mas também a partir da imagem prévia que TUD tem de seu correspondente.

Esse *ethos* negativo construído por TUD pode advir também da ativação de imaginários como o de que os filhos devem respeitar os pais, baseado em princípios cristãos difundidos naquele meio social e compartilhado pelos interlocutores, e, conseqüentemente, da ideia de que não fazê-lo é sinônimo de má conduta. Em nosso viés analítico, é essa a imagem que predomina na missiva em questão. O tom de desdém pelo conselho da mãe, a supervalorização do *status* de lorde, o desprezo pelo lar materno (que chama de sarjeta execrável), o desrespeito às imposições legais e às recomendações da mãe sobre a viagem que pretende fazer, além das próprias escolhas lexicais de carga semântica negativa já destacadas e comentadas, constroem um *ethos* de irresponsável, arrogante, desrespeitoso e cruel, visto que parece haver aí não apenas a configuração de uma atitude politicamente incorreta, mas o intuito de causar danos emocionais à interlocutora.

tortura e me causa angústia. Estou bem recompensada. Vim para Nottinghamshire para agradá-lo, e agora ele odeia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise semiolinguística das cartas de Lorde Byron para Catherine Gordon, foi possível observar que o sujeito comunicante orienta seu discurso principalmente a partir de recursos patêmicos, que parecem ser a maneira mais eficiente de atingir os objetivos que almeja, dada a relação filio-parental e o conhecimento mútuo entre os interlocutores. Ao estudarmos o contrato de comunicação e os modos de organização Enunciativo, Narrativo e Argumentativo no *corpus*, verificamos que, por meio dos modalizadores que utiliza, de sua lógica discursiva e da maneira como narra certos episódios, o enunciador deixa mostrar determinadas imagens de si, e, a partir delas, tenta influenciar a interlocutora e levá-la a tomar atitudes que, em alguns casos, não tem o poder de realizar por si só.

Tendo em vista que a observação da esfera em que circula o gênero em estudo é um dos aspectos essenciais a se considerar na análise do dispositivo da encenação da linguagem, ao discutirmos a questão da suposta literariedade das cartas pessoais de Byron para a mãe no período do recorte, situamos essa correspondência na esfera familiar. Esse posicionamento se baseia, entre outras razões, no fato de que as mesmas não passaram pelos trâmites institucionais do campo literário nas circunstâncias primeiras da troca comunicativa, momento em que situamos nossas análises. Além disso, o enunciador ainda não atuava no campo literário como poeta, não tendo, portanto, uma identidade social de escritor na ocasião em que as cartas foram redigidas.

Com esse posicionamento definido, passamos à análise do contrato de comunicação e constatamos que, no tocante ao aspecto comunicacional, o estudo dos aspectos enuncivos deixou claro ser esse o gênero mais adequado para a viabilização das referidas trocas comunicativas à época, dada a inexistência de tecnologias de comunicação à distância mais eficientes. Quanto ao aspecto psicossocial, observamos que o estatuto de Byron como filho, bem

como o fato de ser menor de idade e sentir receio sobre as reações explosivas da mãe podem ser considerados restrições contratuais. Apesar disso, notamos que o enunciador, utilizando o seu espaço de manobra, adequa seus dizeres e utiliza-se, com frequência, de estratégias discursivas de captação, buscando causar, na interlocutora, um estado emocional favorável que a leve a se engajar em suas propostas.

Na análise do modo Enunciativo, vimos que, nas primeiras cartas, é comum a utilização de categorias modais de interrogação e petição, mostrando que o enunciador se reconhece, a princípio, em posição inferior à interlocutora. Todavia, percebemos que esse posicionamento vai sendo modificado, pois passam a predominar, nos enunciados, modalidades de sugestão e aviso/chantagem, havendo, em seguida, uma inversão de papéis marcada pela utilização de modalidades de aviso e julgamento. Com relação ao comportamento elocutivo, observamos a expressão, por parte de EUE, de pontos de vista como avaliação, saber, motivação, engajamento e decisão. A observação do comportamento delocutivo, por sua vez, permitiu verificar que o enunciador traz ao seu discurso a fala de terceiros, no intuito de aumentar o grau de fidelidade do que diz e respaldar melhor a veracidade do seu relato.

Com a análise do modo Argumentativo, verificamos que a busca de influência e racionalidade na atividade discursiva acontece por meio de procedimentos variados. Através de sentenças no condicional, por exemplo, o enunciador modaliza avisos, incitações, chantagens e ameaças, desenvolvendo também modos de raciocínio por meio de dedução, explicação e escolha alternativa. Na organização da lógica argumentativa, o sujeito comunicante também encadeia suas asserções por meio de causa, restrição, consequência e disjunção. Esses procedimentos, que também incluem a menção de valores socialmente instituídos na construção dos argumentos, são estratégias utilizadas para construir determinadas imagens, e, a partir delas, despertar certas emoções na interlocutora. Esse comportamento persuasivo estratégico via *pathos* caracteriza EUE em várias passagens das diferentes missivas, havendo vestígios de cunho patêmico tanto nas escolhas lexicais quanto no

resultado do arranjo dos procedimentos argumentativos.

No tocante aos procedimentos da encenação argumentativa, constatamos uma certa diversidade tanto nos procedimentos semânticos quanto nos discursivos. Os primeiros baseiam-se, em sua maioria, em argumentos fundamentados em domínios como o do ético, do hedônico e do pragmático, mobilizando valores de diversas ordens. Quanto aos procedimentos discursivos, percebemos que os mais comuns são os questionamentos e as comparações. Em ambos os casos, verificamos que o *logos* se constrói também com o auxílio de vocábulos semanticamente marcados por um teor emocional, ajudando a construir imagens propícias para a viabilização do projeto de fala do locutor.

De uma maneira ou de outra, na encenação argumentativa, EUc também constrói a sua lógica buscando atrair a atenção da destinatária para o modo como se sente. A partir disso, direciona os seus argumentos tendo a patemização como principal meio de persuasão. Mostrando a sua emoção indiretamente, por meio de um certo tom e da maneira como direciona a sua narrativa, ou dizendo-se indignado, injustiçado ou infeliz de forma mais direta, o enunciador busca tocar emocionalmente a interlocutora, e, a partir dessa tentativa de “manipulação emocional”, levá-la a fazer ou dizer o que deseja frente às diferentes situações que lhe apresenta. Assim, nesses atos de linguagem, a associação da razão demonstrativa aos elementos persuasivos acontece conforme a ligação afetiva que se configura entre os sujeitos envolvidos no contrato.

A análise do modo Narrativo nos permitiu observar que, nessas missivas, um autor-indivíduo se apresenta como contador testemunha de sua própria vida e narra sua história em uma certa sequência, que é motivada pela finalidade de relatar, com as devidas ênfases e direcionamentos em favor próprio, sua versão sobre determinados acontecimentos. Ao liberar suas parcelas de verdade sobre o real que presenciou, vimos que o EUe organiza sua narrativa com o intuito de persuadir TUD sobre seu ponto de vista, e, com a sucessão das ações descritas, construir para si, mais uma vez, uma imagem que induza a interlocutora a reagir em sua causa. Em determinadas passagens das cartas, busca mostrar-se injusti-

çado e sofredor, por exemplo, com o propósito de instigar instintos maternais de proteção na interlocutora. Em outras “negocia” possibilidades, chegando a implorar e fazer chantagem emocional para conseguir o que deseja.

Assim, a partir da organização discursiva e dos modos de dizer de EUE, um *ethos* com características bem peculiares vai se delineando. Nos discursos iniciais, observamos que o enunciador, apesar de criticar indiretamente o comportamento da matriarca, busca mostrar-se solidário, benevolente e preocupado por agir de maneira contrária ao que ela recomenda. Dessa forma, tenta, estrategicamente, conquistar a simpatia e compreensão da interlocutora justificando-se, desculpando-se, prometendo e concordando com alguns de seus posicionamentos. Todavia, essa tentativa de conquista, que faz mostrar, inicialmente, uma imagem positiva, se modifica. Assim, o que se vê em seguida é a imagem de um enunciador que demonstra um total descaso sobre o que TUD pensa ou deseja, pois, nas duas últimas missivas analisadas, utiliza um tom mais decidido e até arrogante, afirmando, por exemplo, que fará o que quer, com ou sem o consentimento da genitora, e chegando a impor condições para que faça uma visita a ela.

Nesse sentido, o *ethos* se delinea, inicialmente, de forma mais positiva, pois diz-se, indiretamente, correto, preocupado com suas obrigações e para com TUD, além de responsável e indignado com situações que possam pôr em causa a sua honra e boa imagem diante de outras pessoas, mostrando-se também orgulhoso pelo título que possui. Todavia, os elementos discursivos mobilizados no decorrer desses atos de linguagem também constroem um autorretrato que revela um *ethos* de características não positivas, pois, ao longo do desenvolvimento desses discursos, o enunciador vai deixando para trás o tom benevolente e passa a apresentar características a partir das quais se configura um *ethos* vaidoso, esnobe, arrogante, crítico, chantagista, irônico, rude e até desrespeitoso em alguns trechos.

ACKERMANN, Rudolph. **The microcosm of London or London in miniature**. London: Methuen & co., 1904. v 2. Disponível em: <https://archive.org/details/microcosmoflondoo2pyneuft/page/n8>. Acesso em: 30 abr. 2018.

AGUSTINI, Lucas de Lacerda Zaparolli de. **Don Juan de Lord Byron**: estudo descritivo das traduções, tradução, comentários e notas. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8160/tde-01032016-161149/>>. Acesso em: 26 set. 2016.

AGUSTINI, Lucas de Lacerda Zaparolli de. **O pé em que anda o Byron coxo no Brasil da tradução**: com *Don Juan*. Tradução em Revista, PUC - Rio, Rio de Janeiro – RJ, Fascículo 14, p. 187-207, 2013.

ALMEIDA JUNIOR, Licínio Nascimento. Sobre a Retórica Aristotélica. *In: Conjecturas para uma retórica do design [gráfico]*. Tese (Doutorado em Artes e Design). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3166763/mod_resource/content/1/Sobre%20a%20ret%C3%B3rica%20aristot%C3%A9lica. PDF. Acesso em: 20 set. 2016.

ALVES JUNIOR, M. A. & TOMAZI, M. M. **Perspectivas retórico-discursivas para o estudo da patemização**. Alfa, São Paulo, v.62, n.1, p.35-52, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981=57942018000100035-&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 17 ago. 2018.

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de *ethos* à Análise do Discurso. *In: AMOSSY, Ruth. Imagens de si no discurso*: a construção do *ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

ARISTÓTELES. **Retórica**. 2. ed. Lisboa: Biblioteca de autores clássicos, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

ASHTON, John. **Social England under the Regency**. London: Ward and Downey, 1890. v 1. Disponível em: <http://www.gu>

tenberg.org/ebooks/48390. Acesso em: 15 set. 2017.

ASHTON, John. **Social England under the Regency**. London: Ward and Downey, 1890. v 2. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/ebooks/48780>. Acesso em: 15 set. 2017.

ASSUNÇÃO, Érica Patrícia Barros de; MOURA, João Benvindo de. **O paradoxo do autor**: a paratopia criadora de Mário de Andrade no discurso literário de Macunaíma. Desenredo: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo – RS, v.13, n.1, p. 166-186, 2017.

ASSUNÇÃO, Érica Patrícia Barros de. **A paratopia criadora e o ethos de Abdias Neves**: análise do discurso literário de um autor marginal em *Um manicaca*. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Piauí, UFPI, Teresina – PI, 2018.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BAKHTIN, M. **Problemas da Poética de Dostoievski**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BAKHTIN, M. **Questões de Literatura e Estética**: a teoria do romance. 5. ed. São Paulo, Hucitec, 2002. Disponível em: <https://netlli.wordpress.com/2011/09/08/obras-de-bakhtin-disponiveis-em-pdf-em-nosso-banco-de-dados>. Acesso em: 08 out. 2015.

BARBOZA, Onédia Célia de Carvalho. **Imprensa acadêmica paulista**: descoberta de Byron. Língua e literatura, São Paulo, v. 2, p. 183-191, 1973. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/linguae-literatura/article/viewFile/115698/113226>. Acesso em: 08 jun. 2016.

BEATTY, Bernard and SHEARS, Jonathon (editors). **Byron's Temperament**: Essays in Body and Mind. Series: Psycho-Literary Perspectives in Multimodal Contexts. UK: Cambridge Scholars Publishing, 2016.

BENNETT, Alfred Rosling. **London and Londoners in the Eighteen-Fifties and Sixties**. London: T. Fisher Unwin, 1924. Disponível em: <http://www.victorianlondon.org/publications5/londoners>.

htm. Acesso em: 20 jul. 2018.

BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1989.

BEZERRA, Benedito Gomes. **Gêneros no contexto brasileiro: questões (meta)teóricas e conceituais**. São Paulo: Parábola editorial, 2017.

BORGES NETO, José. **Ensaio de filosofia da linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BROWN, Goold. **The Grammar of English Grammars**. 6. ed. Lynn, Mass: 1851. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/cache/epub/11615/pg11615-images.html>. Acesso em: 05 out. 2017.

BYRON, George Gordon. **The Works of Lord Byron, Letters and Journals**. Rowland E. Prothero (ed.). 2015 [1898]. 1v. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/ebooks/8901>> Acesso em: 10 set. 2016.

CAMICIOTTI, Gabriella Del Lungo. **Letters and Letter Writing in Early Modern Culture: an Introduction**. *Journal of Early Modern Studies*, n. 3, 2014, p. 17-35. Disponível em: <http://www.fupress.net/index.php/bsfm-jems/article/view/14163/13231>. Acesso em: 12 set. 2017.

CARDOSO, Eveline Coelho. **Entre o ato e o contrato: um olhar semiolinguístico para o conceito de gênero discursivo**. *Anais do VI SAPPIL – Estudos de Linguagem, UFF*, n. 1, 2014, p. 223-238. Disponível em: <http://www.anaisdosappil.uff.br/index.php/VISAPPIL-Ling/article/view/288/0>. Acesso em: 10 maio 2018.

CASTANHEIRA, Maria Zulmira. Os Precipícios de Génio: Imagens de Byron na Imprensa Periódica do Romantismo Português. *In: CASTANHEIRA, Maria Zulmira; ALARCÃO, Miguel. (org.). O Rebelde Aristocrata. Nos 200 Anos da Visita de Byron a Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies, 2010, p. 24-41.

CAVALCANTI, Jauranice Rodrigues. **A presença do conceito gêneros de discurso nas reflexões de D. Maingueneau**. *Linguagem em (Dis)curso, Tubarão, SC*, v. 13, n. 2, maio/ago 2013, p. 429-448.

CERQUEIRO, Fátima Faya. **Letter-writing manuals and the evolution of requests markers in the eighteenth century**. LFE - Rev. Leng. fines específ., n.17, 2011, p. 295-318. Disponível em: <https://accedacris.ulpgc.es/handle/10553/9718>. Acesso em: 20 ago. 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. *In*: Mendes E.; Machado I.L. (org.). **As emoções no discurso**. Campinas: Mercado Letras, 2007. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/A-patemizacao-na-televisao-como.html>. Acesso em: 24 out. 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma Teoria dos Sujeitos da Linguagem. *In*: MARI, Hugo; MACHADO, Ida; MELLO, Renato de (org.). **Análise do Discurso**: Fundamentos e Práticas. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001, p. 23-38.

CHARAUDEAU, Patrick. **Uma problemática comunicacional dos gêneros discursivos**. Revista Signos, PUC, Valparaiso, vol. 43, 2010.

CIPLIJASKAITÉ, Biruté. **La construcción del yo y la historia en los epistolarios**. 3ª época, n. 3, 1998, p. 61-72. Disponível em: <https://revistas.um.es/montegudo/article/view/77111>. Acesso em: 20 maio 2017.

COCHRAN, Peter. **Byron's correspondence and journals 01**: from Newstead, Southwell, and other places in England: November 1799-july 1809. Updated June, 21st, 2012. Disponível em: <https://petercochran.files.wordpress.com/2009/02/01-england-1791-180921.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2018.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria**: literatura e senso comum. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

COSTA, Josenéia Silva. **O ethos e as representações femininas do medievo**: uma análise discursiva das epístolas de Heloísa a Abelardo. 2012. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador - BA, 2012.

COSTA, Nelson Barros da. O primado da prática: uma quarta época para a Análise do discurso. *In*: COSTA, Nelson Barros da (org.). **Práticas Discursivas: Exercícios Analíticos**. Campinas: Pontes, 2005.

DANTAS, Karla K. S. **As emoções (des)veladas pela linguagem**: uma análise da patemização presente na narrativa da obra ubaldiana “Viva o povo brasileiro”. VII SEAD, Recife, 13 a 16 out. 2015. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/7SEAD/POSTERES/KarlaKarianedaSilvaDantas.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

DAUPHIN, Cécile. **Ecriture de l'intime dans une correspondance familiale du xixe siècle**. Le Divan familial. Vol. II, n. 2, 2003, p. 63-73. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-le-divan-familial-2003-2-page-63.htm>. Acesso em: 11 abr. 2017.

DI FANTI, Maria da Glória Corrêa. **Identidade, alteridade e cultura regional**: a construção do *ethos* milongueiro gaúcho. Alfa, São Paulo, v. 53, n. 1, 2009, p. 149-166.

DISCINI, Norma. *Ethos* e estilo. *In*: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. **Ethos Discursivo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

DUARTE, Maria de Deus. **Amazonas não são da Hespanha as Filhas?** Byron & ‘the Spanish Maid’. *In*: CASTANHEIRA, Maria Zulmira; ALARCÃO, Miguel. (org.). **O Rebelde Aristocrata**. Nos 200 Anos da Visita de Byron a Portugal. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies, 2010, p. 55-67.

DUARTE, Matusalém de Brito; MATIAS, Vandeir Robson da Silva. **O discurso de “verdade” no editorial da revista Veja**: “Professores, acordem!”. Análise do discurso a partir de Foucault e Charaudeau. Educ.&Tecnol, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 35-44, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/viewFile/725/598>. Acesso em: 21 fev. 2018.

EISLER, Benita. **Byron**: Child of Passion, Fool of Fame. New York: Vintage Books, 1999.

FERREIRA, Jones G. & TAVARES, Bruna Toso. **Os efeitos patêmicos de uma campanha de conscientização para a prevenção de acidentes de trânsito**. Revista Avepalavra, Alto Araguaia – MT, n.

15, 1 sem. 2013. Disponível em: <http://www2.unemat.br/avepalavra/EDICOES/16/artigos/brunajones.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

FIORINDO, Priscila Peixinho. *Ethos*: um percurso da retórica à análise do discurso. Revista Pandora Brasil, n. 47, out. 2012. Disponível em: http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/ethos/priscila.pdf. Acesso em: 04 mar. 2018.

FITZGERALD, Michael. **Did Lord Byron have Attention Deficit Hyperactivity Disorder?** *In*: Journal of Medical Biography, v. 9, p. 31-33, Mar. 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/12152617_Did_Lord_Byron_have_Attention_Deficit_Hyperactivity_Disorder. Acesso em: 10 maio 2018.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. *In*: **O que é um Autor?** 2. ed. Trad. António Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro. Lisboa: Vega, 1992.

GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

GALINARI, Melliandro Mendes. Sobre *ethos* e AD: tour teórico, críticas, terminologias. D.E.L.T.A., São Paulo, v.28, n.1, p.51-68, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/delta/v28n1/v28n1a03.pdf>

GOLDEN, Catherine J. **The Victorian Revolution in Letter Writing**. Jul. 2010. *In*: <http://www.victorianweb.org/technology/letters/intro.html>. Acesso em: 20 mai. 2018.

GROSE, Francis. **1811 Dictionary in the Vulgar Tongue**. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/cache/epub/5402/pg5402-imag.html>. Acesso em: 15 jul. 2017.

HEIDMANN CAMPOS; Angelita, ANDRADE, Elias Alves de; SANTOS HEIDMANN, Grasiela Veloso dos. **Ethos discursivo piedoso em bando de 1794 da capitania de mato grosso**. Revista da ABRA-LIN, v.16, n.2, p. 105-127, Jan./Fev./Mar./Abril de 2017.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux. *In*: GADET, François; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

HILL, Holand. **Post office reform: its importance and practicability**. 3. ed. Londres: Charles Knight and Co., 1837.

HINTZE, Gloria; ZANDANEL, María Antonia. **Algunas nociones sobre el género epistolar a propósito de las cartas de Francisco Romero**. Cuyo [online]. vol. 29, n. 2, p. 13-33, 2012. ISSN 1853-3175.

JOHNSON, Samuel. **A Grammar of the English Tongue**. 1812. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/15097/15097-h/15097-h.htm>. Acesso em: 10 out. 2016.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. O *ethos* em todos os seus estados. *In*: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (org.). **Análises do Discurso Hoje**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2010, p. 117-135.

LACERDA, Daniel. **Lord Byron – Poeta Crítico: As Di(Trans)gressões Metalingüísticas em Don Juan**. 2008. 214 f. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/14588>. Acesso em: 15 ago. 2016.

LARMAN, Alexander. **Byron's women**. London: Head of Zeus, 2016.

LANSDOWN, Richard. **Byron's letters and journals: a new selection**. United Kingdom: Oxford University Press, 2015.

LIMA, Helcira Maria Rodrigues de. **O olhar do delegado: imagens de si e do outro**. Revista da ABRALIN, v.8, n.1, p. 57-74, jan./jun. 2009.

MACCARTHY, Fiona. **Byron: life and legend**. London: John Murray, 2014.

MACHADO, Ida; MELLO, Renato de (org.). **Análise do Discurso: Fundamentos e Práticas**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001.

MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (org.). **Análises do Discurso Hoje**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2010.

MACHADO, Ida Lucia. **A narrativa de vida como materialidade discursiva**. Revista da ABRALIN, v.14, n.2, p. 95-108, jul./dez. 2015.

MACHADO, Ida Lucia; LIMA, Helcira; LYSARDO-DIAS, Dylia (org.) **Imagem e discurso**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013. 304p.

MAINGUENEAU, Dominique. **A análise do discurso e suas fronteiras**. Matraga, Rio de Janeiro, v.14, n. 20, p.13-37, jan./jun. 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org.). **Ethos discursivo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015a.

MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos*, cenografia e incorporação. In: AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos* literário, *ethos* publicitário e apresentação de si. In: MACHADO, I. & MELLO, R. (org.). **Análises do Discurso Hoje**. v 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. **O contexto da obra literária**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **O discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. **O que pesquisam os analistas do discurso?** Revista da ABRALIN, v.14, n.2, p. 31-40, jul./dez. 2015b.

MAINGUENEAU, Dominique. **Pragmática para o discurso literário**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARCHAND, Leslie Alexis. **Byron: A Portrait**. London: Pimlico, 1993.

MARTINS, Maria Sílvia Cintra. **Ethos, gêneros e questões identitárias**. D.E.L.T.A., v. 23, n.1, 2007, p. 27-43.

MAYNE, Ethel Golburn. **Byron**. Vol. I. London: Methuen & co. ltd,

1912.

MIALL, D. S. *Literary Discourse*. In: **Handbook of Discourse Processes**. GRAESSER, Art; GERNSBACHER, Morton Ann; GOLDMAN, Susan R. (ed.). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2002. p. 321-355. Disponível em: https://sites.ualberta.ca/~dmiall/MiallPub/Miall_Literary%20Discourse.pdf. Acesso em: 21 fev. 2017.

MIRANDA, Máira A. **Enunciados destacados, discurso direto e efeitos de patemização na mídia televisiva**. *RevLet – Revista Virtual de Letras*, v. 2, n. 02/2010. Disponível em: <http://www.revlet.com.br/artigos/57.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

MOISÉS, Massaud. **História da literatura brasileira: das origens ao romantismo**. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 2012. 1v.

MONNERAT, Rosane Santos Mauro. **Estratégias de captação e de sedução no discurso publicitário**. *Anais do XIII CNLF*. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2009, p. 567. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xiiicnlf/XIII_CNLF_04/estrategias_de_capitao_e_de_seducacao_no_discurso_rosane_santos.pdf. Acesso em: 30 ago. 2017.

MOORE, Thomas. **Letters and journals of Lord Byron with notices of his life**. London: John Murray, 1844. Disponível em: <https://books.google.be/books?id=sQ8PAAAAQAAJ>. Acesso em: 12 out. 2016.

MOORE, Thomas. **Life of Lord Byron: with his letters and journals**. London: John Murray, 1854. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/ebooks/17684>. Acesso em: 12 out. 2016.

MORAES, Marcos Antonio de. **Edição da correspondência reunida de Mário de Andrade: histórico e alguns pressupostos**. *Revista Patrimônio e Memória*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.4, n.2, p. 115-128, jun. 2009. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/viewFile/114/506>. Acesso em: 17 nov. 2017.

MOURA, João Benvido de. **Análise discursiva de editoriais do jornal Meio Norte, do estado do Piauí: a construção de imagens e as emoções suscetíveis através da argumentação**. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://www.bibliote>

cadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/LETR-974H6D Acesso em: 18 ago. 2017.

MOURA, João Benvido de; BATISTA JÚNIOR, José Ribamar Lopes; LOPES, Maraisa. **Discurso, memória e inclusão social**. Recife: Pipa Comunicação, 2015.

MOURA, João Benvido de; CARVALHO, André de Moura. **O jornal na sala de aula: discursos que constroem e destroem imagens na imprensa piauiense**. Revista Form@re, v. 4, p. 3-28, 2016. Disponível em: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/parfor/article/view/5617/3344>. Acesso em: 17 maio 2018.

MOURA, João Benvido de; BATISTA JÚNIOR, José Ribamar Lopes; LOPES, Maraisa. **Sentidos em disputa: discursos em funcionamento**. Teresina: EDUFPI, 2017.

MUNHOZ, Renata Ferreira, GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto & RODRIGUES, Abel Leandro Freitas. **A imagem do indígena brasileiro no discurso oficial do século XVIII**. Revista da ABRALIN, v.16, n.2, p. 449-473, Jan./Fev./Mar./Abril de 2017.

MUSSALIM, Fernanda. **Uma abordagem discursiva sobre as relações entre *ethos* e estilo**. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. *Ethos* Discursivo. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

NEIVA, Alex de Araujo. **A exaltação do gênio: um estudo sobre a construção do *ethos* em Fernando Pessoa**. (Dissertação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. 119 p.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. **Considerações sobre o modelo de análise do discurso de Patrick Charaudeau**. Rev. Ensaio. Belo Horizonte. v. 06, n. 01, p.66-71. jan-jun/2004.

OLIVEIRA, Daniele de. **O *ethos* como estratégia argumentativa nos editoriais da revista Caros Amigos**. EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n. 2, p. 39-51, maio 2012.

OLIVEIRA, Solange Ribeiro de. **Byron e os românticos brasileiros**. SCRIPTA, Belo Horizonte, v. 15, n. 29, p. 143-159, 2. sem. 2011.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PAULIUKONIS, M. A. Lino & GOUVÊA, L. H. Martins. **Texto como discurso**: uma visão semiolinguística. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, v. 8, n. 1, p. 49-70, jan./jun. 2012.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad: Eni P. Orlandi, 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

POSSENTI, Sírio. **O que os analistas de discurso pesquisam?** Revista da ABRALIN, v.14, n.2, p. 41-49, jul./dez. 2015.

PREGNOLATO, Ivan. **The Historical Discourse(s) of Childe Harold's Pilgrimage**: Classical Fetish and Whiggism. Working with English: Medieval and Modern Language, Literature and Drama, v. 6, 2010, p. 45-61. Disponível em: <https://www.nottingham.ac.uk/english/documents/working-with-english/volume-6/pregnolato-the-historical-discourses-of-childe-harold's-pilgrimage-classical-fetish-and-whiggism.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2018.

PROTHERO, Rowland E(ed.). **The Works of Lord Byron**: a new, revised and enlarged edition, with illustrations. Letters and Journals. Vol. I. London: John Murray, New York: Charles Scribner's Sons, 1898. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2016.

RECLA, Adriana. **Análise do discurso em questão**: a construção do *ethos* discursivo em discursos indígenas. VERBUM – Cadernos de Pós-Graduação, n. 1, 2012 p. 93-108.

REVENGA, Francisco Javier Díez de Revenga. **Pedro Salinas y Jorge Guillén, dos voces a nivel**. Monteagudo: Revista de literatura española, hispanoamericana y teoría de la literatura, n. 11, 1993, p. 60-62. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/buscar/documentos?querysDismax.DOCUMENTAL_TODO=dos+voces+a+nivel. Acesso em: 17 nov. 2016.

MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (org.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.

SHAM, Jorge Chen. **Forma epistolar y comunicación íntima en “carta a georgina hübner” de Juan Ramón Jiménez**. Revista de Filología y Lingüística, XXIII (2), 1997, p. 83-92. Disponível em: <https://studylib.es/doc/5920451/forma-epistolar-y-comunicaci%>

C3%B3n-%C3%ADntima-en--carta-a. Acesso em: 14 dez. 2017.

SILVA, Jane Quintiliano Guimarães. **Um estudo sobre o gênero carta pessoal**: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos. Tese de doutorado. Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 2002. Disponível em: http://www.lettras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/profs/romulo/UM%20estudo%20sobre%20o%20g%C3%AAnero%20carta%20pessoal%20de%20JANE%20QUINTILIANO.pdf. Acesso em: 21 set. 2017.

TESSARO, Bruna. **Análise de um artigo científico sob o viés dos Modos de organização do discurso de Patrick Charaudeau**. Pouso Alegre, ano II, n. 3, jan-jun/2016, p. 41-50.

THANE, Pat. Childhood in History. *In*: KING, M. (ed.). **Childhood, Welfare and Justice**. London: Batsford, 1981, pp. 6-25. Disponível em: https://www.corwin.com/sites/default/files/upm-binaries/24504_Ch01.pdf. Acesso em: 03 maio 2018.

THROSBY, Corin. Byron, commonplacings and early fan culture. *In*: MOLE, Tom (ed.). **Romanticism and Celebrity Culture, 1750-1850**. New York: Cambridge University Press, 2009, p. 227-244. Disponível em: https://www.academia.edu/182834/Byron_Commonplacing_and_Early_Fan_Culture. Acesso em: 16 ago. 2016.

TIN, Emerson. **Cartas e Literatura**: reflexões sobre pesquisa do gênero epistolar. Campinas-SP: IEL/UNICAMP, 2005. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/monteirolobato/outros/Emerson02.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2018.

TIRADO, Genara Pulido. **La escritura epistolar en la actual encrucijada genérica**. Signa. Revista de la Asociación Española de Semiótica. n. 10, 2001. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/263427143/La-Escritura-Epistolar-en-La-Actual-Encrucijada-Generica>. Acesso em: 24 ago. 2017.

WATTHIER, Luciane; COSTA-HÜBES, Terezinha da Conceição. **Cartas familiares e pessoais**: da teoria sobre gêneros do discurso a uma prática de análise descritiva. V SIGET. Caxias do Sul-RS, ago/2009. Disponível em: https://ucs.br/ucs/tplSiget/extensao/agenda/eventos/vsiget/portugues/anais/textos_autor/arquivos/cartas_familiares_e_pessoais_da_teoriasobre_generos_do_discurso_a_uma_pratica_de.pdf. Acesso em: 10 out. 2017.

WIMBISH, Andrew H, 2016. **The Catherine Byron Letters**. Master of Arts in English Thesis, Virginia Polytechnic Institute and State University, Blacksburg, Virginia, 2016.

ZEMBRUSKI, Soeli Staub. **A tradução da ironia em Don Juan de Lord Byron**: uma análise dos fragmentos traduzidos ao português do Brasil. 2013. (Tese de doutorado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/123074>. Acesso em: 15 ago. 2016.

SITES CONSULTADOS:

1. <http://blogdaruanove.blogs.sapo.pt/28505.html>
2. <http://englishhistory.net/byron/life-lord-byron-thomas-moore-1835/>
3. <http://mcleanamy.blogspot.com/2013/03/my-visit-to-newstead-abbey-byrons-grave.html>
4. <http://www.1-360.net/who%E2%80%99s-who-the-uncertainties-of-identity-in-byron%E2%80%99s-writings-by-daniele-sarrat/>
5. <http://www.dominiopublico.gov.br>
6. <http://www.gutenberg.org/ebooks/47089>
7. <http://www.gutenberg.org/files/22222/22222-h/22222-h.htm>
8. <http://www.gutenberg.org/files/38065/38065-h/38065-h.htm>
9. <http://www.gutenberg.org/files/56911/56911-h/56911-h.htm>
10. <http://www.letras.ufrj.br/veralima/romantismo/poetas/byron.html>
11. <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/22044/22044>
12. <http://www.patrick-charaudeau.com/>
13. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8160/tde-01032016-161149/>
14. <http://www.unicamp.br/iel/monteirolobato/outros/>

Emerson02.pdf

15. <http://www.victorianweb.org/technology/letters/evans.html>
16. <http://www.victorianweb.org/technology/letters/intro.html>
17. <http://www2.unemat.br/avepalavra/EDICOES/16/artigos/brunajones.pdf>
18. <https://englishhistory.net/byron/selected-letters/mother-catherine-gordon-byron/>
19. <https://netlli.wordpress.com/2011/09/08/obras-de-bakhtin-disponiveis-em-pdf-em-nosso-banco-de-dados>
20. <https://online.liverpooluniversitypress.co.uk/toc/bj/32/2>
21. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/scientia/article/viewFile/12879/12035>
22. <https://petercochran.wordpress.com/byron-2/byron/>
23. https://play.google.com/books/reader?id=5eAHAAA-AQAAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt_BR&pg=GBS.PP10
24. https://play.google.com/books/reader?id=eUE_AAAA-cAAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt&pg=GBS.RA2-PA67
25. https://play.google.com/books/reader?id=Om2JZJlr-VGEC&printsec=frontcover&output=reader&hl=pt_BR&pg=GBS.PA5
26. <https://www.google.co.uk>
27. <https://www.google.com.br/maps/uv?hl=pt>
28. <https://www.nytimes.com/1898/02/26/archives/byron-as-a-boy-his-mothers-influence-his-school-days-and-mary.html>
29. https://www.romanticpoets.org/public_html/p5/biographies/lb11_catherine_gordon_byron.htm
30. theworldoflordbyron.blogspot.com

ANEXOS

CARTA 1

Nottingham, 13 March, 1799.

Dear Mama,

I am very glad to hear you are well. I am so myself, thank God; upon my word I did not expect so long a Letter from you; however I will answer it as well as I can. Mrs. Parkyns and the rest are well and are much obliged to you for the present. Mr. Rogers could attend me every night at a separate hour from the Miss Parkynses, and I am astonished you do not acquiesce in this Scheme which would keep me in Mind of what I have almost entirely forgot. I recommend this to you because, if some plan of this kind is not adopted, I shall be called, or rather branded with the name of a dunce, which you know I could never bear. I beg you will consider this plan seriously and I will lend it all the assistance in my power. I shall be very glad to see the Letter you talk of, and I have time just to say I hope every body is well at Newstead,

& remain
your affectionate son,
Byron.

P.S. - Pray let me know when
you are to send in the Horses
to go to Newstead. May
desires her Duty & I
also expect an answer
By the miller.

CARTA 2

Harrow-on-the-Hill, Sunday, May 1st, 1803.

MY DEAR MOTHER,

I received your Letter the other day. And am happy to hear you are well. I hope you will find Newstead in as favorable a state as you can wish. I wish you would write to Sheldrake to tell him to make haste with my shoes. I am sorry to say that Mr. Henry Drury has behaved himself to me in a manner I neither *can* nor *will bear*. He has seized now an opportunity of showing his resentment towards me. To day in church I was talking to a Boy who was sitting next me; *that* perhaps was not right, but hear what followed. After Church he spoke not a word to me, but he took this Boy to his pupil room, where he abused me in a most violent manner, called me *blackguard*, said he *would* and *could* have me expelled from the School, and bade me thank his *Charity* that *prevented* him; this was the Message he sent me, to which I shall return no answer, but submit my case to *you* and those you may think *fit* to *consult*. Is this fit usage for any body? had I *stole* or behaved in the most *abominable* way to him, his language could not have been more outrageous. What must the boys think of me to hear such a Message ordered to be delivered to me by a *Master*? Better let him take away my life than ruin my *Character*. My Conscience acquits me of ever *meriting* expulsion at this School; I have been *idle* and I certainly ought not to talk in church, but I have never done a mean action at this School to him or *any one*. If I had done anything so *heinous*, why should he allow me to stay at the School? Why should he himself be so *criminal* as to overlook faults which merit the *appellation* of a *blackguard*? If he had had it in his power to have me expelled, he would long ago have *done* it; as it is, he has done *worse*. If I am treated in this Manner, I will not stay at this *School*. I write you that I will not as yet appeal to Dr. Drury; his Son's influence is more than mine and *justice* would be *refused* me. Remember I told you, when I *left* you at *Bath*, that he would seize every means and opportunity of revenge, not for leaving him so much as the mortification he suffered, because I begged you to let me leave him. If I had been the Blackguard he talks of, why did

he not of his own accord refuse to keep me as his *pupil*? You know Dr. Drury's first letter, in it were these Words: "My son and Lord Byron have had some Disagreements; but I hope that his future behaviour will render a change of Tutors unnecessary." Last Term I was here but a short time, and though he endeavoured, he could find nothing to abuse me in. Among other things I forgot to tell you he said he had a great mind to expel the Boy for speaking to me, and that if he ever again spoke to me he would expel him. Let him explain his meaning; he abused me, but he neither did nor can mention anything bad of me, further than what every boy else in the School has done. I fear him not; but let him explain his meaning; 'tis all I ask. I beg you will write to Dr. Drury to let him know what I have said. He has behaved to me, as also Mr. Evans, very kindly. If you do not take notice of this, I will leave the School myself; but I am sure *you* will not see me *ill treated*; better that I should suffer anything than this. I believe you will be tired by this time of reading my letter, but, if you love me, you will now show it. Pray write me immediately. I shall ever remain,

Your affectionate Son,
Byron.

P.S.--Hargreaves Hanson desires his love to you and hopes you are very well. I am not in want of any Money so will not ask you for any. God bless, bless you.

CARTA 3

Harrow-on-the-Hill, June 23rd, 6th, 8th, 30th, 1803.

My dear Mother,

I am much obliged to you for the Money you sent me. I have already wrote to you several times about writing to Sheldrake: I wish you would write to him, or Mr. Hanson to call on him, to tell him to make an Instrument for my leg immedi^{ly}, as I want one, rather. I have been placed in a higher form in this School to day, and Dr. Drury and I go on very well; write soon, My

Dear Mother.

I remain
your affectionate Son,

Byron.

CARTA 4

Newstead Abbey¹⁰⁴, [Sept. 1803].

MY DEAR MOTHER,

I have sent Mealey to day to you, before William came, but now I shall write myself. *I promise you*, upon my *honour*, I will come over tomorrow in the *Afternoon*. I was not wishing to resist your *Commands*, and really seriously intended coming over tomorrow, ever since I received your last Letter; you know as well as I do that it is not your Company I dislike, but the place you reside in. I know it is time to go to Harrow. It will make me *unhappy*; but I will *obey*. I only desire, entreat, this one day, and on my *honour* I will be over tomorrow in the evening or afternoon. I am sorry you disapprove my Companions, who, however, are the first this County affords, and my equals in most respects; but I will be permitted to Chuse for myself. I shall never interfere in your's and I desire you will not molest me in mine. If you grant me this favour, and allow me this one day unmolested, you will eternally oblige your

unhappy Son,
Byron.

I shall attempt to offer no excuse as you do not desire one. I only entreat you as a Governor, not as a Mother, to allow me this one day. Those that I most love live in this County; therefore in the name of Mercy I entreat this one day to take leave, and then I will join you again at Southwell to prepare to go to a place where ----- I will write no more; it would only incense you. Adieu. Tomorrow I come.

104 - Apesar de Prothero (1898) trazer Southwell como o local de onde Byron envia esta carta, preferimos optar por Newstead Abbey como local de envio, pois, assim como Lansdown (2015) e Cochran (2012), observamos que, na carta, Byron fala em sair de onde está para Southwell, onde a mãe se encontra, ficando subentendido, pelo contexto e informações extras do próprio Prothero (*ibidem*) que o remetente se encontra na referida abadia.

CARTA 5

16, Piccadilly, Febry. 26, 1806.

Dear Mother,

Notwithstanding your sage and economical advice I have paid my *Harrow* Debts, as I can better afford to wait for the Money than the poor Devils who were my creditors. I have also discharged my college Bills amounting to £231, - £75 of which I shall trouble Hanson to repay, being for Furniture, and as my allowance is £500 per annum, I do not chuse to lose the overplus as it makes only £125 per Quarter. I happen to have a few hundreds in ready Cash by me, so I have paid the accounts; but I find it inconvenient to remain at College, not for the expence, as I could live on my allowance (only I am naturally extravagant); however the mode of going on does not suit my constitution. Improvement at an English University to a Man of Rank is, you know, impossible, and the very Idea *ridiculous*. Now I sincerely desire to finish my Education and, having been sometime at Cambridge, the Credit of the University is as much attached to my Name, as if I had pursued my Studies *there* for a Century; but, believe me, it is nothing more than a Name, which is already acquired. I can now leave it with Honour, as I have paid everything, & wish to pass a couple of years abroad, where I am certain of employing my time to far more advantage and at much less expence, than at our English Seminaries. 'Tis true I cannot enter France; but Germany and the Courts of Berlin, Vienna & Petersburg are still open, I shall lay the Plan before Hanson & Lord C. I presume you will all agree, and if you do not, I will, if possible, get away without your Consent, though I should admire it more in the regular manner & with a Tutor of your furnishing. This is my project, at present I wish *you* to be silent to Hanson about it. Let me have your Answer. I intend remaining in Town a Month longer, when perhaps I shall bring my Horses and myself down to your residence in that *execrable* Kennel. I hope you have engaged a Man Servant, else it will be impossible for me to visit you, since my Servant must attend chiefly to his horses; at the same Time you must cut an indifferent Figure with only maids in your habitation.

I remain, your's,

BYRON.

(Versão das cartas em língua portuguesa)

CARTA 1

Nottingham, 13 de março de 1799.

Querida mamãe,

Estou muito feliz em saber que você está bem. Eu também estou, graças a Deus. Nossa, não esperei muito tempo por uma carta sua; Porém, vou respondê-la da melhor forma possível. Sra. Parkyns e os outros estão bem e estão muito gratos a você pelo presente. O Sr. Rogers poderia me ensinar todas as noites em um horário diferente da senhorita Parkynses, e estou atônito por você não concordar com este esquema, que me faria lembrar o que esqueci quase completamente. Eu sugiro isso para você porque, se algum plano desse tipo não for adotado, eu serei chamado, ou melhor, marcado como retardado, que você sabe que eu jamais poderia suportar. Peço-lhe que considere este plano seriamente e eu me comprometerei ao máximo. Ficarei muito contente em ver a carta da qual você fala, e tenho tempo apenas para dizer que espero que todos estejam bem em Newstead,

e permaneço
seu afetuoso filho,

BYRON.

P.S. - Por favor me avise quando você vai enviar os cavalos para irmos a Newstead. May quer as atribuições dela e eu também espero uma resposta no moleiro.

CARTA 2

Harrow-on-the-Hill, domingo, 1º de maio de 1803.

Minha querida mãe,

Recebi sua carta outro dia. E estou feliz em ouvir que você está bem. Espero que você encontre Newstead em um estado tão bom quanto deseja. Gostaria que você escrevesse a Sheldrake para dizer a ele para se apressar com meus sapatos. Lamento dizer que o Sr. Henry Drury tem se comportado comigo de uma maneira que eu não *posso* nem *vou tolerar*. Ele agora aproveitou uma oportunidade para mostrar o ressentimento dele em relação a mim. Hoje na igreja eu estava conversando com um garoto que estava sentado ao meu lado; *aquilo* talvez não fosse certo, mas ouça o que se seguiu. Depois da Igreja, ele não me disse uma palavra sequer, mas levou este menino para a sala dele, onde me abusou de uma maneira muito violenta, me chamou de *canalha*, disse que *iria* e *poderia* ter me expulsado da Escola, e me disse para agradecer à *Caridade* dele que o *impediu*; Este foi o recado que ele me deu, ao qual não responderei, mas submeto meu caso a *você* e àqueles que achar *adequados* para *consultar*. Isso é tratamento adequado a quem quer que seja? Se eu tivesse *roubado* ou agido da maneira mais *abominável* possível com ele, o linguajar dele não poderia ter sido mais ultrajante. O que os garotos vão pensar de mim ao ouvir uma Mensagem como essa, dada a mim por um *Mestre*? É melhor deixá-lo tirar a minha vida do que destruir minha *reputação*. Minha Consciência está limpa sobre alguma vez ter *merecido* expulsão nesta Escola; tenho sido *ocioso* e certamente não devia conversar na igreja, mas nunca fiz nada de ruim nessa escola contra ele nem contra *ninguém*. Se eu tivesse feito algo tão *hediondo*, por que ele me permitiria ficar na escola? Por que ele próprio seria tão *criminoso* a ponto de ignorar falhas que merecem o *título* de *canalha*? Se ele tivesse tido poder para me expulsar, ele já teria feito isso há muito tempo; desse jeito, ele fez *pior*. Se eu for tratado dessa maneira, não vou ficar nesta *escola*. Escrevo a você que ainda não apelarei ao Dr. Drury; A influência do filho dele é maior do que a minha e a *justiça* seria *recusada* a mim. Lembre-se de que eu lhe disse, quando a *deixei* em *Bath*, que ele aproveitaria todos os meios e oportunidades de vingança, não

tanto por deixá-lo quanto pela humilhação que ele sofreu, porque eu implorei a você para me permitir deixá-lo. Se eu tivesse sido o canalha que ele diz, por que ele, por conta própria, não se recusou a me aceitar como *aluno* dele? Você conhece a primeira carta de dr. Drury, na qual estavam estas palavras: “Meu filho e Lorde Byron têm tido alguns desentendimentos, mas espero que o comportamento dele no futuro faça com que uma mudança de tutores seja desnecessária”. Período passado eu estive aqui por pouco tempo, e embora se esforçasse, ele não conseguiu encontrar nada para me caluniar. Entre outras coisas, esqueci de lhe dizer que ele disse que tinha intenção de expulsar o menino por falar comigo, e que se ele falasse comigo novamente, o expulsaria. Deixe-o explicar o que ele quis dizer; Ele me maltratou, mas não mencionou nem pode mencionar nada de ruim sobre mim, além daquilo que qualquer garoto da escola tem feito. Não tenho medo dele; mas deixe-o explicar o que ele quis dizer; é tudo que eu peço. Imploro que você escreva ao Dr. Drury para que ele saiba o que eu disse. Ele tem se portado muito gentilmente comigo e também com o Sr. Evans. Se você não der ouvidos a isso, eu mesmo vou deixar a escola; mas tenho certeza de que *você* não me verá *maltratado*; Melhor sofrer qualquer coisa do que isso. Acredito que a esta hora você estará cansada de ler a minha carta, mas, se você me ama, você vai mostrar agora. Por favor, me escreva imediatamente. Eu sempre serei,

Seu afetuosos Filho

BYRON.

P.S. Hargreaves Hanson lhe deseja estima e espera que você esteja muito bem. Não está me faltando dinheiro por isso não vou pedir-lhe nenhum. Deus abençoe, abençoe você.

CARTA 3

Harrow-on-the-Hill, 23, 6, 8, 30 de junho 1803.

Minha querida mãe,

Sou muito grato a você pelo dinheiro que me enviou. Já lhe escrevi várias *vezes* sobre escrever a Sheldrake: Gostaria que você escrevesse para ele, ou o Sr. Hanson recorresse a ele para dizer que faça um aparelho para minha perna imediatamente, do jeito que eu quero, de preferência. Me puseram em um patamar mais alto nesta escola hoje, e o Dr. Drury e eu continuamos muito bem; escreva logo, minha

querida mãe.

Eu permaneço

seu afetuoso Filho

BYRON.

CARTA 4

Southwell, [Setembro de 1803].

Minha querida mãe,

Eu enviei Mealey até você hoje, antes de William vir, mas agora eu mesmo vou escrever. Eu lhe *prometo*, por minha *honra*, que voltarei *amanhã à tarde*. Não queria resistir aos seus *comandos*, e, de verdade, pretendia seriamente voltar amanhã depois de ter recebido sua última carta, você sabe tão bem quanto eu que não é da sua companhia que eu não gosto, mas do lugar onde você mora. Eu sei que é hora de ir para Harrow, isso me fará *infeliz*, mas vou *obedecer*. Eu só *desejo*, *imploro*, este único dia e, por minha *honra*, estarei aí amanhã, à noite ou à tarde. Lamento que você desaprove minhas companhias, que, no entanto, são as melhores deste condado e iguais a mim na maioria dos aspectos, mas vou me permitir escolher por mim mesmo. Nunca interferirei nas suas e desejo que você não me aborreça com as minhas. Se você me fizer este favor e me permitir esse único dia sem aborrecimentos, você agradecerá eternamente seu

infeliz filho

Byron.

Eu não tentarei dar nenhuma desculpa, já que você não quer uma, eu apenas imploro a você como governadora, e não como mãe, que me permita este único dia. Aqueles que eu mais amo vivem nesse condado. Portanto, por Misericórdia eu imploro este único dia para me despedir, e depois vou me juntar a você novamente em Southwell para me preparar para ir a um lugar onde... não vou escrever mais, isso só aborreceria você, adeus, amanhã eu vou.

CARTA 5

Piccadilly, n°16, 26 de fevereiro de 1806.

Querida mãe,

Apesar de seu conselho sábio e econômico eu paguei minhas dívidas de *Harrow*, pois posso me dar ao luxo de esperar bem mais tempo por dinheiro do que os pobres diabos que eram meus credores. Eu também quitei minhas contas da faculdade que totalizam £231, - £L75 dos quais eu incomodarei Hanson para reembolsar, sendo para mobília, e como minha mesada é £500 por ano, eu não optei por perder o excedente porque são apenas £125 por Trimestre. Acontece que tenho algumas centenas em dinheiro, então paguei as contas; mas acho inconveniente permanecer na faculdade, não pelo gasto, pois eu poderia viver da minha renda (só que eu sou naturalmente extravagante); no entanto, o modo como funciona não se adequa à minha natureza. O aprimoramento em uma universidade inglesa para um Homem de status é, você sabe, impossível, e a própria ideia é *ridícula*. Agora desejo sinceramente terminar meus estudos, e tendo estado algum tempo em Cambridge, o crédito da Universidade está tão ligado ao meu Nome, como se eu tivesse seguido os meus Estudos *lá* por um século; mas, acredite em mim, não é nada mais que um nome, que já está conquistado. Agora posso sair com honra, pois eu paguei tudo, & quero passar dois anos no exterior, onde estou certo de que empregarei meu tempo com muito mais proveito e muito menos despesas do que em nossos seminários ingleses. É verdade que não posso entrar na França; Mas a Alemanha e as cortes de Berlim, Viena e Petersburgo ainda estão abertas, vou apresentar o plano diante de Hanson & Lorde C. suponho que todos vocês concordarão, e, se não concordarem, fugirei, se possível, sem o seu consentimento, embora apreciasse mais fazê-lo de maneira regular & com um tutor de sua indicação. Esse é o meu projeto, no momento desejo que *você* não conte a Hanson sobre isso. Dê-me sua resposta. Tenho a intenção de permanecer na cidade por mais um mês, quando talvez eu me dirija com meus cavalos para a sua residência naquela sarjeta *execrável*. Espero que tenha contratado um empregado, senão será impossível para mim visitá-la, já que meu criado deve cuidar em primeiro lugar dos cavalos dele; além disso, você vai passar despercebida tendo apenas empregadas mulheres em sua casa.

Eu permaneço seu,

BYRON.



Marília Mesquita Queiroz é graduada em Língua e Literatura Inglesa pela Universidade Federal do Piauí (2002), especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica pelo Instituto Federal do Piauí (2015) e Mestre em Letras pela Universidade Federal do Piauí (2019). É docente do Instituto Federal do Piauí, onde atua no ensino de Língua Inglesa nos cursos de nível superior, médio e técnico desde 2008, e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso da Universidade Federal do Piauí, NEPAD/UFPI/CNPq.

Mais de dois séculos após a sua primeira aparição, as cartas de Lorde Byron continuam sendo objeto de interesse dentro e fora do meio acadêmico. Este livro resulta de uma pesquisa de mestrado (UFPI, 2019) sobre o ethos nas cartas do bardo inglês para Catherine Gordon, sua mãe, escritas entre 1799 e 1806. Com base no quadro teórico-metodológico da Semiolinguística de Patrick Charaudeau, busca-se delinear as imagens do enunciador por meio da análise dos mecanismos de enunciação da linguagem e dos modos de organização do discurso nas missivas.

Para o estudo das circunstâncias de discurso e do entorno sócio-histórico e ideológico no qual estão inseridos os sujeitos, são levados em conta estudos atuais e publicações pioneiras, datadas da primeira metade do século XVIII. A leitura permite observar que Byron, enquanto sujeito comunicante, orienta seu discurso, principalmente, a partir de recursos patêmicos, deixando mostrar um ethos que vai se desdobrando de maneira surpreendente ao longo das missivas, com atributos bem característicos de sua forte personalidade e, em alguns aspectos, já indicadores dos traços que o tornariam conhecido como ultrarromântico.